



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



ANDRÉ GROSS

**MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS PÓS-CONSUMO EM
DUAS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

CANOAS, 2016

ANDRÉ GROSS

**MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS PÓS-CONSUMO EM
DUAS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle como requisito para a obtenção do título de mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria de Lourdes Borges

Coorientadora: Prof. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin

CANOAS, 2016

ANDRÉ GROSS

**MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS PÓS-CONSUMO EM
DUAS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle como requisito para a obtenção do título de mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 30 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges
UNILASALLE

Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin
UNILASALLE

Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo
UNILASALLE

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese
UNISINOS

Prof. Dr. Moisés Waismann
UNILASALLE

AGRADECIMENTOS

Após um longo período de estudo e dedicação, chegou o momento de homenagear aqueles que sempre acreditaram no sonho de que este momento chegaria. Agradeço a Deus, que esteve sempre presente nesse período em que estive envolvido na árdua tarefa de concluir esta dissertação, pois nunca me deixou faltar a saúde para me manter firme, nas inúmeras jornadas duplas ou triplas que surgiam. Sem a direção dele seria muito complicado alcançar esse objetivo. Deus tem sido bondoso, pois permitiu que sempre estivessem ao meu lado pessoas que não perdiam a oportunidade de me motivar, impulsionando a continuar, sem esmorecer em nenhum momento. A todas essas pessoas manifesto a minha gratidão.

Nesta hora tão especial, não poderia deixar de homenagear a minha querida esposa Rosilnei, por ser fiel companheira em todos os momentos, inclusive naqueles momentos de pressão quanto à entrega de atividades e artigos, visitas técnicas. Era sempre ela quem aturava as minhas frustrações, a alteração de humor, o cansaço, entre outras emoções que surgiam ao longo do caminho. Você, mais do que qualquer outra pessoa, sempre acreditou no meu potencial e sempre criou uma expectativa maior do que eu mesmo, quanto à conclusão desta etapa. Com certeza este momento só foi possível devido ao teu apoio.

Aos meus filhos, Esther Renata e Paulo Henrique, que suportaram com paciência os momentos de ausência. Tenho a convicção de que foram momentos difíceis, mas agora, com o encerramento deste ciclo, poderemos retomar os nossos momentos juntos. Vocês são fundamentais na minha vida, e essas palavras não conseguem expressar o sentimento que tenho por vocês.

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares, que de alguma forma contribuíram com a minha conquista. Sem esse apoio, a jornada seria mais complicada. Tenham a certeza de que as mensagens de estímulo sempre chegavam na hora certa.

Faltam palavras para expressar a admiração pela minha orientadora, professora doutora Maria de Lourdes Borges, a quem tive o prazer de conhecer enquanto ainda estava na graduação. Muito obrigado Malú, por acreditar no meu potencial quando eu ainda nem tinha um projeto de pesquisa para entrar no mestrado. Você pode ter certeza que eu não vou esquecer a tua amizade e o profissionalismo que demonstraste durante a orientação do meu trabalho. Em vários momentos eu não acreditava que estava no caminho certo, pois surgiam dúvidas que me atormentavam, mas a cada orientação que nós tínhamos, eu voltava confortado porque você sempre conseguia me colocar na rota novamente.

À minha coorientadora, professora doutora Cleusa Graebin, que olhava as minhas anotações e tinha ideias fantásticas. Obrigado por ser uma pessoa motivadora, que sempre teve um olhar especial, quanto ao progresso do trabalho. Suas dicas sempre foram essenciais para mim.

Às cooperativas Renascer e Cootre e a seus cooperados, que abriram as portas para que essa pesquisa se tornasse viável, de forma prestativa e atenciosa, sem medir esforços para atender às minhas solicitações. Sempre vou guardar em meu coração um carinho especial por vocês.

A todos os cooperados que supriram a ausência de seus colegas, enquanto esses estavam dando o seu depoimento, muito obrigado. Quero dizer que fui bem acolhido por todos e sempre que possível retornarei. Se Deus permitir fazer outras pesquisas, tenham a convicção de que vocês são os primeiros com os quais gostaria de contar novamente.

E, finalmente, um abraço especial às minhas entrevistadas, que deixaram suas atividades, para tornar possível essa pesquisa. Da cooperativa Renascer, à Sônia, Jessica e Daniela e da cooperativa Cootre, à Márcia, Vânia, Elenir e à Rita. Foi muito bom poder conversar e conhecer um pouco da trajetória da cooperativa. Aprendi muito com vocês.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo estudar a memória institucional em dois empreendimentos de economia solidária. A relação entre os dois temas, da memória institucional e da economia solidária, se apresenta de maneira incipiente. Parte-se do pressuposto de que a memória é um importante elemento para o avanço dos empreendimentos de economia solidária. O percurso metodológico utilizado abrangeu uma pesquisa qualitativa, exploratória de estudos de caso simples, utilizando-se entrevistas temáticas. No que se refere à análise dos dados, ela ocorreu por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicam que os elementos da memória institucional se mostram distintos nas duas cooperativas estudadas. Na Renascer foram evidenciadas características como acolhimento de pessoas socialmente excluídas, sentimentos de formar uma grande família, porém muitos cooperados não se sentem como donos do negócio, com alguma ambivalência sobre a maneira como a comunicação acontece, além do enfrentamento dos conflitos por meio de regras de convivência. As marcas da memória institucional na Cootre remetem à confiança como a sua base, tanto em relação à cooperativa, quanto em relação à liderança e aos pares. Em situações de conflito, o diálogo é suscitado nas primeiras discussões. Na Cootre, as pessoas são vistas com seus potenciais, para além de estereótipos ou preconceitos, permitindo que vidas fossem transformadas. O estudo da memória institucional na Cootre mostra como a economia solidária pode ser uma alternativa socioeconômica, porém não sem contradições, tais como falta de espaços de construção coletiva nas decisões, ou pessoas que saíram da cooperativa quando disseram que não o fariam. Portanto, apesar de a trajetória temporal da Renascer ser mais longa que a da Cootre, percebe-se que a memória institucional da Cootre pode ser entendida como calcada em confiança, enquanto que a da Renascer é calcada em regras.

Palavras chaves: Memória Institucional. Economia Solidária. Elementos da Memória. Cooperativa.

ABSTRACT

This thesis aims to study the Institutional Memory in two projects of Solidarity Economic. The relation between the two topics of Institutional Memory and Solidarity Economy presents incipient. It starts from assumption that memory is an important element for the advancement of the projects of Solidarity Economy. The methodological path applied involved a qualitative research, exploratory single case studies, using thematic interviews. Regarding the analysis of data occurred through content analysis. The results indicate that the elements of Institutional Memory are shown different in both studied cooperatives. In Renascer, were evidenced characteristics as host of socially exclude people, feelings to forming a large family, but many cooperative members do not feel like the owners of the business, with some ambivalence about how communication takes place occurs and facing up to conflicts by rulers of coexistence. The marks of Institutional Memory in Cootre refer back to the confidence as your base, both in relation to the cooperative, and in relation to leadership and peers. In conflict situations, dialogue is raised in the first discussions. In Cootre, people are seen with their potential, beyond stereotypes or prejudice, allowing lives were transformed. The study of Institutional Memory in Cootre shows how Solidarity Economy can be a socio-economic alternative, but not without contradictions, such as lack of spaces for collective construction in decisions, or people left the cooperative when they said they would not do it. Therefore, although the temporal trajectory of Renascer be long than the Cootre, it is clear that he Cootre Institutional Memory can be understood as grounded in trust, while the Renascer is grounded in rulers.

Keywords: Institutional Memory. Solidarity Economy. Elements of Memory. Cooperative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teses e dissertações mais relevantes da BDTD do IBICT sobre o termo Memória Institucional no título.....	16
Figura 2 - Teses e dissertações mais relevantes da BDTD do IBICT sobre o termo Economia Solidária no título.....	17
Figura 3 - Classificação dos tipos de memória	25
Figura 4 - Repositório de informações	31
Figura 5 - Maneiras de utilização da memória organizacional na empresa.....	32
Figura 6 - Células de armazenamento do repositório de informações.....	33
Figura 7 - Traços característicos da memória institucional.....	35
Figura 8 - Modelo de funcionamento da memória institucional.....	36
Figura 9 - Elementos da memória institucional	36
Figura 10 - Memória institucional e os agentes externos	37
Figura 11 - Legitimação da memória institucional.....	39
Figura 12 - Comparativo entre memória organizacional em memória institucional	41
Figura 13 - Primórdios da trajetória do cooperativismo no mundo	44
Figura 14 - Paralelo da trajetória do cooperativismo no Brasil e no mundo	47
Figura 15 - Maneiras de manifestação de uma economia sem dinheiro e as empresas sociais.....	51
Figura 16 - Principais componentes da pesquisa qualitativa.....	54
Figura 17 - Principais componentes desta pesquisa.....	56
Figura 18 - Percorso metodológico.....	58
Figura 19 - Regras para a montagem do <i>corpus</i> documental	59
Figura 20 - Estrutura de coleta de dados.....	60
Figura 21 - Tipos de história oral e aplicação	60
Figura 22 - Formação das colônias das entrevistas temáticas	62
Figura 23 - Relação dos participantes das entrevistas temáticas da cooperativa Renascer.....	63
Figura 24 - Relação dos participantes das entrevistas temáticas da cooperativa Cootre.....	64
Figura 25 - Desenvolvimento da pesquisa e resultados	65
Figura 26 - Análise de conteúdo.....	66
Figura 27 - Sumário do <i>e-book</i> Vidas Transformadas memórias da Reciclagem.....	68
Figura 28 - Elementos da memória institucional	69
Figura 29 - Relação das categorias a priori e a posteriori.....	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Problema de pesquisa	12
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	13
1.3	Justificativa.....	13
1.4	Estado da arte da pesquisa sobre Memória Institucional e Economia Solidária.....	15
1.4.1	Memória Institucional	15
1.4.2	Economia Solidária	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	Memória	19
2.1.1	Tipos de memória.....	24
2.2	Memória Institucional	30
2.3	Economia Solidária	42
2.3.1	Trajetória do cooperativismo no Brasil.....	44
3	PERCURSO METODOLÓGICO	54
3.1	Aspectos metodológicos	54
3.1.1	Pesquisa qualitativa e exploratória.....	54
3.1.2	Estudo de caso simples	55
3.2	Etapas do caminho metodológico desta pesquisa.....	57
3.2.1	Pesquisa bibliográfica	58
3.2.2	Contato com as cooperativas.....	58
3.2.3	Pesquisa documental	59
3.2.4	Entrevistas temáticas	60
3.2.5	Sistematização dos dados: transcrição das entrevistas e transcrição.....	64
3.2.6	Análise de conteúdo: tratamento e interpretação dos dados	65
3.3	Descrição do produto final do mestrado	67
4	ANÁLISE DAS CATEGORIAS	69
4.1	Análise das categorias emergentes.....	70
4.1.1	Categoria da Memória Institucional: informação / comunicação	70
4.1.1.1	Categoria emergente: comunicação nas cooperativas	70

4.1.1.2	Categoria emergente: reuniões	72
4.1.2	Categoria da Memória Institucional: responsabilidade socioambiental / solidariedade.....	73
4.1.2.1	Categoria emergente: responsabilidade socioambiental	74
4.1.2.2	Categoria emergente: solidariedade.....	74
4.1.3	Categoria da Memória Institucional: emoções.....	75
4.1.3.1	Categoria emergente: motivação / expectativa.....	75
4.1.4	Categoria da Memória Institucional: indivíduos	76
4.1.4.1	Categoria emergente: região de residência dos cooperados.....	77
4.1.4.2	Categoria emergente: mulheres	79
4.1.5	Categoria da Memória Institucional: ação, intuição, pensamento e linguagem	81
4.1.5.1	Categoria emergente: eventos	81
4.1.5.2	Categoria emergente: decisões.....	83
4.1.5.3	Categoria emergente: divisão do trabalho.....	84
4.1.5.4	Categoria emergente: vantagens trabalhistas	86
4.1.5.5	Categoria emergente: conflitos e relacionamentos	87
4.1.6	Categoria da Memória Institucional: instituição	92
4.1.6.1	Categoria emergente: entrada na cooperativa	92
4.1.6.2	Categoria emergente: deixar a cooperativa.....	94
4.1.6.3	Categoria emergente: Tecnosocial.....	96
4.1.7	Categoria da Memória Institucional: memória.....	97
4.1.7.1	Categoria emergente: pertencimento	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS.....	115
	ANEXOS.....	122

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa estudar como elementos da memória institucional se constituem no contexto de duas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos das cidades de Canoas e Esteio (cidades da região metropolitana de Porto Alegre). Explorou-se na literatura o que existe de referência sobre memória institucional e economia solidária, buscando-se o aprofundamento teórico desses dois conceitos. Para o desenvolvimento desta caminhada, foi preciso entender a interdisciplinaridade na qual esses dois tópicos de estudo estão envolvidos. Percebe-se que existe uma série de definições, apresentadas pelos mais diversos autores, os quais se propuseram a escrever sobre esses assuntos, demonstrando a polissemia que esses temas despertam.

Dentre tantos autores encontrados sobre memória que poderiam ser citados, tem-se: Costa (1997), Ricouer (2008), Pollak (1992), Cerqueira et al. (2008), Rueda, Freitas e Valls (2011) Halbwachs (1992), Gondar (2008).

O mesmo entendimento foi aplicado no que se refere à memória institucional, que também apresenta uma série de autores que discorrem com maestria sobre os seus conceitos e ideias no universo acadêmico, como: Walsh e Ungson (1991), Molina e Valentim (2011), Costa (1997), Costa e Saraiva (2011) e Rowlinson et al.(2010), Barbosa (2010), Rueda, Freitas e Valls (2011), Spiller e Pontes (2007).

Partindo para o campo da economia solidária, a literatura também apresenta como proeminentes no assunto autores como Singer (2001), França Filho (2001), Laville (2001), Lima (2010), Moraes et al. (2011), Gaiger (2009), Locks e Gugliano (2013), Silva (2011), Onuma et al. (2012), entre outros que buscam esclarecer diferentes elementos da economia solidária.

A economia solidária envolve a questão do cooperativismo, conhecido como um dos braços do sistema solidário. O interesse desta pesquisa centra-se em duas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos nas cidades de Canoas (Rernasc¹) e Esteio (Cootre²), cidades da região metropolitana de Porto Alegre. O Tecnosocial do Unilasalle foi o órgão responsável pelo período de incubação desses dois empreendimentos, onde mesmo desencubada, a Renasc¹ continua participando das reuniões desenvolvidas pelo projeto de incubadoras. Esse é o contexto em que esta pesquisa se insere. Contexto recheado de memórias institucionais, que tornaram interessante este estudo durante sua trajetória dentro das duas cooperativas.

¹ A cooperativa Renasc¹ já passou por um processo de incubação e no momento encontra-se em uma fase de pós-incubação.

² A cooperativa Cootre se encontra ainda na fase de incubação.

1.1 Problema de pesquisa

Para esta dissertação, parte-se do pressuposto da existência de elementos da memória institucional que se conectam com outros elementos da economia solidária no âmbito de duas cooperativas de reciclagem. Nesse sentido, pode ser entendido que pela análise da trajetória dessas cooperativas de reciclagem, desde a sua fundação até o seu estado atual de desenvolvimento, podem ser encontradas evidências de alguns traços característicos de memória institucional. Considera-se ainda que a narrativa dos cooperados constitui uma base sólida para confirmação dos traços que foram elencados durante a pesquisa documental. Salienta-se também o contexto externo em que essas organizações estão inseridas, tanto no seu relacionamento com os clientes e fornecedores, quanto com a comunidade que está a sua volta. Desta forma, a valorização dos testemunhos dos membros com maior tempo de trabalho nas cooperativas, ou seja, aqueles que já trilharam um longo percurso desde a fundação até o estágio atual, pode auxiliar e trazer esclarecimento sobre a problemática a que este estudo se propõe. Esses cooperados já passaram por momentos bons, outros difíceis, na construção da memória das instituições a que pertencem. Nesse contexto, deduz-se que as trajetórias dos membros podem estar relacionadas às histórias das respectivas cooperativas. Pois cada indivíduo tem uma percepção do ambiente que está inserido, que muitas vezes é diferente da percepção do outro que está imediatamente ao seu lado, e isso pode ser estendido para as demais pessoas do seu círculo de relacionamento ou outros vínculos sociais. Nesse sentido, torna-se necessário considerar essas percepções com a relação entre a cooperativa e a sociedade onde está inserida.

As cooperativas emergem como uma das formas reguladoras do sistema socioeconômico que foi se estruturando desde os anos 70, e que foi tomando forma nos anos 80, mas que atingiu seu auge nos anos 90, quando ganhou impulso e notoriedade em âmbito nacional. Este modelo que começava a ganhar destaque trouxe consigo mudanças no sistema de gestão desses empreendimentos emergentes, que começaram a surgir e funcionar como instituições. Até o momento não foi encontrado nenhum estudo que faça essa relação da memória institucional como contexto da economia solidária. Por isso, esse fenômeno tem um campo de pesquisa amplo para ser explorado, mesmo em meio as suas complexidades e subjetividades inerentes, e muitas vezes, de difícil acesso. Normalmente a referência à memória institucional está vinculada à memória organizacional, embora por essência trate de uma forma de produção que tem por iniciativa criar um produto social, muitas vezes vinculado ao nome da empresa, tais como centros de memória, museus, fundações. Diante do exposto, considera-se a hipótese de estudo desses dois elementos sociais.

Diante disso, surge o problema de pesquisa desta dissertação:

Como os elementos da memória institucional emergem no contexto de duas cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consumo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar estudo sobre memória institucional em duas cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consumo da Região Metropolitana de Porto Alegre, analisando elementos da memória institucional.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender a trajetória de duas cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consumo, a partir da análise das narrativas dos membros sobre a sua formação até o estado atual.
- Explorar e comparar os elementos da memória institucional a partir da trajetória de cada cooperativa.

Além disso, é meta desta dissertação produzir um *e-book*, como produto final, descrevendo e analisando as memórias institucionais destas duas cooperativas de reciclagem.

1.3 Justificativa

Durante a realização desta dissertação não foram encontrados trabalhos que apresentem uma inter-relação entre o estudo da memória institucional (MI) e empreendimentos de economia solidária (ES). Quando pesquisados artigos na biblioteca eletrônica Scielo¹, foram encontrados 60 artigos que tem registrado o termo “economia solidária” no campo “assunto”. Na mesma biblioteca, quando pesquisado o termo “memória institucional” no campo “assunto” apareceram somente dois artigos. Quando associamos os dois temas, nenhum artigo foi identificado³. Existem estudos separados, que trabalham aspectos específicos de cada um dos dois tópicos em questão, mas que tinham uma relação direta com a área de conhecimento do pesquisador.

³ Além de buscas na biblioteca eletrônica Scielo, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT, apresentadas a seguir.

A pertinência do estudo da MI, conforme Costa (1997), deve-se ao fato de que existe uma sobreposição de conceitos que se confundem com a memória organizacional (MO). A autora faz uma distinção, separando os conceitos e finalidades de cada uma dessas memórias. Barbosa (2010) considera a instituição como uma das formas que as organizações encontraram para se comunicarem com a sociedade, onde a primeira demonstra certo interesse voltado para as questões sociais. Academicamente, foi Costa (1997) quem abriu caminho para o estudo da MI no Brasil, nos moldes de uma memória voltada para o conjunto social. Outros trabalhos foram realizados, mas muitos deles ainda fazem referência ao estudo proposto por ela. Por isso, considera-se que não houve uma mudança significativa dos conceitos formulados na sua tese, onde ainda o campo de estudo da MI requer uma exploração voltada para esse viés social, conforme será apresentado no estado da arte da pesquisa. Em pesquisas internacionais, nas bases de dados da Academic Search Premier, Business Source Elite, Education Research Complete, World Politics Review, Regional Business News e Human Resources Abstracts (disponibilizadas na EBSCO) com o termo “solidarity economy” apareceram somente 11 trabalhos. Nas mesmas bases quando pesquisado o termo “institutional memory” foram identificados 17 trabalhos. Nenhum deles explorando os dois temas concomitantemente foi identificado. Foram examinadas também as bases do Google e Google Scholar, que da mesma forma que as outras bases, também não apresentaram estudos relacionados.

Quando comparados os achados da pesquisa nacional e da pesquisa internacional, pode-se pensar que há uma maior ênfase nos estudos sobre Economia Solidária em detrimento dos estudos de Memória Institucional aqui no Brasil. Mas o campo de pesquisa da Memória Institucional está em ascensão, por isso a importância de se estudar a interseção entre esses dois termos. A pertinência desta pesquisa se dá justamente por não ter nenhuma proposta de pesquisa semelhante à desta dissertação. O entendimento dos elementos constitutivos da Memória Institucional nos empreendimentos de Economia Solidária pode auxiliar outros futuros empreendimentos sobre a maneira de refletir e trilhar esse caminho solidário, que já foi descortinado por essas primeiras cooperativas.

Outro fator preponderante a ser analisado diz respeito à geração desenfreada dos resíduos sólidos pós-consumo, tal como observado nas grandes metrópoles brasileiras (BRASIL⁴, 2012). Nota-se que essa desordem traz consigo um enorme problema social que precisa ser levado em consideração, como a necessidade de descarte ou o tratamento desses resíduos de forma adequada, que evitaria o acúmulo em locais impróprios. Nesse contexto, ganham destaque as cooperativas de

⁴ Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2012. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS_consultaspublicas.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

reciclagem, que têm papel fundamental na destinação adequada desses materiais, através do processo de triagem, classificação e destinação, por meio das usinas recicladoras. A redução ocorre efetivamente quando o material descartável é transformado em um novo produto, pronto para ser reutilizado. De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2012), em todas as regiões brasileiras tem aumentado significativamente a quantidade de resíduos sólidos coletados, a exceção foi a região sudeste, que apesar de ser a que possui a maior quantidade de habitantes comparada com as demais regiões, foi a única que apresentou uma redução significativa na geração de seus resíduos sólidos conforme apresentado no referido plano (BRASIL, 2012). Por isso, existe a necessidade de um estudo que faça a relação entre a MI e ES. Essa relação será observada através da análise de duas cooperativas de reciclagem, que podem fornecer subsídios que auxiliem o surgimento de novos empreendimentos. Mostrar o seu sistema de gestão e autogestão pode auxiliar, no futuro, o poder público a controlar e monitorar o descarte de resíduos, contribuindo com a redução do volume e da quantidade de resíduos que terminariam em lixões ou outros locais considerados impróprios para descarte. Dessa maneira, a presente dissertação também vislumbra o benefício da comunidade em geral, que teria um ambiente mais limpo, onde o impacto ambiental seria minimizado, demonstrando interesse no bem-estar social da população.

1.4 Estado da arte de estudos sobre memória institucional e economia solidária

A abordagem desses dois temas tem relevância para diversas áreas do conhecimento, como economia, administração, gestão ambiental, logística, comunicação social, tecnologia da informação, entre outras, pois isso permitiria uma visão mais ampla, resultado de um estudo abrangente e completo. Diante do exposto procuramos dissertações e teses sobre os temas desta pesquisa que são a MI e ES.

1.4.1 Memória Institucional

O tema da Memória Institucional ainda está incipiente no Brasil, pois quando procurado o referido termo na base de teses e dissertações Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) apareceram sete trabalhos. Esses sete trabalhos continham o termo Memória Institucional no campo “título”. Quando pesquisado o termo Memória Institucional no campo “assunto”, aparecem somente 12 trabalhos, porém nenhum deles que fizesse referência à Economia Solidária.

Autor (a)	Título	Características
Icléia Thiesen M. Costa (1997) Doutorado UFRJ	Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica	O objetivo foi o de esclarecer e debater teórico-metodologicamente o conceito memória institucional.
Andréia Arruda Barbosa (2010) Mestrado PUCRS	A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional: o caso exército brasileiro	Evidenciar a memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional para (re) construir relacionamentos de valor com os públicos de interesse, utilizando as práticas de memória realizadas pelo Exército Brasileiro.
Cristina Russo Geraldes da Porciúncula (2008) Mestrado PUCRS	O uso de instrumentos de relações públicas na construção da memória institucional: estudo de caso FENADOCE - Feira Nacional do Doce.	O objetivo foi verificar como se estabelecem programas de memória institucional com base em instrumentos de Relações Públicas por meio de um estudo de caso exploratório na maior feira da Região Sul do Estado, a FENADOCE.
Marlene de Oliveira (2012) Mestrado UEL Londrina / Paraná.	Memória institucional da associação brasileira de educação em Ciência da Informação (ABECIN).	Considera a memória institucional como um elemento importante para o funcionamento das instituições. Meio eficaz para a garantia de informação estratégica, fundamental à gestão, planejamento organizacional e à tomada de decisão.
Tarcila Peruzzo (2013) Mestrado UFRJ	A seção de obras raras da biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz e a memória institucional da saúde pública no Brasil	Essa dissertação aborda a ideia de que o acervo de obras raras da FIOCRUZ tem estreita ligação com a memória institucional.
Maria Tereza Navarro de Britto Matos (2004) Doutorado UFBA	Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia	Descreve a distinção entre organização e instituição universitária, a dinâmica conceitual implicada na noção de instituição, desenvolvendo e apresentando o jogo de opostos entre o instituinte e o instituído, além de estabelecer e demonstrar a relação direta que mantém com a noção de memória.
Mateus Furlanetto de Oliveira (2011) Mestrado USP	Memória do efêmero: comunicação e memória no processo de institucionalização de grupos de teatro.	Processo de resgate das memórias de grupos de teatro buscando o fortalecimento institucional.

Figura 1 - Teses e dissertações mais relevantes da BDTD do IBICT sobre o termo Memória Institucional no título.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Analisando a tese de doutorado de Costa (1997), percebe-se que no desenvolvimento da sua pesquisa ela apresenta uma diferenciação entre Memória Organizacional e Institucional. Baseado nessa diferenciação apresentada pela autora, que servirá de norte para esta dissertação, o viés da MI terá relevância fundamental, tendo em vista ter relação direta com o objeto de pesquisa. Seguindo esta linha de pensamento que permeia a memória das organizações, tem-se outra pesquisa aplicada ao ambiente acadêmico. Nos demais trabalhos pode ser percebido que apesar de citarem a MI, cada autor trilhou um caminho diferente. Um relaciona com a questão da comunicação interna, outra trata da relação interna e externa na forma de relações públicas analisadas no contexto de uma festa típica estadual. Ainda existe a relação de similaridade entre a memória organizacional e

institucional, onde também se nota que a constituição de um acervo está relacionada com determinadas instituições e a formação da sua memória, e finalmente a relação da MI com a cultura nacional. Mas nenhum desses estudos faz relação com a economia solidária.

1.4.2 Economia Solidária

Quando procurado o termo ES na base de teses e dissertações do IBICT (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) apareceram 166 (cento e sessenta e seis) trabalhos que continham o termo ES em seu “título”. Quando pesquisado o termo ES no campo “assunto”, apareceram 283 (duzentos oitenta e três) trabalhos.

Autor (a)	Título	Características
Priscilla Maia de Andrade (2007) Mestrado UNB	A economia solidária é feminina? Análise da política nacional de economia solidária sob a perspectiva de gênero.	Analisa as relações de gênero, o desenvolvimento da política nacional de economia solidária, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária criada pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.
Rodrigo Correa Ramiro (2007) Mestrado UNB	Economia solidária e turismo: a experiência da incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região nordeste do Brasil	Analisa, pela visão econômica heterodoxa, as relações entre turismo, combate à pobreza e desigualdade social, com foco na discussão e do fomento às práticas de economia solidária sob a referência empírica do projeto de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo do MTur e ITCP/COPPE/UFRJ na região nordeste do Brasil.
Ednalva Felix das Neves (2009) Mestrado UNICAMP	A capacitação para a gestão de empreendimentos de economia solidária: experiências e propostas	Analisa a capacitação para os empreendimentos de Economia Solidária (EES) e sugere linhas gerais que podem nortear a elaboração de cursos de capacitação para EES.
Edna Marta Pelosi (2013) Mestrado UEL	Complexidade e economia solidária: a construção de novas concepções de produção e sociabilidade – um estudo de caso de empreendimento solidário	Busca compreender como novas concepções de produção e sociabilidade podem ser tecidas no seio de um contexto adverso.
Sirlei Rose Martos (2013) Mestrado UEL	Economia solidária em Londrina: entre os princípios e a práxis.	Busca compreender como se estabelece o processo de incubagem, apurar as contradições entre os ideais de emancipação que fundamentam a economia solidária e a realidade vivenciada por esses grupos.
Nildete Maria da Costa Ferreira (2010) Doutorado UFRN	Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar.	Analisa quais práticas que conduzem ao êxito da economia solidária, conforme itens categorizados pela autora.
Luciane da Luz (2010) Mestrado URB	Desenvolvimento regional, economia solidária e política pública: um estudo do associativismo em Lontras, SC.	Analisa o conjunto de experiências associativas e autogestionárias.

Figura 2 - Teses e dissertações mais relevantes da BDTD do IBICT sobre o termo economia solidária no título
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Foram selecionados alguns trabalhos resultantes dessa pesquisa como exemplo de caminhos que se abrem quando o assunto da ES está em pauta. Muitos se propuseram a expor sobre o tema do desenvolvimento da ES baseados nos programas de políticas do governo, através de órgãos reguladores e normativos. Outros traçam um paralelo com outras áreas sociais como forma de redução da desigualdade social. Percebemos muitos trabalhos de pesquisa associados a algumas etapas ou processos (fases) do progresso dos empreendimentos solidários. Alguns propõem a execução de cursos com o intuito de capacitação dos cooperados, como forma de auxiliá-los a gerirem seus próprios negócios. O auxílio empreendido pelas incubadoras sociais fornece aos empreendedores sociais, apoio para que estes se desenvolvam desde os primeiros passos até que a autogestão seja alcançada. Algumas pesquisas se propuseram a relatar experiências associativas e autogestionárias.

Como a pesquisa sobre o estado da arte não contemplava um estudo sobre a memória institucional relacionado com a economia solidária, foi elaborado um embasamento teórico acerca desses dois temas, que será apresentado no próximo capítulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória

A presente seção inicia com os conceitos básicos de memória, para em seguida definir a memória institucional que é o objeto de estudo desta dissertação. Muito se tem estudado sobre esse assunto e seus conceitos, mas ainda não se chegou a uma definição adequada que contemple todas as disciplinas que se esforçam em desvendar os mistérios que estão envoltos quando o assunto é a memória. Em função dessa constatação, a nossa abordagem nesta pesquisa não tem caráter conclusivo, pois percebe-se a existência de um grande número de variáveis envolvidas nesse processo. Porém, a fim de direcionar o esforço para um embasamento o mais sólido possível, será utilizado um modelo de pesquisa baseado nos estudos de Icélia Costa (1997), tendo em vista que outros autores têm buscado em sua tese um direcionamento e embasamento, quando o assunto se refere a MI.

Costa (1997) compreende que a memória não envolve apenas relembrar o passado, pois existem mais elementos que movimentam essa memória como o conjunto de emoções e sentimentos que não estão expressos nas falas das pessoas que narram os diversos acontecimentos. No caso da memória documental a situação se torna mais complexa, pois é difícil sentir, perceber ou capturar as pausas da fala, entonação da voz, ou ainda os gestos de quem está narrando. Quando existe uma percepção do contexto onde o documento está inserido, pode ser entendido o sentimento dos agentes envolvidos, bem como a percepção deles sobre o ocorrido. A memória pode ser compreendida como um “conjunto dinâmico, espaço não só de relação, mas de reinterpretação/renovação de sentido” (TEDESCO, 2004, p. 59). Nesse entendimento, Costa (1997) diz que é “Inútil esperar que as lembranças que afloram no presente sejam cópias fiéis de realidades vividas no tempo que passou. Nossas lembranças do passado são recriadas no instante presente, com o acervo que detemos no momento da recuperação dessas informações” (COSTA, 1997, p. 128).

Um acontecimento pode sofrer alterações de detalhes na lembrança, e a maneira como um fato retorna a lembrança hoje pode ser diferente da maneira como esse mesmo fato será lembrado daqui a dez anos. Nesse sentido, sentimentos, percepções e imaginação ganham maior força no momento de lembrar, gerando interpretações diferentes, em momentos diferentes. Assim, retornando ao conceito de que a memória é dinâmica, pode ser percebido que a partir de um acontecimento específico, podem ser realizadas (re) leituras diferentes, em cada período de tempo em que a memória emergir, conforme Santos (2003); Tedesco (2004).

Como a definição de memória ainda está em processo de construção, a utilização de conceitos e definições adotadas por alguns autores torna-se de vital importância no intuito de auxiliar a compreensão desse assunto. “Cada pessoa detém um conjunto de informações/memórias, que são resultantes de suas experiências” (COSTA, 1997, p.136). Na concepção de Costa (1997), a memória é o resultado de um acúmulo de informações, percepções e experiências vividas, que são inerentes a cada indivíduo. Como relata Pollak (1992), o ser humano não tem a capacidade de guardar todas as experiências adquiridas ao longo da vida, pois existe um processo natural de esquecimento no ser humano, onde lembrar e esquecer faz parte da sua constituição biológica.

Esse processo de trazer à memória algum evento registrado na mente pertencente ao passado é o que Ricouer (2008) e Costa (1997) entendem como uma luta contra o esquecimento e, ainda, que o esquecimento surge porque o ser humano não é uma máquina capaz de guardar todo tipo de informação, o que pode ocasionar uma sobreposição de informações. A maneira encontrada pelo cérebro para resolver essa questão da sobreposição de informações, seria, segundo Ricouer (2008), utilizar o esquecimento como um processo que auxiliaria a capacidade da nossa memória, pois com a eliminação de informações (esquecimento) surgiriam novos espaços para armazenar novas informações. Por isso, pode-se entender que algumas informações precisam ser esquecidas para que outras novas possam ser guardadas. Memória e esquecimento estão em constante oposição e a esse fenômeno Ricouer (2008) denominou como luta contra o esquecimento. Pollak (1992) também considera que não é possível armazenarmos todas as informações que recebemos.

O entendimento fica mais complexo, pois em determinados momentos se quer (re)lembrar, enquanto em outros momentos se quer esquecer. Esse jogo não é simples, pois nem sempre existe a possibilidade de lembrar tudo o que se deseja no exato momento em que se deseja, porque o esquecimento está em oposição. Enquanto em outros momentos, pode surgir na lembrança algo não desejado, porque a memória mantém esse jogo de oposição. Infelizmente o ser humano não tem uma forma de controlar essa situação, ou seja, escolher o momento em que cada uma dessas memórias (lembrança e esquecimento) pode agir. Pode existir a falsa sensação de que se tem o controle, pois algumas vezes é possível resgatar alguma informação desejada, mas normalmente isto ocorre motivado por um estímulo que atua na memória para que ela possa surgir. Esse estímulo traz a falsa sensação de que a memória pode ser controlada.

Mesmo sem saber o momento de atuação de cada uma delas, entende-se que, por esforço, a lembrança pode surgir. Para Cerqueira et al. (2008) esse forçar a lembrança é denominado de evocação, ou seja, no momento presente se buscaria informações armazenadas no passado. Entende-se que cada indivíduo vai trazer à lembrança - que é o sentido da palavra evocar - as suas experiências passadas para atender determinado fim que se apresentou no presente. Esse processo

de evocação vai ao encontro da proposição de Ricouer (2008), especialista no estudo da memória e do esquecimento, na qual ele cita que é preciso evocar para não esquecer.

Outro fator determinante da definição de memória envolve a questão do tempo, conforme os autores Rueda, Freitas e Valls (2011); Costa (1997). Ainda referente ao tempo, tem-se a seguinte definição: “a memória, em sua forma mais elementar, é fundamentalmente tempo, movimento do tempo. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam” (COSTA, 1997, p.38). Todo processo de rememoração está ligado ao fator tempo, entrelaçando o passado, com o presente, por isso que se cita a memória como o movimento do tempo. O tempo por si só não faz nenhum sentido se não garantir a continuidade através da memória.

Já Rueda, Freitas e Valls (2011), quando falam da relação memória - tempo também reforçam a garantia da continuidade, acrescentam a resistência àquilo que é do outro, a mudanças e transformações pertinentes ao indivíduo. Novamente Costa (1997), retratando a função memória - tempo, faz outra analogia referente ao tempo criador de experiências com o conhecimento. As experiências são adquiridas através do tempo e processadas através da lembrança e do esquecimento, produzindo conhecimento, que para a autora são variações da memória. Na visão de Costa (1997), o tempo tem papel fundamental na formação do conhecimento e da memória.

Outra forma de relação a ser considerada é a da memória e o esquecimento que, para Costa (1997), quando existe a lembrança de algum fato ou informação, significa que por um tempo essa informação esteve esquecida ou armazenada em algum outro local, até que, quando evocada, retorne à memória, ou seja, sendo algo passível de ser recuperado. Em função disso, na memória existe a possibilidade de lembrar e esquecer, sendo o esquecimento aquilo que não retornou ao processo da lembrança, conforme Pollak (1992) e Ricouer (2008), “O esquecimento é condição de possibilidade da lembrança e a outra face da memória” (COSTA, 1997, p.126).

Segundo Costa (1997), o processo que é denominado de esquecimento saudável é necessário, “pois nos faz criar novos valores e comportamentos, novas instituições e acontecimentos, o que quer é apontar para a possibilidade de privilegiar outras informações, diversas daquelas já existentes” (COSTA, 1997, p.127). Portanto, um indivíduo esquece porque precisa esquecer, também porque quer esquecer, pois existem coisas às quais não existe o desejo de que retornem à memória, pelos motivos mais diversos que possam existir.

A seletividade da memória também é fator constituinte da sua definição, pois naturalmente se faz escolhas em todas as áreas da nossa vida. É nesse sentido que, fazendo referência à memória, é dito que: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.4). O esquecimento é parte do processo de seleção da memória. A ideia proposta por Costa

(1997) é interessante, pois para ela “para viver é preciso esquecer e lembrar, ou seja, selecionar pensamentos, ações, decisões, com todo o arsenal de informações acumuladas no tempo” (COSTA, 1997, p.132). Conforme relatado por Costa (1997), todas as informações recebidas e processadas são transformadas em marcas e traços da memória, retidos pelo processo de seleção, o que também é considerado que essas marcas e traços selecionados retornam à memória, mesmo que tenham ficado no esquecimento por um determinado período de tempo.

Costa (1997) compreende que a memória do ser humano começa a se formar antes mesmo dele possuir a capacidade de retenção de informações, pois para a autora, o corpo humano é constituído de informações e consequentemente de memória, bem como ainda existe o fator cultural e social em que o indivíduo está inserido.

Existe o entendimento de que a memória depende desses fatores culturais e sociais, pois:

É na sociedade que as pessoas normalmente adquirem suas memórias. É também na sociedade que elas recordam, reorganizam e localizam as suas memórias. (...) quando me lembro, é do outro que me estimula, a sua memória vem em auxílio da minha, e a minha depende deles. (HALBWACHS, 1992, p.38).

Esse conceito estabelecido por Halbwachs (1992) e referenciado por Costa (1997) é digno de consideração, pois não é incomum que se analisem memórias adquiridas apenas pela experiência de vida, deixando de lado as informações familiares herdadas dos pais. Essas memórias não são facilmente exploradas, pois o indivíduo não tem consciência de muitas dessas informações. Por isso explora-se o campo das memórias-experiências que são mais fáceis de serem tratadas.

Para Halbwachs (2006), memória é um processo de reconstrução do passado na consciência dividido em três aspectos: sedimentação, conservação e reconhecimento. Mesmo dentro de eventos coletivos as pessoas retêm informações individuais, ou seja, a lembrança vai estar relacionada àquele indivíduo específico, pois é ele (como indivíduo) que vai lembrar. Seria isso que Gondar (2008) chama de fenômeno individual de memória, correspondendo a um resgate do passado pela pessoa.

Halbwachs (2006), um dos principais teóricos sobre memória coletiva, afirma que partindo da individualidade para recuperação da memória de um acontecimento ocorrido, encontra-se dificuldades para alcançar uma lembrança completa. Entretanto, o ato de recuperação da informação se tornaria possível pelo conjunto coletivo de memórias.

A memória coletiva utiliza-se das memórias individuais na sua formação, embora não possa ser descrita como a soma das memórias individuais. O próprio Halbwachs (1992) considera impossível a recuperação da memória fora do convívio em sociedade. É nesse convívio que as memórias se estabelecem e são construídas.

Coletivamente a memória pode ser prolongada, porque existem mais indivíduos que se preocupam com a guarda dessa memória, diferentemente da individual que acaba quando a pessoa perde o seu poder de memória. Torna-se muito mais fácil conceber a noção de memória e lugar de memória quando existe referência a grupos, pois o que está em jogo é do interesse coletivo em detrimento do interesse individual. Rueda, Freitas e Valls (2011), trabalhando na construção de uma descrição da memória coletiva, consideram-na como memória social, que consiste de memórias individuais e fatos ocorridos no ambiente social. Rowlinson et al. (2010) também tem esse entendimento, pois considera o indivíduo como sendo o detentor da memória, e que a memória coletiva, por outro lado, seria o relato das experiências individuais para construção da história coletiva.

Halbwachs (2006) enfatiza que memória tem relação com o tempo presente. É exatamente no presente que ela se manifesta, embora o que é recordado é algo ocorrido no passado ou alguma informação do passado, esse se manifesta pela recordação (memória) no momento atual. Essa questão de trazer as informações do passado para atender às necessidades do presente, faz parte do conceito de autores importantes como Halbwachs (1925 [2001]), Le Goff (1990) e Nora (1993).

Os acontecimentos do passado tornam-se experiências que ficam registradas em algum lugar de nossa memória ou, conforme as situações, simplesmente caem no esquecimento. Quando há o resgate de alguma informação, considera-se que essas experiências estavam registradas em algum local do cérebro, tornando possível a sua recuperação.

A memória coletiva tem como seu maior atributo a característica da continuidade, conforme apresentada por Rouso (1998). Pois se não houver perpetuação, deixa de existir, desaparecendo e dando lugar a outras informações, que formarão uma nova memória. Pollak (1989) atribui mais duas características para a memória coletiva além da continuidade, que seriam: coesão interna e defesa de fronteiras.

A primeira característica é chamada de coesão interna porque se refere a uma memória em que existe um interesse comum na sua preservação, demonstrando que existe uma conexão entre as pessoas em prol do coletivo, que não medem esforços na busca desse interesse comunitário. A segunda característica é chamada de defesa de fronteiras, pois também se torna um fator importante, quando determina os limites de ação e de influência que aquele grupo detentor da memória exerce no seu território.

Mesmo existindo pontos concorrentes entre os tipos de memória individual e coletiva, ainda assim elas se complementam. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p.51). Desta forma pode ser entendida a memória coletiva com base nas informações individuais. Por isso que Santos (2003) argumentou sobre a impossibilidade

da memória individual ser completa em si, porque é fragmentada, e necessita de informações coletivas para construção de uma memória social. Halbwachs (1992) argumenta que é na relação social que a memória é evocada: um indivíduo influencia o outro na (re)construção da memória, onde existe uma dependência mútua com estímulos coletivos que movimentam e impulsionam a lembrança no tempo presente das experiências passadas.

À priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo (...) a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 2)

Pode-se entender que é nesse movimento de flutuação (oscilação – onde em momentos se sobressaem a memória individual e em outros momentos a coletiva) e transformação coletiva que a memória vai tomando forma, aparando as arestas até que fique solidificada no senso comum. No processo de transição da memória individual (informações e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos), para a memória coletiva, é preciso de um lugar onde os registros dessa construção da memória podem ser mantidos, que Nora (1993) denomina de lugar de memória. Neste cenário dos lugares de memória encontram-se os museus, galerias e outros locais destinados a trazer à lembrança informações que não devem ser esquecidas, ou ainda para lembrança de que tais ações não podem mais ser realizadas.

2.1.1 Tipos de Memória

No estudo da memória, desde o início pode ser percebido que existem várias maneiras de evocar uma lembrança, como memórias de curta ou longa duração, fortes ou fracas, entre outras formas. Na realidade existem inúmeras definições ou agrupamentos de memórias conforme o que cada autor estabelece. Alguns autores propuseram um modelo de classificação da memória. Dentre esses autores temos Candau (2011), Matheus (2011), Rowlinson et al. (2010), Deleuze (1995), Baddeley, Anderson e Eysenck (2011), Costa e Saraiva (2011) e Costa (1997). Ainda existem outros autores que também se propuseram a criar uma forma de classificar a memória de acordo com critérios que eles próprios consideram os mais adequados. Não existe a pretensão de apresentar uma relação completa e finita de autores, apenas mostrar a amplitude que pode ter a análise e classificação dos tipos de memória. No quadro a seguir serão apresentados alguns desses autores que abordam os tipos de memória bem como o entendimento que eles têm sobre o que cada uma delas representa, ou seja, o seu significado, quanto à classificação, cada autor também expressou a sua percepção sobre os vários tipos de memória.

Autor	Características	Entendimento	
Candau (2011); Mathews (2011)	Memória forte	O autor descreve que se trata de uma memória massiva, coerente, compacta e profunda.	
	Memória fraca	Memória sem contornos definidos, difusa e superficial, dificilmente compartilhada.	
	Protomemória	Memória social incorporada, tal como se expressa, nos gestos, práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente, sem um julgamento prévio.	
	Memória propriamente dita	Trata-se da evocação ou recordação voluntária. Ela possui extensões como os saberes enciclopédicos, as crenças, as sensações e os sentimentos.	
	Metamemória	Construção identitária. Representação das lembranças, o conhecimento que temos delas.	
Rowlinson et al. (2010)	Memória de procedimento	É lembrar de como fazer alguma coisa, como andar de bicicleta.	
	Memória declarativa	Permite-nos lembrar que o objeto com duas rodas é chamado de uma bicicleta.	
	Memória semântica	Nos permite aprender as habilidades e adquirir os hábitos que nos permitem realizar atividades como dirigir um carro sem qualquer experiência subjetiva	
Deleuze (1995)	Memória de curta duração	Compreende o esquecimento como processo. (Ela é da ordem de um minuto), é de tipo rizoma, diagrama. Não é submetida a uma lei de contiguidade ou imediatidade em relação a seu objeto; pode acontecer à distância, ir ou voltar muito tempo depois.	
	Memória de longa duração	É consistente e centralizada (impressão, engrama, decalque e foto). O que Imita e traduz, age nela, à distância, a contratempo, "intempestivamente", não instantaneamente.	
Baddeley, Anderson e Eysenck (2011)	Memória sensorial	Ícônica	Tem relação com a breve armazenagem da memória visual.
		Mascaramento	Processo de percepção e/ou armazenamento em que um estímulo é influenciado por acontecimentos que ocorrem antes da apresentação (mascaramento anterior) ou depois (mascaramento posterior).
		Ecoica	Tem relação com a memória sensorial auditiva.
	Memória de curta duração	Refere-se à retenção temporária de pequenas quantidades de material sobre breves períodos de tempo.	
	Memória de trabalho	Fundamenta-se na suposição de que existe um sistema para a manutenção e manipulação temporária de informação, e de que isso é útil na realização de muitas tarefas.	
	Memória longa duração explícita ou declarativa	Episódica	Sistema que serve de base à capacidade de relembrar eventos específicos.
		Semântica	Sistema que se supõe armazenar conhecimento sobre o mundo.
Memória de longa duração implícita ou não declarativa	Condicionamento clássico.	Aprendizado pelo estímulo sonoro, seguido de uma ação, provoca uma resposta, conhecido como priming -processo pelo qual a apresentação de um item influencia o processamento de um item subsequente, tornando processo mais fácil, ou mais difícil.	
Costa e Saraiva (2011)	Memórias Oficiais	Refletem o posicionamento ideológico da empresa (grupos) em geral estão presentes na descrição do passado.	
	Memórias esquecidas	Consideradas relativamente menos importantes, não cabendo serem lembradas.	
	Memórias subterrâneas	Oriundas de uma história não oficial, e, por isso sussurradas.	
	Memórias clandestinas	Supõem ilegitimidade do ponto de vista oficial, e por isso são combatidas pela memória oficial.	
	Memórias silenciadas	Sobre as quais pesa uma pressão para que não sejam sequer sussurradas, uma vez que preservam versões às quais não se deseja acesso.	
	Memórias vergonhosas	Podem apresentar o resultado de decisões desastradas, que causaram embaraço aos líderes.	
	Memórias proibidas	Constituem verdadeiros tabus, e cujo resgate não pode ser sequer cogitado.	
Costa (1997)	Memória hábito	Tem o objetivo de fixar comportamentos e condutas.	
	Memória arquivo	Determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas, para a manutenção de determinada ordem vigente.	

Figura 3 - Classificação dos tipos de memória

Fonte: Baseado em Candau (2011); Mathews (2011); Rowlinson et al. (2010); Deleuze (1995); Baddeley, Anderson e Eysenck (2011); Costa e Saraiva (2011); Costa (1997)

Candau (2011) e Matheus (2011) apresentam dois tipos de memória: forte e fraca. Segundo eles, quanto mais forte for a memória coletiva, maior grau de pertencimento e engajamento dos indivíduos, resultando numa participação ativa em todos os atos da sociedade. Quanto mais forte for um grupo, torna-se mais fácil mantê-lo unido e perpetuar a sua memória, quanto a isso é o que propôs Rousso (1998) com a questão da continuidade. Também pode ser mais fácil manter a coesão interna e a divisa de fronteiras. Nenhum outro grupo conseguirá impor uma memória diferente daquela que o grupo detém, sem enfrentar resistência, pois sua memória está consolidada.

Para um melhor entendimento do que constitui uma memória forte, tem-se que é "Uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória [...] que, ao definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais" (POLLAK, 1989, p.3). Tentar mudar uma memória forte seria como entrar em uma luta contra questões políticas, sociais e culturais, além de disputas de poder. Além dessa diferenciação entre memória forte e fraca, existem outras classificações. De acordo com Pollak (1989), as memórias podem ser dos tipos esquecidas, subterrâneas, clandestinas, silenciadas, vergonhosas e proibidas. Para o autor tais categorias de memórias não significam grau de importância entre elas, sendo apenas um registro referente à existência desses tipos de memória.

Ainda na sua categorização da memória, Matheus (2011) citou ainda outras três formas de classificações de acordo com a maneira como a memória pode ser representada, quer nas atividades simples do cotidiano, onde não se exige um aprendizado técnico anterior, mas com a capacidade de realizar alguma atividade social, por meio do hábito, que é denominada de protomemória. Já no segundo modelo denominada de memória propriamente dita, pode ser percebida a possibilidade de resgate de informações que voluntariamente pode ser resgatada. Já o terceiro modelo denominado de metamemória representa uma memória com raízes mais profundas, que como o próprio autor afirma, diz respeito a construção da identidade. Matheus (2011) apresenta, através dos seus modelos, uma forma crescente da complexidade da memória, começando pela forma mais simples que seria a repetição de hábitos, passando pelo resgate voluntário até a criação de uma identidade, através da memória.

Já Rowlinson et al. (2010) classifica a memória em três níveis, assim como Matheus (2011), que aumentam a sua complexidade, conforme apresentado na tabela acima, pela memória declarativa em que existe a percepção do mundo e das coisas, identificando-as pelo conhecimento que as pessoas têm, no qual o autor mostra que pode-se identificar que um objeto de duas rodas é uma bicicleta, mas também poderia ser uma motocicleta. Desta maneira é a memória declarativa que permite distinguir entre os dois objetos, qual deles realmente é a bicicleta. Já no modelo semântico, a memória permite executar atividades sem que houvesse um contato prévio anterior,

mas existe a possibilidade de executá-la, utilizando habilidades e hábitos adquiridos. No terceiro modelo, conhecido como de procedimento, pode-se realizar uma atividade que em algum momento fez parte da rotina pessoal, porque o registro da memória permite trazer à lembrança como aquela atividade pode ser executada.

Outro autor que categorizou a memória foi Deleuze (1995) dividindo a memória entre curta e longa duração. A memória de curta duração, que segundo a autora dura em torno de um minuto, consiste na lembrança de acontecimentos que oscilam entre idas e vindas e que não mantêm uma continuidade, pois logo desaparecem, rompendo aquele ciclo e retornando em outro momento repetindo o ciclo novamente. A memória curta para Baddeley, Anderson e Eysenck (2011) tem o sentido de que podemos reter pequenas coisas por um período de tempo pequeno, ou em outros termos, existe o que pode ser chamado de memória temporária. No que se refere à memória de longa duração, tem-se que ela, ao contrário da memória de curta duração, traz consigo o traço da continuidade, ou seja consegue-se perceber a memória, traduzindo para o cotidiano de forma que possa usufruir daquela lembrança. Baddeley, Anderson e Eysenck (2011) também caracterizaram a memória de longa duração, mas subdividida em três partes: memória episódica caracterizada como aquela memória capaz de lembrar eventos específicos e a memória semântica que nos permite ter a percepção do mundo. Esses dois tipos de memória de longa duração fazem parte da memória explícita ou declarativa, enquanto que a terceira parte consiste na memória implícita ou não declarativa, denominada de condicionamento clássico, onde a memória pode ser acionada por estímulos, na intenção de obter um resultado.

A categorização proposta por Costa e Saraiva (2011) está voltada para o modelo empresarial, mas percebe-se também uma relevância social. O primeiro modelo apresentado diz respeito à memória oficial, que tem um caráter ideológico, pois tende a ser a versão utilizada no contexto empresarial e social, ela tende a se sobrepor a qualquer outro tipo de memória que tentar se levantar contra ela. No segundo modelo tem-se as memórias esquecidas, denominadas assim porque não recebem a devida atenção e porque não fazem parte da versão oficial, não refletem um grau de importância para que sejam evocadas, mas elas não precisam necessariamente ser contra a memória oficial.

Costa e Saraiva (2011) continuam citando as memórias subterrâneas, versão concorrente da memória oficial, que não é expressa no âmbito geral, mas corre pelos corredores informais, normalmente escondida. Já a memória clandestina representa uma afronta direta à memória oficial, precisando ser combatida, pois não pertence aos registros oficiais. As memórias silenciadas constituem uma outra categoria, que também representa uma confrontação contra a memória oficial,

pois a versão que esse tipo de memória traz consigo não pode ser explicitada claramente, em virtude da sua oposição àquela memória considerada como oficial.

Os dois últimos modelos apresentados por Costa e Saraiva (2011) são as memórias vergonhosas que, pelo conteúdo que elas trazem consigo, produzem constrangimento para as pessoas que estavam envolvidas na situação considerada vergonhosa. Os autores citam como exemplo uma decisão desastrada, que pode causar vergonha e embaraço. Finalmente Costa e Saraiva (2011) encerram esse ciclo com as memórias proibidas, que o próprio nome já dá uma demonstração do seu dilema. Em essência uma memória proibida não pode nem ser comentada.

Costa (1997) também trouxe uma classificação da memória entre hábito e arquivo. A memória hábito tem por objetivo fixar a memória por meio de repetições e comportamentos que se tornam repetitivos, formando um hábito que fica memorizado. No que se refere à memória arquivo, tem como função principal manter a funcionalidade de algumas coisas, por isso as informações precisam ser utilizadas constantemente, garantindo que a ordem vigente seja mentida.

Dentro de cada grupo, a classificação pode ser diferente. Enquanto para um grupo existem memórias vergonhosas, para outro grupo esse tipo de memória não se enquadra na constituição de memória daquele grupo específico. Nesse sentido, Costa e Saraiva (2011) descrevem que são os tipos de memórias envolvidos em cada grupo que determinam o posicionamento ideológico do grupo, ajudando a direcionar essas memórias com os valores do grupo. Sobre a existência de vários tipos de memória, Costa e Saraiva (2011, p.1762) afirmam, “como não há apenas uma memória, é preciso resgatar outros registros quase inexistentes, silenciosos, não óbvios, mas, também, legítimos”.

Quando existe o desejo de resgatar uma determinada memória, deve-se utilizar algumas fontes que irão auxiliar no resgate e na construção dessa memória. Uma fonte que pode ser citada é a documentação. Analisando a questão do documento, pode ser percebido que ele faz parte da constituição histórica do grupo ou sociedade, conseqüentemente, eles montam os registros, tornando-se um conjunto material de referência sobre o grupo ou instituição estudada, ou seja, onde ficam guardadas muitas das memórias pertencentes àquele grupo ou sociedade.

Para Costa (1992), o documento é muito mais do que apenas registro de coisas do passado, pois segundo ela, existe uma intencionalidade inerente até o ponto de considerar tal documento como produto da sociedade que o criou, sendo ainda influenciada por relações de forças e de poder. Relacionando a memória com a documentação tem-se que “se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é” (POLLAK, 1992, p.8). A construção documental caminha junto com a construção da memória, produzindo uma fonte de consulta que garante a

memória oficial. Ainda reforçando essa relação tem-se que “a memória se materializa na forma do documento” (COSTA; SARAIVA, 2011, p.1770).

A memória deixa de ser constituída apenas por relatos orais passados de geração a geração, por meio de indivíduos detentores da memória, pois agora pode se utilizar fontes documentais que podem afirmar ou contradizer a versão oral dos acontecimentos, embora essa fonte de contradição não significa que a versão oral é uma mentira. Costa e Saraiva (2011) dizem que a memória documental trabalha com seleção, relação de poder, que ajudam na construção da sua documentação. Importante ressaltar, conforme Le Goff (1992), que essa criação de documentos, precisa de uma análise adequada e comprovada, pois ela pode se tornar um instrumento de poder, ao ponto do autor indicar que “nenhum documento é inocente” (LE GOFF, 1992, p.91). Para Le Goff (1992); Costa e Saraiva (2011), o documento pode ser aceito e considerado como uma forma de poder.

Relativo à questão de poder, é preciso ter cuidado com os documentos, conforme Costa e Saraiva (2011), porque nesses documentos podem ocorrer ajustes, de forma a direcionar a memória conforme a intenção do grupo. Nesse contexto de ajustes em função de determinação de poder com relação à construção de documentos, esse novo produto vai se tornar um monumento, que também é uma forma de poder. Nesse processo de construção de documentos de memória, sempre haverá alguém, ou algumas pessoas do grupo que em detrimento das demais, determinam através de uma seleção prévia sobre o que deve ser lembrado ou esquecido, reforçando a detenção de poder.

Essa seleção prévia, conforme Costa e Saraiva (2011), se dá através de um embate político, pois estudando os tipos de memória, percebe-se nitidamente a questão do poder e que existe uma forte influência sobre o conjunto social. Costa (1997) diz que “Viver em sociedade é exercer relações e poder. É preciso entender por relações de poder as ações que uns exercem com os outros, sem as quais a vida em sociedade seria mera abstração” (COSTA, 1997, p.32).

A manutenção da memória é outro fator fundamental na constituição da memória. “Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLLAK, 1992, p.7). Como foi citado anteriormente por Pollak (1989), as funções da memória seriam: manter a coesão interna e a defesa de fronteiras. São essas situações que garantem a manutenção da memória do grupo. Nenhum outro grupo poderá apagar a memória construída por um determinado grupo, de forma pacífica, pois essa memória se solidificou e tende a continuar o seu legado nas gerações futuras.

Na próxima seção serão abordadas a memória organizacional e a memória institucional conforme Costa (1997). A autora apresenta os dois conceitos e considera a memória institucional um campo mais abrangente que a memória organizacional. Para Costa (1997), toda instituição tem

uma forma de organização dentro de si, mas o inverso não é verdadeiro, e por fim será feita a associação da memória institucional com a economia solidária.

2.2 Memória Institucional

Quando buscamos uma definição para os termos memória organizacional e institucional, encontramos os mesmos problemas relatados quando da tentativa de se conceituar os termos memória individual e coletiva. Tais problemas relacionam-se à polissemia dos conceitos.

Alguns autores que aprofundaram o estudo da memória organizacional foram Walsh e Ungson (1991) e Rowlinson et al (2010). Eles entendem que a memória organizacional segue o mesmo processo de construção da memória individual ou coletiva, referindo-se a informações que são armazenadas no passado para que possam auxiliar nas tomadas de decisões no momento presente. Conforme Walsh e Ungson (1991), Molina e Valentim (2011) e Costa (1997) as organizações trabalham na resolução dos seus problemas e conflitos com base no que existe de registro histórico dentro da própria organização.

Como as organizações utilizam esse histórico, torna-se necessário um processo de sistematização do conjunto dessas informações existentes, que possibilitem uma pesquisa rápida e ágil, para uma resposta ou ação imediata. Pensando nessa possibilidade de armazenamento de informação, Walsh e Ungson (1991) criaram um sistema de entendimento composto de “cinco caixas” de armazenamento de informação: indivíduos, cultura, transformação, estruturas e ecologia, que juntas compõem a estrutura das organizações e consequentemente a sua memória. Considerando que é importantíssima uma estruturação adequada do conhecimento da empresa, pois somente dessa maneira a memória da organização será conservada.

Nessa busca de entendimento sobre a memória organizacional, vale ressaltar que existe uma confusão na relação do que seria memória organizacional e institucional Costa (1997, p.50). A autora explica essa diferença, que consiste no tipo de visão que é considerada. Por exemplo, a perspectiva economicista vê a organização como instituição; e a perspectiva jurisdicista vê a instituição como um produto.

Os aspectos de conhecimento tácito, explícito, funcionais, técnicos e sociais contribuem para a maior eficácia organizacional, pois conforme Costa (1997) pode-se ter uma visão ampla de todos os agentes envolvidos, ou seja, o conjunto de meios que servem de base para a formação da memória da organização. Por isso a autora considera a organização uma ferramenta fundamental na formação dos processos sociais para a nossa sociedade, já que a organização é um conjunto social.

Walsh e Ungson (1991) sugerem que as informações não fiquem mais centralizadas para fins de ajudar na resolução de problemas e na consequente tomada de decisão. A centralização das informações pode diminuir o acesso daqueles que podem estar interessados ou buscando determinado conhecimento. Porém, pelo contrário, quando essa informação estiver disponível ao maior número de pessoas, socializando assim a informação, isso vai facilitar uma possível tomada de decisão. O repositório proposto por Walsh e Ungson (1991), composto de indivíduos, cultura, transformações, estruturas e ecologia, foi considerado por eles como células de armazenamento, e como elas estão todas interligadas entre si, o fluxo das informações corre mais rápido e de forma mais prática do que em outras organizações que não tem um sistema de informação estruturado.

Modelo	Descrição
Indivíduos	Os indivíduos dentro da organização retêm informação com base nas suas próprias experiências e observações diretas. As pessoas têm suas próprias lembranças sobre o que acontece com as organizações. Os indivíduos e as organizações mantêm registros e arquivos como fonte auxiliar da memória.
Cultura	Definida como maneira de aprender, perceber, pensar e sentir os problemas que são transmitidas aos membros das organizações. Cultura incorpora a experiência passada que pode ser útil para lidar com o futuro.
Transformações	As informações são incorporadas nas muitas transformações que ocorrem nas organizações. A recuperação de informação de transformações passadas orienta o atual processo de transformação.
Estruturas	As estruturas organizacionais devem ser consideradas à luz da sua implicação no comportamento do papel individual e a sua relação como meio ambiente. Além da hipótese de que a estrutura reflete e armazena informações sobre a organização e a percepção do ambiente.
Ecologia	Estrutura física ou local de trabalho real de uma organização, que revela uma boa dose de informações sobre a organização. O ambiente físico reflete o status hierárquico da organização, bem como ajuda a moldar e reforçar as prescrições de comportamento dentro de uma organização.

Figura 4 - Repositório de informações

Fonte: Baseado em Walsh e Ungson (1991)

Nota-se que “todas essas ideias, intencionalidades, discussões e silêncios podem ser transpostos sem dificuldade para o mundo das empresas, onde a memória organizacional é recorrentemente construída, reconstruída e disseminada em suas estruturas” (COSTA; SARAIVA, 2011, p.1764). A memória institucional é um permanente jogo de informações que constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte - as duas faces da instituição - fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais. Sempre existe uma intenção por detrás de toda tomada de decisão, porque o objetivo da decisão é uma busca pelos melhores resultados possíveis. Como apresentado, trata-se de um conjunto de situações, dentro de um jogo político, que contribuem para estruturação da memória organizacional. Costa (1997).

Dentro dessa concepção dinâmica, quando analisamos uma estrutura de registro e armazenamento de informações, buscamos compreender a intencionalidade que está embutida no

contexto organizacional, o que pode ser resgatado do passado. De acordo com Costa e Saraiva (2011) as empresas têm uma memória do passado, mas esta memória não é estática no tempo, pois ela pode ser evocada tendo influência sobre as decisões que podem ser tomadas, por isso considera-se que existe uma intencionalidade em resgatar o passado.

Conforme Costa e Saraiva (2011) ainda existem empresas que se utilizam do passado apenas com o intuito de tornar legítima uma história empresarial, que enaltece períodos chave, muitas vezes marcados historicamente porque a empresa transpôs uma grande dificuldade ou uma grave crise, tornando oficial aquele relato. Esse tipo de atitude acaba suprimindo outras memórias que ficam em segundo plano porque existe um esforço de preservar os acontecimentos épicos. Admitir que existem outras memórias envolvidas, possibilita uma memória plural, onde:

Reconhecer tais possibilidades de memória é pluralizar a história da empresa, que escolhe uma dada versão do passado, e que a incrementa a partir de uma dada memória - que é sempre uma das muitas disponíveis, concorrentes e complementares. (COSTA; SARAIVA, 2011, p.1775).

Interessante que Walsh e Ungson (1991) consideram que lembrar-se dos acontecimentos passados permite que a organização se aproprie dessas informações para evitar cair em erros recorrentes, possibilitando que novas medidas sejam adotadas.

Walsh e Ungson (1991) defendem a ideia do uso da memória organizacional na resolução de problemas. A lógica adotada por eles é bem simples, pois a organização já possui experiência de problemas enfrentados e as soluções que foram adotadas, isso evita decisões equivocadas ou repetir decisões que não corresponderam às expectativas no passado e que no presente implica em buscar uma nova solução. A organização que possui uma memória estruturada tem um ganho grande na hora da decisão, pois ela conseguirá planejar, coordenar e executar com maior precisão a solução encontrada para o referido problema. Os autores ainda consideram que a memória organizacional pode ser mal utilizada de três maneiras:

Modelo de recuperação da informação	Solução ideal	Dificuldade encontrada
Recuperação de informação automática	Decisão de rotina	Induzir uma resposta não rotineira
Recuperação de informação controlada	Decisão de rotina	Induzir uma resposta não rotineira
Recuperação de informação controlada	Induzir a resposta não rotineira	Mau emprego da informação

Figura 5 - Maneiras de utilização da memória organizacional na empresa

Fonte: Baseado em Walsh e Ungson (1991)

Walsh e Ungson (1991), na sua proposta do repositório de informações, tinham a ideia de resgatar a informação de maneira que ela representasse um retrato fiel do acontecimento passado, embora a ideia proposta tenha um aspecto atraente e chamativo. Mas Costa e Saraiva (2011)

questionam sobre a produção de memória nos moldes de repositórios conforme o modelo de Walsh e Ungson (1991), pois acreditam que os documentos representam uma forma de poder, já que podem ser fabricados. Conforme Pollak (1992, p.8), “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”. Também esse resgate do passado pode ser uma maneira utilizada para arregimentar informações do passado para manipular e construir um passado pretendido.

Os estudos de Rowlinson et al (2010) consideram que existe um campo em expansão que é denominado de estudos de memória social. Para Olick (1999) [Rowlinson, 2010] apresenta dois conceitos no estudo da memória social: o individualista, que mantém o foco de significados nas pessoas, e o coletivista, que percebe o foco de significados nos padrões simbólicos que se encontram disponíveis no coletivo social. Neste entendimento do autor, o modelo individualista, também correlacionado com a memória individual, é oriundo de relatos orais, entrevistas, estudos e psicologia social. O segundo modelo apresentado seria uma oposição ao primeiro modelo, pois o indivíduo memória precisa estar conectado a um grupo, por isso o que é lembrado no grupo tem caráter coletivo. Nestes termos consiste a memória social, proposta por Rowlinson et. al. (2010).

Como uma abordagem referente à memória organizacional, Costa (1997, p. 51) afirma que “a memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional”.

Modelo	Descrição
Indivíduos	Os indivíduos dentro da organização retêm informação com base nas suas próprias experiências e observações diretas. As pessoas têm suas próprias lembranças sobre o que acontece com as organizações. Os indivíduos e as organizações mantêm registros e arquivos como fonte auxiliar da memória.
Cultura	Definida como maneira de aprender, perceber, pensar e sentir os problemas que são transmitidas aos membros das organizações. Cultura incorpora a experiência passada que pode ser útil para lidar com o futuro.
Transformações	As informações são incorporadas nas muitas transformações que ocorrem nas organizações. A recuperação de informação de transformações passadas orienta o atual processo de transformação.
Estruturas	As estruturas organizacionais devem ser consideradas a luz da sua implicação no comportamento do papel individual e a sua relação como meio ambiente. Além da hipótese de que a estrutura reflete e armazena informações sobre a organização e a percepção do ambiente.
Ecologia	Estrutura física ou local de trabalho real de uma organização, que revela uma boa dose de informações sobre a organização. O ambiente físico reflete o status hierárquico da organização, bem como ajuda a moldar e reforçar as prescrições de comportamento dentro de uma organização.

Figura 6 – Células de armazenamento do repositório de informações

Fonte: Baseado em Walsh e Ungson (1991)

Nota-se que “todas essas ideias, intencionalidades, discussões e silêncios podem ser transpostos sem dificuldade para o mundo das empresas, onde a memória das organizações é recorrentemente construída, reconstruída e disseminada em suas estruturas” (COSTA; SARAIVA, 2011, p.1764). Para Costa (1997) sempre existe uma intenção por detrás da tomada de decisão, porque o objetivo da decisão é a busca de melhores resultados possíveis. Trata-se de um conjunto de situações, dentro de um jogo político, que contribuem para a estruturação da memória.

Dentro dessa concepção dinâmica, a análise de estrutura de registro e armazenamento de informações ajuda a compreender a intencionalidade que está embutida no contexto das organizações e o que pode ser resgatado do passado. De acordo com Costa e Saraiva (2011), as empresas têm uma memória do passado que não está estática no tempo, pois ela pode ser evocada tendo influência sobre as decisões que podem ser tomadas.

Walsh e Ungson (1991) tinham a ideia de resgatar a informação de maneira que ela representasse um retrato fiel do acontecimento passado. Costa e Saraiva (2011) questionam sobre a produção de memória nos moldes de repositórios conforme o modelo de Walsh e Ungson (1991), pois acreditam que os documentos representam uma forma de poder, podendo ser fabricados. informações do passado para manipular e construir um passado pretendido.

Um ponto de vista sobre a memória organizacional e a sua relação com o passado, afirma que “a memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional” (Costa, 1997, p. 51)

Já no que se refere ao estudo da memória institucional, se tem como referência Icléia Thiesen Costa (1997), que diferenciou a memória organizacional da institucional e passou a ser uma referência sobre o tema no Brasil. Embora aparentemente os termos apresentem características semelhantes, possuem finalidades específicas diferenciadas entre si.

A memória institucional é mais abrangente que a organizacional, pois na sua constituição possui uma origem organizacional. Por isso Barbosa (2010) entende que a organização conversa com a sociedade através da instituição e dos indivíduos, os quais fazem parte do seu contexto social. Além disso, os princípios e valores da memória institucional são mais duradouros que os da organizacional. Isso acontece porque as organizações se modificam seguindo a necessidade contextual para se adaptar em busca de lucros para o seu negócio.

A memória é um processo em constante construção, tal como apresentado por Costa (1992), “No entanto, tem-se como pressuposto que esta memória é um processo em construção, do qual fazem parte todos aqueles que passaram ou que aqui estão desenvolvendo suas aptidões no

cotidiano da instituição, sem os quais não existiria” Costa (1992, p.32). Na busca por uma definição da MI, Costa (1997) levou em consideração alguns traços característicos explicitados a seguir:

Modelo	Característica das instituições
Exterioridade	Dotadas de realidade exterior, situada fora dos indivíduos.
Interioridade	Mesmo situada fora dos indivíduos, o Eu social faz parte das instituições.
Objetividade	Elas existem objetivamente, como realidade conhecida e reconhecida.
Coercitividade	São dotadas de poder legal, estabelecida pelos traços anteriores que lhe conferem tal característica.
Resistência à mudança	O indivíduo isolado não consegue promover uma mudança na instituição porque ela é uma associação coletiva.
Reprodutibilidade	Tem a função de controle social, estabelecendo regras que garantam seu funcionamento.
Legitimidade	O indivíduo tende a abrir mão do seu saber em prol dos saberes da instituição.
Seletividade	Como a instituição é produtora de memórias, consequentemente ela escolhe aquilo pelo que ela deseja ser lembrada.
Historiedade	Toda instituição tem uma história acumulada ao longo do tempo.
Temporalidade	Toda instituição instaura um domínio de tempo.
Conflitualidade	São as relações de forças que definem os papéis sociais. É da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece no corpo social.
Socialização	É da natureza da instituição refletir as ações oriundas de um processo de socialização que as justificam e legitimam.

Figura 7 - Traços característicos da memória institucional

Fonte: Baseado em Costa (1997)

Conforme Costa (1997), cada um desses traços é responsável por traços característicos da instituição. Cada Instituição possui os traços citados em proporções diferentes, conforme a característica intrínseca, pois cada uma possui uma realidade exterior, que se compõe do ambiente ao qual está inserido, sem deixar de lado o fator humano que faz com que a Instituição exista. Essa relação entre o ambiente externo e o interno que formam a instituição a conduz a um objetivo, que estão empoderadas legalmente, que normalmente não estão predispostas a mudanças, pois para que tal fato ocorra, uma gama de fatores precisa se predispor a essa mudança, como por exemplo um desejo coletivo que pode gerar uma força em prol da mudança desejada. A reprodutibilidade garante a permanência da instituição por meio de mecanismos de regramentos e condutas, que corroboram com a legitimidade, e que pode ser percebido por meio dos saberes adquiridos pela instituição. No campo da memória, a instituição se solidifica por meio daquilo que ela deseja que permaneça como verdade. De forma seletiva determina o que deve circular de informações dentro do ambiente de trabalho, que normalmente determina a sua historicidade, que foi preservada no tempo. Amancio (2006) faz uma relação entre as obras de Paul Virilio sobre a questão da temporalidade, que relaciona a história com a velocidade. A questão da conflitualidade reforça a relação de forças dentro de uma organização ou instituição, pois se torna quase que inevitável fugir dos conflitos

dentro do ambiente de trabalho, mas como se vive dentro de um ambiente social, deve estar voltado para a sociedade.

No intuito de entender a memória institucional, Costa (1997) esquematizou um modelo representativo, através da estrutura de uma pirâmide, conforme modelo a seguir:



Figura 8 - Modelo de funcionamento da memória institucional.

Fonte: Costa (1997, p. 137)

Componentes da pirâmide da memória institucional	Descrição
Memória	Constitui a base da pirâmide, pois é em cima da memória que podemos construir, reconstruir ou transformar a instituição. A memória representa o alicerce que sustenta toda a estrutura da instituição, sendo que todos os demais elementos são construídos sobre esse fundamento.
Instituições	Só existe em processo. Ela necessita de um trabalho conjunto para um funcionamento padronizado. A instituição existe pela memória de seus integrantes e do conjunto de documentos por ela registrados e guardados. A instituição representa toda a construção que foi realizada sobre a base que nos mostra a dimensão e o crescimento que obteve com o passar dos anos.
Ação, Intuição, Pensamento e Linguagem (formam os quatro lados de sustentação da pirâmide).	Forma de inteligência e saberes funcionam como meio de troca e de transmissão de informações e memórias. São os quatro lados que mantêm de pé a pirâmide, o ideal seria que houvesse um equilíbrio permanente entre eles, embora isso não represente uma tarefa fácil, em virtude de conflitos. A informação precisa transitar livre dentro da instituição. Cada pessoa mantém um conjunto de informações e memórias, resultante das experiências adquiridas ao longo da vida.
Indivíduos	Pessoas fazem a instituição funcionar, sendo a mola propulsora de saberes criativos capazes de transformar as instituições.
Emoções	Tem a função de motor da comunicação, transportando informações para a base (memória). Esse modelo possui um conjunto de agentes que interagem entre si, aliados ao fator emocional.

Figura 9 - Elementos da memória institucional.

Fonte: Costa (1997, p. 137)

Para Costa (1997) uma instituição pode ser identificada através da análise do meio em que ela está inserida: as suas atividades têm caráter social, ou seja, tem por objetivo atender as necessidades do conjunto social. Toda instituição está inserida num contexto institucional maior, onde existe uma relação de troca entre elas a fim de atender as demandas do seu cotidiano.

No seu trabalho, Costa (1997) compara a instituição com um corpo que possui um limite de atuação, além de que esse corpo está envolto numa disputa de poder na sua estrutura social. Essa estrutura é composta de jogo de poder e hierarquias, que fazem o movimento de transformação da instituição. Seguindo nesse pensamento, ela ainda retrata a instituição nas questões de resistência, ambivalência e conflitualidades. A instituição sofre influência interna e externa, conforme os fatores relacionados anteriormente, que determinam o grau de consolidação dessa instituição perante a sociedade. Nesse contexto que se forma a memória, como forma de garantir o perfeito funcionamento institucional. Quando conhecemos os agentes que influenciam o funcionamento da instituição, podemos trabalhar de forma a neutralizá-los ou eliminá-los.

Abaixo segue um gráfico sobre alguns agentes que influenciam a memória institucional e a relação que tem entre si:

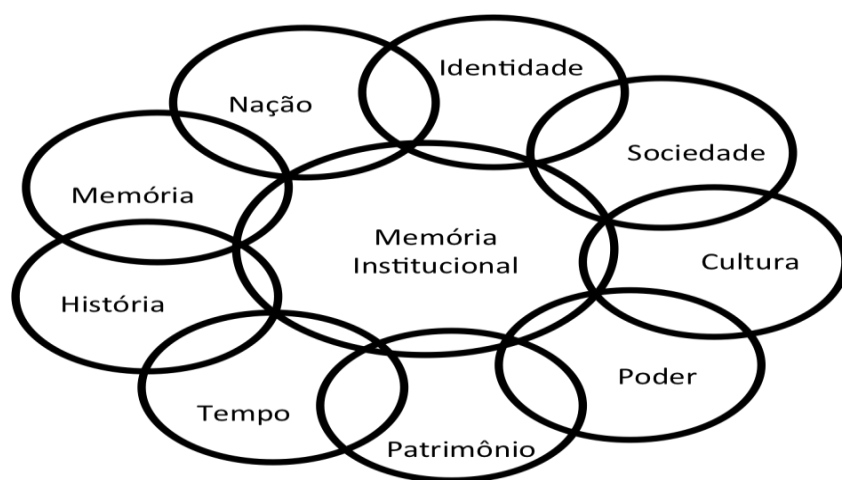


Figura 10 - Memória institucional e os agentes externos.
Fonte: Costa (1992, p. 20)

No modelo proposto por Costa (1992) a memória institucional possui centralidade e vários outros elementos estão conectados a ela. A representação mostra que a memória institucional é composta por um conjunto de fatores sociais que interagem com a memória e também entre si. Está sendo demonstrado nesse modelo o princípio da dinâmica institucional de várias conexões que dão vida à instituição. Esses elementos são: identidade, sociedade, cultura, poder, patrimônio, tempo, história, memória e nação.

Aproveitando a analogia feita com o corpo e a formação da memória, tem-se que: “Produzir uma memória num próprio corpo significa produzir hábitos, comportamentos normatizados” (COSTA, 1997, p.46). A repetição por meio do hábito tem a função de fixar aquilo que é pretendido pela instituição como memória. Na situação comentada nós podemos citar a questão das normas compartilhadas entre os agentes da instituição que delimitam o que é permitido e o que não é permitido por meio dos hábitos. Costa (1997) afirma ainda que as instituições se utilizam do hábito para reforçar a memória, pois o hábito reproduz a questão da rotina através de processos de repetição. “A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com o apoio da memória” (COSTA, 1997, p.37).

Nessa caminhada é preciso compreender a relação da memória institucional com a coletiva, uma vez que o pano de fundo de ambas está fundamentado no interesse comum, pois a instituição está fundamentada na memória coletiva. “Jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição, ser coletiva” (COSTA, 1997, p.33). Uma das premissas das instituições é a de atender a demanda social, onde ocorrem as transformações. Até mesmo a família considerada como a mais antiga instituição, não pode ser constituída por apenas uma pessoa, mas sim por um conjunto de pessoas, sendo no mínimo duas. É por isso que “Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais” (COSTA, 1997, p.80).

Nota-se que o entendimento referente à memória institucional remete a um conjunto social, pois em nenhum momento reflete uma posição individual. Além disso, a ênfase recai sobre o seio das relações sociais. Retornando aos conceitos apresentados no início quando retratada a memória individual, foi mencionado que é nas relações sociais que os indivíduos se lembram dos fatos que aconteceram. As instituições são compostas de indivíduos que interagem entre si, com a finalidade de formar uma memória. Além disso, também podemos ter uma instituição formada por um conjunto de instituições menores como, por exemplo, uma cooperativa composta por várias famílias.

Cada instituição independente do seu tamanho retém informações, através de seus documentos, pessoas, história, entre outros, que formam a memória dessa instituição. Segundo Spiller e Pontes (2007), essa fonte de memória pessoal pode ser constituída por funcionários ativos, ou ainda por aqueles que passaram pela instituição e fazem parte do seu histórico. “A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas” (COSTA, 1997, p.9). O resgate de informações de funcionários ativos, quando comparadas com as daqueles que já não fazem mais parte do quadro funcional da instituição, pode

resultar em discursos diferentes. O mesmo fato ocorrido pode ser narrado de forma diferente, pelos diferentes atores que fizeram parte daquele acontecimento.

A própria cidade pode ser um exemplo de instituição, onde no convívio social existem regras e padrões de conduta que devem ser seguidos. Por isso Costa (1997) considera a cidade um excelente local para o estudo do funcionamento da vida social. A cidade trata de um conjunto social grande, possibilitando uma maior de expressão individual, que dificilmente é encontrada em grupos menores, cujas tarefas e atribuições são mais restritas e com menor possibilidade de expressões. Talvez no grande grupo as pessoas sintam maior liberdade, pelo fato de que a cobrança pela busca de resultados não seria preponderante e essas pessoas poderiam arriscar novas oportunidades, que a autora chama de experimentação, e a cidade denomina como laboratório.

Falando de memória institucional, existe uma relação de reciprocidade entre os agentes institucionais que são legitimados por essa memória inerente à instituição, conforme exemplificado no quadro a seguir:

Instituição - legitimidade	Agentes legitimadores	
Escola	Professor	Estudante
Medicina e hospital	Médicos	Doentes
Prisão	Carcereiro	Prisioneiros
Hospício	Médicos	Doentes
Empresa	Empresário	Trabalhador

Figura 11 - Legitimação da memória institucional.

Fonte: Costa (1997, p. 135)

Este quadro foi estruturado com base nos dados fornecidos por Costa (1997, p.84), que consiste na explicação da relação entre os agentes institucionais legitimados pela instituição. Toda instituição tem um vínculo social e consequentemente um objetivo social, pois a atuação do professor e do aluno é legitimada pela escola, a relação entre médicos e pacientes legitima o hospital, o mesmo acontece com o carcereiro e os prisioneiros na prisão. O tratamento de médicos aos doentes no hospício, bem como a relação empregatícia entre empresário e trabalhador. Essa legitimidade a autora agrega no seu discurso quando relaciona finalidade e instituição, afirmando que “Quando uma ação qualquer é dotada de finalidade já se encontra no terreno da instituição, no campo das formas” (COSTA, 1997, p.84).

Desde o nascimento o homem participa de algum tipo de instituição, quer na relação familiar, associação do bairro, escola, em todos os momentos está ligado a uma instituição de forma direta ou indireta. Assim sendo, o homem é parte integrante das instituições e as instituições refletem as ações praticadas pelo próprio homem. Costa (1997) acrescenta que uma mudança

institucional não é um processo fácil, porque a instituição já tem alguns princípios e valores que estão arraigados, formando uma base sólida, sendo difícil de ser transformada ou removida. Por isso que mudar propositadamente uma instituição é uma tarefa quase (senão) impossível. O tempo necessário para que uma mudança proposital ocorra pode ser longo, num processo que pode durar um período relativamente próximo ao tempo que essa instituição levou para se solidificar. Salienta-se que as instituições são dinâmicas e estão o tempo todo se modificando, dependendo das relações que se estabelecem diariamente dentro delas (ANDRADE, 2002).

Os agentes que influenciam uma instituição diariamente são diversificados, pois como já foi visto anteriormente a instituição trata de uma construção coletiva, jamais individual e que está constantemente se modificando. Todo processo de solidificação, transformação ou qualquer outro tipo de mudança precisa necessariamente estar embasado no tempo, recebendo a sua aprovação (“só o tempo vai dizer”), para que somente no futuro possa ser apresentada uma narrativa que contemple a trajetória daquela instituição, constituindo assim a sua memória. Sem a relação com o tempo a memória não seria possível. Isso porque “o fio que vai amarrar a memória às instituições é o tempo. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam” (COSTA, 1997, p.38).

Quanto à constituição da memória institucional, Costa (1997) indica como padrão para definir o limite de atuação entre as instituições como sendo o início de outra instituição. Embora algumas instituições atuem dentro de outra, como no caso da família e mesmo de uma cooperativa, por exemplo, a maioria delas trabalha com fronteiras estabelecidas de atuação entre si. A existência desse limite, não impede a interação das instituições, por isso que no estudo da memória é necessário o conhecimento do funcionamento delas com as suas conexões para obter uma informação relevante e o entendimento sobre o que realmente significa afirmar que existe uma instituição dentro de outra instituição. Fora dos limites da instituição circulam informações das mais variadas formas possíveis, gerando memórias disponíveis para consulta. “As empresas, instituições, organizações produzem ao longo de sua trajetória uma vasta quantidade de documentos fundamentais para a preservação da Memória Institucional” (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p.78). Da mesma maneira, cooperativas de reciclagem produzem inúmeros documentos por si, bem como por técnicos ou instituições que as auxiliam. Porém, entendemos que a preservação da memória institucional acontece com e nas pessoas, privilegiando os aspectos sociais, tal como preconizado por Rowlinson *et al.*, (2010). Para ele, a memória institucional depende de uma rede complexa de ações humanas que selecionam, filtram, reestruturam de maneira individual e coletiva as demandas e necessidades do presente.

Importante observar que Costa (1997) procurou apresentar uma diferenciação entre o estudo da memória organizacional e institucional, tendo em vista que seus argumentos demonstram que elas são diferentes entre si, conforme representado na figura a seguir.

Princípio	Memória Organizacional	Memória Institucional
Prioridade	Eficácia	Legitimidade e identidade.
Ambiente	Organização propriamente dita.	É mais abrangente que a memória organizacional, mas na sua constituição possui uma organização.
Definição	Um conjunto formado por partes diferentes que cooperam.	Identificada pelo caráter social, com todas as peças que compõem a coletividade.
Princípios e valores	Normalmente de curto e médio prazo.	Normalmente de longo prazo.
Relação com a sociedade	Comunicação superficial.	Melhor comunicação.
Perspectiva	Economicista	Jurisdicista.

Figura 12 - Comparativo entre memória organizacional e memória institucional.

Fonte: Baseado em Costa (1997)

As diferenças apresentadas na tabela acima podem ser identificadas pela citação de alguns autores, conforme apresentaremos a seguir, como no caso de Costa (1997) e Rueda, Freitas e Valls (2011). “A instituição se atualiza numa organização. (...) A questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição é a legitimidade” (COSTA, 1997, p. 50). A principal diferença a ser considerada, conforme Rueda, Freitas e Valls (2011) está no foco, ou seja, na prioridade de cada uma, pois enquanto a memória organizacional busca a obtenção de lucros através da eficácia do seu trabalho, a memória institucional busca ser reconhecida pelo seu papel diante da sociedade, tornando-se legítima e criando uma identificação com os atores que interagem com ela. Além disso, os autores consideram ainda que a memória institucional tem papel fundamental na comunicação com a sociedade, pois se tem vínculos sociais mais fortes que a organização, permitindo que exista uma comunicação mais intensa que a existente nas organizações.

Com trabalhos contundentes no estudo da memória institucional, Costa (1997) apresenta outro ponto nessa diferenciação entre a memória organizacional e institucional, nas relações economicistas e jurisdicistas.

A perspectiva economicista, herdeira do utilitarismo inglês, vê a organização como uma instituição. Talvez se deva tal confusão ao fato de que toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A prática é primeira e se impõe no processo de institucionalização (COSTA, 1997, p.50).

Segundo a citação, podemos identificar que toda instituição possui as suas formas organizadas, que também fazem alusão à questão organizacional de funcionamento da mesma, mas

que em seu aspecto principal busca integração de práticas coletivas e sociais que são as bases de uma instituição.

Observa-se que não há uma clara delimitação entre o que vem a ser memória organizacional e institucional. Para Andrade (2002) essa fronteira é bastante difusa e está transpassada pelas relações de poder que acontecem entre a organização e a instituição. Além disso, Rowlinson *et al.* (2010) percebe a importância da memória, seja organizacional ou institucional, ser vista como algo dinâmico e vivo e não estático, passível de ser guardada em depósitos e caixas. Para ele é importante buscar o entendimento do significado da memória para as pessoas que estão diariamente envolvidas com a organização/instituição, em como elas lembram e por que o passado possui importância.

Na seção seguinte será apresentada a questão da economia solidária como segundo componente de estudo desta dissertação, iniciando pelo histórico dos empreendimentos solidários no mundo relacionado como o crescimento verificado no Brasil.

2.3 Economia solidária

Uma das características do ser humano reside no fato de que ele necessita viver em sociedade, condição *sine qua non* para sua própria existência. Namorado (2007) afirma que desde sempre, os grupos humanos só conseguiam sobreviver a partir de “uma cooperação livre entre iguais, como expressão direta de uma necessidade coletiva de sobrevivência e progresso, que assim se revelava como elemento nuclear do tecido social” (NAMORADO, 2007, p. 4). Entre as diferentes formas de cooperação está a associação para o trabalho, uma constante ao longo dos séculos. Noronha afirma que:

A história da cooperação percorre uma extensa trajetória na história da própria humanidade e apesar de todas as pesquisas e teorias que têm sido realizadas a respeito da temática, ainda existe muito a ser investigado e compreendido sobre as razões que levam homens e mulheres a se articularem na construção de modalidades associativas (de solidariedade fraterna, cooperação popular organizada, ajuda mútua, cooperação técnica e cultural, cooperação socioeconômica) com características de participação e formação. (NAMORADO, 2004, p. 1)

Uma das maneiras de engajamento voluntário para o trabalho foi o da adesão de indivíduos às cooperativas solidárias que buscavam um benefício à comunidade. Para Singer (2002), a economia solidária surgiu por meio de iniciativas de operários durante o século XIX na Europa, quando o capitalismo ainda estava em expansão. Já naquela época havia carência de empregos,

causada pela substituição da mão de obra por equipamentos ou máquinas a vapor. Tal substituição gerou impactos na sociedade, como uma forma de expansão capitalista, porém com consequências sociais.

O primeiro empreendimento solidário do qual se tem notícia foi criado em 1844, ano de fundação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*, na Inglaterra, “considerada a mãe das cooperativas” (BARRETO; PAULA, 2009, p. 201). Conforme as autoras, o empreendimento estava inicialmente pautado no modelo comunista de economia, com o objetivo de suprir as necessidades da comunidade, trazendo força financeira ao grupo por meio da comercialização de seus produtos. Mais tarde, tornou-se uma cooperativa de produção, expandindo os negócios com um moinho, uma tecelagem e uma fiação (LIMA, 2004; SINGER, 2002).

Esta forma de cooperativa surgida no século XIX buscava uma contrapartida à Revolução Industrial, quando se começou a buscar uma distribuição de renda mais igualitária, sem a necessidade de exploração do trabalhador (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). A revolução industrial trouxe desenvolvimento para a sociedade daquela época, mas também acarretou problemas econômicos relacionados à quantidade de pessoas que perderam os seus postos de trabalho e não tinham outra perspectiva de renda para garantir o sustento de sua família. Estes fatores impulsionaram o movimento cooperativista, como forma de readequar a economia, buscando reconduzi-la a um equilíbrio social novamente, pois “o cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p. 16). Conforme Morais et. al (2011), a Itália ingressou nesse novo sistema em 1919, somando-se à Inglaterra e à França, precursoras do movimento cooperativista naquele período.

Conforme Singer (2008), Jose Maria Arizmendiarrreta fundou, em 1956, a cooperativa de Mondragón na Espanha, que abrangia um grande número de iniciativas, sendo considerado como o maior complexo cooperativo do mundo. Esse grupo é auto gestor e investe internamente os recursos, buscando o aprimoramento da produção. Leite (2009) acrescenta que outro país a aderir aos empreendimentos solidários foi a Argentina, por meio da recuperação de empresas que estavam em processo falimentar, devido à recessão que afetou o país no final da década de 1980 e início dos anos 1990. A autora cita, ainda, que a Argentina criou no ano de 2001 o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas – MNER, e no ano de 2003 criou o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores – MNFRT, uma cisão do MNER. No ano de 1995 foi aprovada a Carta de Princípios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, na cidade de Manchester, Inglaterra (BARRETO; PAULA, 2009).

Azambuja (2009) diz que os empreendimentos solidários começaram a ganhar notoriedade em meados de 1970, influenciados por transformações no mundo, como a queda do sistema de produção fordista-taylorista, queda do bloco soviético, ascensão de projetos neoliberais. "trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários" (PEREIRA, 2007, p. 18).

Na Figura a seguir, é apresentada a trajetória do cooperativismo no mundo, desde a fundação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*, mostrando os primórdios da trajetória do cooperativismo no mundo.

1844	1850	1854	1900	1919	1956
Fundação da <i>Rochdale Society of Equitable Pionner</i>	Expansão da Rochdale com a abertura de um moinho	Expansão da Rochdale com a abertura de uma tecelagem e uma fiação.	Surgimento do cooperativismo em reação a revolução industrial na Inglaterra e França, na tentativa de ajuste da economia.	Surgimento da Itália no cenário da economia solidária junto com Inglaterra e França.	Surgimento da cooperativa de Mondragón, na Espanha, o maior complexo cooperativo do mundo.

Figura 13 - Primórdios da trajetória do cooperativismo no mundo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

2.3.1 Trajetória do Cooperativismo no Brasil

A trajetória do cooperativismo no Brasil não foi diferente daquela evidenciada em outros países. O cooperativismo surgiu no Brasil em consequência de acontecimentos semelhantes ocorridos pelo mundo, como novos modelos de produção que resultaram num período de recessão, levando a população ao desemprego em larga escala e buscando alternativas de renda no trabalho informal. Até os anos de 1980 o cooperativismo estava concentrado na produção rural, depois se expandiu para outros meios de produção, conforme ressaltado por Leite (2009).

De fato, é no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar desde os anos de 1980, mas especialmente a partir da década seguinte, um conjunto de movimentos empunhados por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade. (LEITE, 2009, p. 32).

Em 1980 ocorreu o renascimento do cooperativismo social de maneira esparsa, conforme Leite (2009); Coelho e Godoy (2011); Amorim (2010); Moraes et. Al. (2011). Segundo Amorim (2010) duas organizações surgiram como mola propulsora dos empreendimentos solidários: a Caritas Arquidiocesana Brasileira, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Na década de 1990, a crise se agrava, aumentando consideravelmente o desemprego. A necessidade de uma reorganização da economia vai dar um impulso maior nos empreendimentos emergentes baseados na solidariedade. Conforme Lechat e Barcelos (2008), Amorim (2010) e Dal Ri, (2010), é justamente nesse período que a empresa de calçados Makerly sente os efeitos do descontrole econômico e não consegue manter-se no mercado, ou seja, entra em processo falimentar, mais precisamente em 1991. Neste ano, os trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho assumem a empresa na intenção de restaurá-la. Conforme Lechat e Barcelos (2008) e Amorim (2010), esse processo de reestruturação da empresa foi apoiado pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em conjunto com sindicatos locais e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão - ANTEAG⁵. “No estado do Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra (1998-2002), houve a implementação de um programa designado de Economia Popular Solidária” (Goerck, 2005, p.14).

O ano de 1995 foi importante para o crescimento do cooperativismo brasileiro, pois nesse ano, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a primeira incubadora universitária e o Fórum de Cooperativismo Popular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme Amorim (2010) e Dal Ri (2010).

Nos anos seguintes, outras entidades e eventos foram surgindo, conforme apresentados pelos autores: Dal Ri (2010), Lechat e Barcelos (2008): a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho da (Unitrabalho) em 1996; a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS em 1998 (registrada oficial em dezembro de 1999); o II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação, também em 1998; além da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE ITCPs).⁶

Na virada do século XXI, surgiram a UNISOL, em 2000, “com a finalidade de atuar na busca da melhoria socioeconômica de entidades e empresas coletivas e garantir a geração de trabalho e renda com dignidade” (LEITE, 2009, p. 43); a Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES; e o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, ambos em 2003.

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em

⁵ Em 1994 nasce a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão), a partir da iniciativa de um determinado setor sindical, com a finalidade de apoiar experiências já existentes, especialmente em termos de assessoria técnica. (LEITE, 2009, p. 42).

⁶ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui três entidades que, conjuntamente fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol) (LEITE, 2009, p. 42).

outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária (BRASIL, 2015).

Somente no ano de 2010 foi promulgada uma lei, de número 12305/2010, que “[...] instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, sendo o seu processo de construção descrito no decreto nº 7404/2010, que regulamentou a PNRS” (BRASIL, 2012).

Na figura a seguir se apresenta a trajetória do cooperativismo paralelamente no Brasil e no Mundo.

Ano	Mundo	Brasil
1970	Transformações no trabalho, a partir da década de 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção.	Primeiros passos de empreendimentos de economia social, através de bancos comunitários e associações, em reação a crise.
1980		Agravamento da crise econômica, os empreendimentos solidários ressurgem com a disseminação das ideias políticas neoliberais.
1990		Movimento dos Trabalhadores Sem Terra percebe no cooperativismo a possibilidade de viabilizar economicamente a produção em assentamentos já conquistados.
1991		A primeira empresa deve a sua origem com alguns técnicos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca/SP, iniciaram, em 1991, um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão na empresa de calçados Makerly.
1994		Fundação oficial da Anteag em maio de 1994.
1995	Congresso em Manchester na Inglaterra, aprovação da carta de princípios da ACI - Aliança Cooperativa Internacional.	
1996		Surge a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho).
1998		A Universidade Estadual Paulista (UNESP) realizava o seu II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação. Criação da rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE de ITCP's).
1999		Criação da Agência de Desenvolvimento Social (ADS) em dezembro. Criada também a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT).
2000		Fundação da UNISOL. Criação de redes de autogestão e socioeconomia solidária em junho.
2001	Na Argentina surge o MNER (Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas).	I Fórum Social Mundial, de 28 a 29 de janeiro, onde foi organizada a oficina Economia Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda.
2002		I Plenária de Economia Solidária.
2003	Na Argentina surge o MNFRT (Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores), como uma cisão do MNER.	Criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Criado o fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). III Fórum Social Mundial. Em junho, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Em outubro foi constituído um grupo de Trabalho de Mapeamento da Economia Solidária.
2005	Na Argentina o MNER entra em grave crise.	
2006		Institucionalização do SIES pela Portaria Ministerial do nº 30 do MTE em 20 de março.

2010	A Lei 12305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Decreto nº 7404/2010, que regulamentou a PNRS.
------	--

Figura 14 - Paralelo da trajetória do cooperativismo no Brasil e no mundo.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A trajetória percorrida pelos empreendimentos solidários foi longa, mas já pode ser percebido o seu avanço, desde a primeira cooperativa em 1844. Até o ano de 2015, muito já foi realizado e tantas outras demandas ainda estão sendo planejadas e discutidas. Essa trajetória exemplificou alguns pontos estratégicos nessa caminhada sem aprofundar-se nos conceitos propriamente ditos de economia solidária, tema que será discutido a seguir.

Para França Filho (2001) existe uma relação entre a economia solidária e a exclusão social. Em função desta, muitos indivíduos buscam formas alternativas para obtenção de renda e sustento familiar, o que vai ao encontro do discurso de Veronese (2011). A autora entende que a maneira encontrada pelos trabalhadores, geralmente com baixo poder aquisitivo, para competir com a forma tradicional de trabalho remunerado se dá através de associações econômicas embasadas na economia solidária. Esse estilo de trabalho, Lima (2010) entende como sendo um "empreendedorismo por necessidade, [o qual] envolve pessoas com negócios de baixo valor agregado e com menor possibilidade de sobrevivência" (LIMA, 2010, p. 174). Tem-se ainda que "A solidariedade surge de uma disposição moral estimulando o engajamento voluntário pela defesa dos mais desmunidos" (LAVILLE, 2001, p.59).

O termo *necessidade* traduz de forma clara e concisa os motivos pelos quais os empreendimentos solidários surgem, criando as associações e/ou cooperativas. Conforme França Filho (2001), a empresa social está relacionada também às atividades privadas, mas de maneira diferente das organizações tradicionais que têm como principal objetivo o retorno financeiro (estabelecido no seu contrato social). Os empreendimentos solidários buscam satisfazer os anseios da sociedade em que estão inseridos, quer na solução de problemas sociais diversos como o combate à discriminação, a redução das desigualdades e ainda oferecendo oportunidades de emprego para aquele grupo menos favorecido. Quando seriamente engajadas nessa proposta, essas pessoas podem, por meio do seu trabalho, receber um "salário" ajudando em seu sustento, suprimindo, dessa forma, muitas das necessidades que o sistema socioeconômico não consegue oportunizar, especialmente em épocas de crise.

De acordo com Gaiger (2009), a gestão da economia solidária se manifesta baseada em questões de ordem política e normativa, atributos que constroem a relação social. Wellen (2008) usou uma definição para economia solidária conforme a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), dando uma nova dimensão (econômica) para o termo: "conjunto de atividades

econômicas - de produção, distribuição, consumo e crédito - organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária" (ATLAS, 2006, p. 11). Sabe-se que na prática dos empreendimentos solidários a ocorrência da autogestão é um processo bastante complicado (VERONESE, 2011). "A Economia Solidária expressa um modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade" (SILVA, 2011, p. 54). Ainda sobre a autogestão, se tem que, "diz respeito à capacidade que os membros de um empreendimento têm de geri-lo com eficiência na ausência de um especialista" (BORGES et. al., 2013, p. 104).

O campo de atuação da economia solidária é mais amplo, envolvendo um grande número de variáveis que passam despercebidas em uma primeira impressão, caracterizando-se como um eixo de estudo interdisciplinar, pois não podemos analisar somente um ponto de vista, quer político, ou econômico, deixando de lado o social, por exemplo. Laville (2001) reporta para o aspecto social ao citar o engajamento dos cidadãos.

A economia solidária tem por finalidade "dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas" (FRANÇA FILHO, 2001, p.248). França Filho (2001) complementa que o contexto da economia solidária na sociedade daquela época, quando os empreendimentos surgiram, estava envolto em uma "crise" e desestabilidade econômica e social. Nota-se que o Estado não conseguia mais manter a estabilidade social da população, pois não oportunizava emprego e geração de renda para as famílias, levando à falência os mecanismos de regulação, conforme citado por França Filho (2001).

Sem oportunidades formais de emprego, as pessoas criaram uma nova forma de renda, capaz de suprir as suas necessidades e as de suas famílias. Esta outra maneira de administração foi conceituada como sendo: "um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual" (SINGER 2002, p. 10). Dessa maneira, as cooperativas começaram a se proliferar na sociedade, buscando brechas em fatias do mercado que não eram atendidas pelas empresas capitalistas, mas onde a sua produção se fazia necessária, tais como a gestão do mercado formado por resíduos pós-consumo. Por isso, esses empreendimentos de economia solidária "permitiram a diferentes atores de mobilizar, eles mesmos, fundos para atividades que lhes eram necessárias e que eram deixadas de lado pelos investidores". (LAVILLE, 2001, p.65).

Em duas Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), foi estabelecida como estratégia de desenvolvimento para os empreendimentos de economia solidária a forma de cooperação ou associação pelo Conaes.

Hoje, no Brasil, há comunidades em situação de vulnerabilidade que se mobilizam para pôr em marcha outro desenvolvimento promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de produtores familiares, redes, cadeias produtivas e grupos informais (....) É nesse sentido que a Economia Solidária é uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário. (I CONAES, Resolução n. 15).

Singer (2001) afirma que a economia solidária está inserida dentro do sistema capitalista como parte desse processo econômico, ou seja, ela não é um processo isolado ou independente, mas precisa do contexto social proposto pelo Estado do qual faz parte. Para que, “uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ele atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidárias” (SINGER, 2001, p. 109). Dentro desse sistema competitivo, as empresas solidárias, consideradas agentes sociais de um determinado espaço físico/geográfico, precisam adaptar-se a esse meio para conseguir o autossustento, de acordo com Silva (2011).

Em uma análise mais ampla da economia solidária, conforme Silva (2011), o principal objetivo, além de geração de renda para aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, consiste na redução da diferença entre as classes sociais, buscando um ponto de equilíbrio entre os menos favorecidos, calcados pela perspectiva solidária. Quando concedidas as condições e oportunidades para que as pessoas menos favorecidas consigam elevar o seu padrão de vida, através de associações de trabalho, cooperativas ou outras formas solidárias, há possibilidade para a ocorrência do equilíbrio social. Esse processo pode tornar o ambiente coletivo mais homogêneo, com menores diferenças entre as classes.

O “ideal” para os empreendimentos de economia solidária seria que chegassem a um sistema de autogestão. Observe-se que frisamos a palavra ideal, pois a entendemos como algo bastante difícil de efetivar. “A Economia Solidária expressa um modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade” (SILVA, 2011, p.54). A prática da autogestão tem tanta importância que Silva (2011) considera esse item como um diferencial na economia solidária.

A autogestão é outro diferencial de economia solidária, que assume concretude em um conjunto significativo de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos, que são assumidos coletivamente. (SILVA, 2011, p.61).

França Filho (2001) considera que a prática atual dos empreendimentos solidários em funcionamento encontrava-se um pouco tímida, para os moldes de regulação socioeconômico propostos originalmente no início do novo milênio. Para Azambuja (2009), nem todos os

empreendimentos solidários são pautados pelos mesmos valores ideológicos de gestão democrática e igualitária, pregados por Singer (2001; 2002; 2008a; 2008b) e colegas. Em uma pesquisa com 42 cooperados de duas cooperativas que se diziam autogeridas, o autor demonstrou uma variedade de valores ideológicos entre esses trabalhadores, alguns diferentes do entendimento de Singer e colegas. Além disso, Lechat (2004) entendia que eram exceções aqueles empreendimentos que conseguiam colocar em prática, verdadeiramente, a autogestão. Portanto, há que se questionar sobre a sustentação efetiva da economia solidária embasada na autogestão e na solidariedade incondicionais.

Outro aspecto interessante refere-se às relações de parentesco entre os integrantes dos empreendimentos solidários. Locks e Gugliano (2013) fizeram um estudo com coleta de dados e observaram que os empreendimentos de economia solidária, na sua maioria, são compostos por pessoas com relações de proximidade geográfica e de parentesco entre seus integrantes.

França Filho (2001) considera que existe uma relação entre experiências organizacionais com as novas práticas de solidariedade, atuando como um processo regulatório da economia. Laville (2001) entende que esse novo modelo democratiza a economia e envolve os indivíduos. Essa ampliação de oportunidades de trabalho que as empresas solidárias propõem, torna as pessoas mais comprometidas com o seu meio social, o que denomina por engajamento de cidadania: “a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos” (LAVILLE, 2001, p.85).

Então, esses empreendimentos solidários trabalhariam na manufatura de produtos ou prestação de serviços que normalmente não estão no rol de interesse das grandes empresas, ou seja, adotam um nicho de mercado que não representa um confronto econômico direto com as grandes organizações, trabalhando com produtos diferenciados ou não valorizados, conforme proposto por Wellen (2008).

Laville (2001) considera importante frisar que economia solidária é diferente de caridade, pois os empreendimentos precisam ser autossustentáveis para que consigam manter-se no mercado, não podendo ser um sistema assistencialista, que cria oportunidades para as pessoas. Essa seria uma característica que deveria ser atendida pelo Estado. Observa-se que mesmo valorizando os aspectos de solidariedade, que são inseparáveis dos empreendimentos solidários como o próprio termo já indica, não precisam, do ponto de vista de Laville (2001), França Filho (2001) e Azambuja (2009), estar indissociados da autogestão.

França Filho (2001) apresenta quatro formas de manifestação da uma economia sem dinheiro e as empresas sociais conforme a figura a seguir.

Modelo	Descrição	Exemplo
O comércio justo	Estabelecer relações comerciais mais justas.	Relação entre países do norte e do sul
A finança solidária	Conjunto de experiências que participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro.	Microcrédito, poupança solidária, micro finança, finança de proximidade.
A economia sem dinheiro	Iniciativas participando da criação de formas alternativas de troca ou intercâmbios econômicos.	Permuta.
As empresas sociais	Empresas sociais	Abrange os itens: comércio justo e finança solidária

Figura 15 - Maneiras de manifestação de uma economia sem dinheiro e as empresas sociais.

Fonte: Baseado em França Filho (2001)

Portanto, observa-se na figura 15 que os empreendimentos de economia solidária se encontram situados na quarta forma de manifestação de uma economia, denominada de empresas sociais, que buscam o equilíbrio entre as outras manifestações.

Finalizamos essa seção demonstrando a ambiguidade e mesmo certa relação contraditória entre os escritos de alguns teóricos da economia solidária e entre o que realmente acontece na prática dos empreendimentos solidários.

De acordo com Wellen (2008) os empreendimentos de economia solidária encontram dificuldades de competição com as empresas capitalistas que são as detentoras do poder do mercado. Como forma de diferenciação, Wellen (2008) diz que as empresas capitalistas conseguem massificar a produção e venda de seus produtos, diferentemente dos empreendimentos de economia solidária, que precisam trabalhar com uma fatia de mercado que atende ao apelo social em detrimento da questão preço de produto.

Atribuindo um sentido particular ao seu trabalho, os integrantes da ‘economia solidária’ podem se imaginar como trabalhadores autônomos quando, na verdade, estão inseridos numa relação direta de exploração. Vendem sua força de trabalho, mas são levados a se ver como imunes e superiores a essa relação de exploração. (WELLEN, 2008, p. 111).

Para esta afirmação Wellen (2008) justifica que esses empreendimentos solidários vendem muitos de seus produtos para empresas capitalistas. Embora aparentem independência social e financeira, acabam presos a empresas que controlam as ações de venda de produtos, quando por meio de exigências determinam o quanto deve ser produzido, quanto deve ser vendido mensalmente, e muitas vezes mantêm uma relação de exclusividade com aquele estabelecimento. Como os empreendimentos solidários não têm um capital competitivo, acabam se sujeitando a esse tipo de manobra capitalista. A ideia de economia solidária que estava voltada à prática socialista acaba recaindo novamente no modelo capitalista, para onde escoa tudo o que é produzido, e os

cooperados que deveriam se sentir donos do negócio, indiretamente, voltam a ser assalariados perante o modelo capitalista.

Outra dificuldade encontrada pela economia solidária diz respeito à capacidade e custos de produção, que tornam o seu produto mais caro que os produtos das empresas capitalistas. Como se torna mais difícil produzir, em função da falta de um capital de giro para os empreendimentos solidários, o recebimento e a transformação de matéria prima em produtos ficam mais caros, conseqüentemente precisam vender seus produtos por um preço mais elevado. Nesse ponto as empresas capitalistas voltam a ter uma certa vantagem competitiva em relação à economia solidária.

Os grupos produtivos da economia solidária possuem em sua maior parte pequena estrutura produtiva, dotada de baixa capacidade tecnológica e, por conseguinte, altos custos de produção, o que se traduz numa incapacidade de enfrentamento do grande capital (AMORIM, 2010, p. 91).

Amorim (2010) apresenta como contraponto desta ideia romântica da economia solidária, o fato de que esses empreendimentos encontram grandes dificuldades de autogestão relacionadas ao problema da baixa escolarização e qualificação profissional. Os cooperados desses empreendimentos, considerando que existem exceções, na sua maioria não têm conhecimento na área administrativa para gerenciar, ou ainda na área contábil, que beneficiaria a gestão financeira. Em comparação com a economia capitalista, que seleciona trabalhadores especialistas na sua atividade, na economia solidária as funções são preenchidas por aquelas pessoas que estão disponíveis no momento, não significando que são capacitadas para o desempenho das mesmas. Esse imprevisto para atividades fundamentais de autogestão traz prejuízos ao processo produtivo e econômico desses empreendimentos.

Singer (2008a) criticou em entrevista o sistema remuneratório aplicado nos empreendimentos de economia solidária, pois estes atendem de forma imediata à renda das pessoas, embora a longo prazo nenhuma delas tenha garantias trabalhistas conforme o modelo capitalista, já que as mesmas não têm direito a fundo de garantia, férias, 13º salário. O sistema remuneratório também não é capaz de dar garantia de que cada cooperativado vai receber um valor mínimo de salário considerado satisfatório para manutenção de suas necessidades básicas. Singer (2008a) alerta ainda que empresas capitalistas perceberam que esse modelo cooperativo de trabalho pode ser rentável, por isso estão transformando suas empresas em cooperativas, pois desta forma conseguem diminuição dos custos de produção porque já não pagariam mais os encargos sociais. Portanto, são muitos os desafios que a economia solidária tem enfrentado. Apesar disso, a mesma tem se fortalecido, especialmente diante de um quadro de constante aumento do desemprego formal. “Nos

últimos anos, por meio dos princípios filosóficos do cooperativismo, a economia solidária vem assumindo uma nova dimensão, tornando-se um caminho alternativo para o problema do desemprego” (BORGES et al, 2013, p. 103).

Salienta-se, como já foi afirmado, que a economia solidária se insere no entendimento de um novo formato organizacional para além do formato de instituições capitalistas, a exemplo das organizações do Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, entre outras.

No capítulo que segue, é apresentado o percurso metodológico desta dissertação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é de caráter interdisciplinar e se insere na Linha de Pesquisa de Memória e Gestão Cultural do mestrado de Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle de Canoas. Os estudos nessa área possuem um caráter interdisciplinar. O estudo da memória institucional e da economia solidária são campos de estudo e pesquisa que não estão restritos a uma única área de conhecimento específico, podendo circular por várias disciplinas sem necessariamente ater-se a algum tipo de vínculo específico. A visão interdisciplinar pode trazer avanços às duas abordagens, tendo em vista que a inter-relação pode trazer uma visão mais ampla em detrimento de uma visão reduzida de cada área de conhecimento, quando analisadas isoladamente.

Esta pesquisa tem um enfoque qualitativo e exploratório porque se refere a questões que são difíceis de mensurar, por sua subjetividade (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.1 Aspectos metodológicos

3.1.1 Pesquisa qualitativa e exploratória

A literatura sobre o método qualitativo está em expansão, aumentando seu espaço no campo de pesquisa. Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.29) entendem que os principais componentes da pesquisa qualitativa se referem às suas características, processos e benefícios, os quais estão apresentados na Figura 17, bem como a sua relação com a presente pesquisa.

	Componentes	Da pesquisa em geral	Desta pesquisa
PRINCIPAIS COMPONENTES DA PESQUISA QUALITATIVA	CARACTERÍSTICAS	Explora os fenômenos em profundidade.	Exploração dos fenômenos da memória institucional e da economia solidária
		É basicamente conduzido em ambientes naturais.	Conduzido no ambiente de duas cooperativas de reciclagem
		Os significados são extraídos dos dados.	Os significados serão extraídos das entrevistas e dos documentos
	PROCESSOS		O caráter dedutivo desta pesquisa ocorreu embasado no referencial teórico, o qual norteará as categorias de análise sobre memória institucional e economia solidária
		Dedutivo	
		Analisa múltiplas realidades subjetivas.	Análise das realidades subjetivas dos envolvidos.
	BENEFÍCIOS	Profundidade de significados.	Encontrado profundidade de significados.
		Riqueza interpretativa.	Encontrado riqueza interpretativa, por meio das categorias que se sobressaíram nas durante as entrevistas.
		Contextualiza o fenômeno.	Contexto estudado é o de duas cooperativas de reciclagem.

Figura 16 - Principais componentes da pesquisa qualitativa
Fonte: Adaptado de Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.29).

Para o estudo da memória institucional e economia solidária tornou-se necessário que os temas abordados fossem aprofundados, reorganizados, com o intuito de extrair o máximo dos dados possíveis. Por isso, entende-se que o conceito metodológico de pesquisa qualitativa de Sampieri, Collado e Lucio (2013) tenha aderência à presente pesquisa desta dissertação. Para os autores, a pesquisa qualitativa não fica restrita a uma sequência metodológica linear, com início, meio e fim pré-estabelecidos. Mas permite um desenvolvimento maleável, deslocando-se pelas diversas fases, possibilitando ainda que ocorram alterações de acordo com a profundidade da pesquisa. A pesquisa qualitativa não precisa seguir um cronograma definido, mas permite que o pesquisador analise dados em profundidade, ou seja, pode buscar informações que não estão expostas abertamente como num gráfico ou planilha estatísticas. Também segue um processo dedutivo de dados, podendo recorrer a diversas fontes de pesquisa disponíveis como documentos, relatórios, atas, entre outros. O caráter dedutivo desta pesquisa ocorreu embasado no referencial teórico, o qual norteou as categorias de análise sobre memória institucional e economia solidária. Partiu-se do pressuposto de que a argumentação teórica se alinha com os fatos emergentes no âmbito das cooperativas. Esta forma de pesquisa permite uma gama maior de oportunidades de interpretação de dados, tendo um alcance que outros modelos de pesquisa não conseguem atingir (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Além disso, a presente pesquisa é do tipo exploratória, tendo em vista que a interseção entre os temas da memória institucional e da economia solidária foi pouco explorada, já que não foram encontradas pesquisas inerentes aos temas nas bases de dados⁷ até o momento, conforme apresentado no estado da arte da pesquisa. Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória auxilia o pesquisador pelo fato de que o aproxima do seu objeto de pesquisa a ponto de que aquele ambiente se torne familiar, de forma que o problema de pesquisa se torne explícito. Quando em campo para a coleta dos dados, percebeu-se essa familiaridade do pesquisador com o ambiente e com os fenômenos em pesquisa, tal como preconiza Marconi e Lakatos (2013).

Segundo Bardin (2009), a pesquisa exploratória tem a sua origem no referencial teórico, onde o pesquisador busca comprovar ou não a veracidade do que é proposto pela literatura. Durante a coleta de dados, comprovou-se a relação da literatura dentro do campo explorado, tendo relação entre a literatura e os fatos que puderam ser observados e pesquisados.

3.1.2 Estudo de casos simples

⁷ Bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; Banco de Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da Capes.

Foi utilizada uma adaptação da abordagem de Strauss e Corbin (2008) para descrever os procedimentos adotados para esta dissertação, os quais discutem os principais componentes qualitativos desta pesquisa, conforme a figura a seguir.

			Elementos	Procedimentos para esta pesquisa		
Principais componentes da pesquisa qualitativa	Dados		Entrevistas Temáticas	A primeira etapa da coleta de dados se deu por meio de entrevistas temáticas, junto às cooperativas de reciclagem Renascer e Cootre .		
			Observações	O processo de observação ocorreu direto no local de trabalho das cooperativas Renascer e Cootre, analisando os seus processos de trabalho.		
			Documentos	O Tecnosocial do Unilasalle disponibilizou arquivos referentes ao período em que essas cooperativas permaneceram incubadas, permitindo a análise desses documentos, que mantém um pouco do histórico e do caminho percorrido por essas cooperativas.		
			Registros	Foram analisados a Ata e os Estatutos de fundação dessas duas cooperativas.		
	Procedimentos		Conceitualizar	Tem relação com codificação	Uma etapa importante consistiu em Conceitualizar o material disponível, o que facilitou as etapas posteriores, como a estruturação do Referencial Teórico.	
			Reduzir dados		Todos os dados levantados foram sistematizados e tratados. As entrevistas gravadas foram transcritas para um formato de texto. Posteriormente, as entrevistas foram reorganizadas buscando-se manter uma sequência lógica e cronológica dos fatos e acontecimento que foram narrados pelos entrevistados (transcrição).	
			Propriedades		Todos os dados que foram levantados passaram por uma seleção. Depois esses mesmos dados foram transformados em categorias de acordo com esta pesquisa, ressaltando as propriedades emergentes.	
			Dimensões		A seleção de dados foi sistematizada em categorias de acordo com essa pesquisa, e suas dimensões.	
			Relacionar		As categorias foram relacionadas com o referencial teórico, onde verificou-se a aderência existente entre a pesquisa e o que pode ser descoberto por meio das entrevistas, documentos e observações.	
			Amostragem não estatística	Não foi utilizada amostragem estatística nessa pesquisa. Todos os dados relevantes foram categorizados.		
	Relatórios	Escritos	Artigos em jornais científicos, livros	Para a produção escrita referente a esta dissertação, foi escrito um capítulo de um livro com o seguinte título: <i>Trajetória do Cooperativismo e a Economia Solidária</i> , que faz parte do livro <i>Práticas Sociais na Economia Solidária: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação</i> (2015). Este livro foi um projeto da equipe do Tecnosocial do Unilasalle, por meio da incubadora de empreendimentos solidários. Quanto ao produto final tem-se a produção de um livro (em formato de <i>e-book</i>) descrevendo e analisando as memórias institucionais dessas duas cooperativas de reciclagem, bem como os depoimentos transcritos e transcritados.		
		Verbais	Palestra e conferência	Na X Semana Científica UNILASALLE – SEFIC 2014 foi apresentado o artigo denominado de <i>Memória Institucional na Economia Solidária: interdisciplinaridade em Ação</i> . Apresentado na forma de comunicação oral. Na XI Semana Científica UNILASALLE – SEFIC 2015 foi apresentado o artigo denominado de <i>Trajetória do Cooperativismo e Economia Solidária</i> . Também apresentado na forma de comunicação oral.		

Figura 17 - Principais componentes desta pesquisa

Fonte: Embasado em Strauss e Corbin (2008, p.24).

Nesta dissertação utilizou-se o estudo de caso simples, que tem como ponto forte a busca por resultados mais encorpados, que em contrapartida também podem ser mais dispendiosos e extensos (YIN, 2010). São dois estudos de casos únicos porque não se espera que sejam

encontrados resultados que se assemelhem, dado que as memórias institucionais nas duas cooperativas estudadas se apresentam distintas, haja vista a trajetória idiossincrática de cada uma.

O estudo de caso, conforme Yin (2010), possibilita conhecimento aprofundado de fenômenos que afetam os indivíduos, grupos, organizações, sociedades, políticas e outros conhecimento relacionados. Essas relações de memórias existentes entre indivíduos, grupos e a própria organização fazem parte do aporte teórico. Após a pesquisa em campo, por meio das entrevistas, pode-se observar que existe relação entre o que foi deduzido no aporte teórico com o que foi comprovado pela pesquisa. Yin (2010) considera que não é possível dissociar o indivíduo dos eventos citados por ele como: “ciclos individuais da vida, comportamentos dos pequenos grupos, os processos decisórios, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais”. (YIN, 2010, p.24)

Seguindo os preceitos de Yin (2010) para estudos de casos simples, algumas indagações puderam ser respondidas, conforme previsto no questionário das entrevistas aplicado em campo aos cooperados. Além disso, cada caso investigado é analisado segundo sua idiossincrasia, não havendo uma comparação ao final. Por isso a escolha metodológica recaiu sobre dois estudos de casos simples, já que a pesquisa realizada se refere a duas cooperativas de reciclagem. A primeira estudada foi a Renascer, que é uma cooperativa caracterizada como o primeiro grupo de reciclagem de Canoas, que está em atividade desde 1976. A segunda a ser estudada foi a Cootre, que é um grupo mais recente e iniciou suas atividades no ano de 2003, situada na cidade de Esteio.

Na dissertação usamos as três principais fontes de evidência apresentadas por Yin (2010) que são observação, entrevistas e documentos disponibilizados pelas cooperativas e pela incubadora do Unilasalle. A segunda fonte citada refere-se à entrevista realizada com os membros dessas duas cooperativas. Foram entrevistadas 7 (sete) cooperadas. A descrição detalhada de como ocorreram as entrevistas, bem como que tratamento estes dados receberam, é explicitada na subseção que trata das entrevistas.

3.2 Etapas do caminho metodológico desta pesquisa

A figura a seguir mostra de forma detalhada cada etapa do percurso metodológico que foi adotado para esta pesquisa.

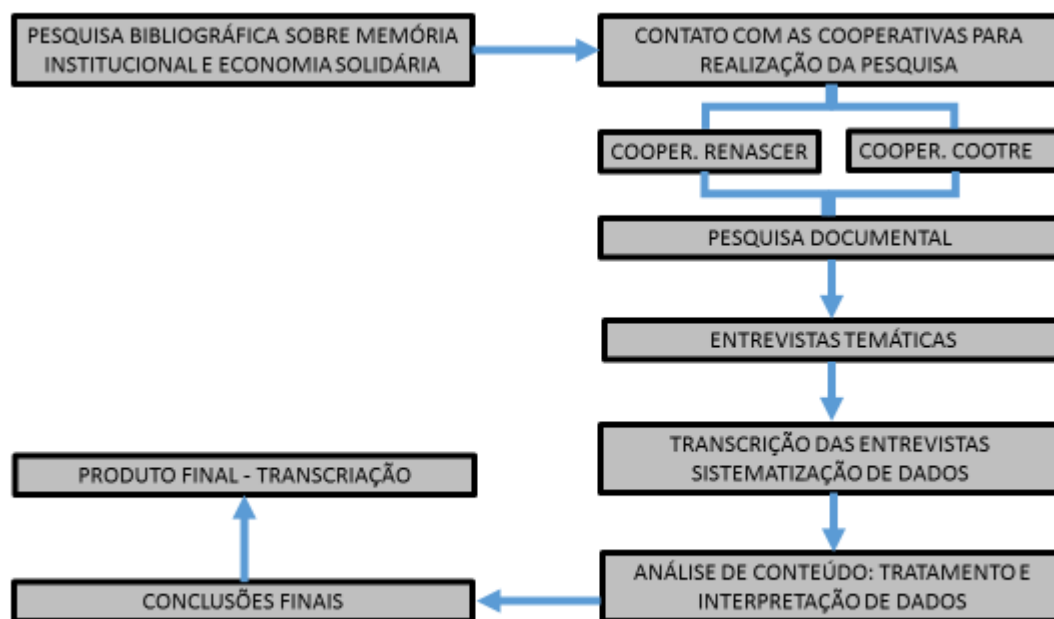


Figura18 - Percurso metodológico

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica abrangeu os temas memória, memória institucional e economia solidária. Quanto à definição se tem que: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44). O referencial teórico foi construído pesquisando fontes bibliográficas pertinentes aos temas abordados, onde pode ser montada uma base sobre a qual esta dissertação foi desenvolvida. O que permitiu o cruzamento de dados oriundos da pesquisa bibliográfica com os dados levantados na pesquisa de campo.

3.2.2 Contato com as cooperativas

Para a pesquisa de campo foram escolhidas as cooperativas Renascer e Cootre. A Renascer é a cooperativa que está a mais tempo em atividade na cidade de Canoas, já passou pelo processo de incubação e hoje trabalha de forma autônoma, funcionando plenamente nos moldes da autogestão. A cooperativa Cootre, apesar de ser um empreendimento recente, já está bem estruturada, em processo final de incubação, e também trabalhando em prol da autogestão. Dentre as cooperativas mais recentes que passaram pelo processo de Incubação no Tecnosocial, a Cootre apresenta um

perfil bom de receptividade às pesquisas acadêmicas. A Renascer é o empreendimento de economia solidária mais antiga da cidade de Canoas, já atuando na área de reciclagem desde 1976. Salienta-se que esse grupo fez parte do projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários. Projeto este pertencente ao Tecnosocial/Unilasalle-Canoas. A Cootre (Cooperativas dos Trabalhadores Recicladores de Esteio) iniciou as suas atividades como cooperativa apenas em 2003.

3.2.3 Pesquisa documental

O *corpus* documental foi composto por documentos das duas cooperativas estudadas (Atas, Estatutos, Regulamentos, Relatórios). No que se refere à pesquisa documental, Gil (2002) argumenta que assim como na pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental tem como base registros e fontes em documentos, mas a diferença entre elas consiste no fato de que a pesquisa de documentos utiliza como fonte de dados que não foram tratados ou analisados.

“*Corpus* documental é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2009, p.122). Para a submissão desses procedimentos analíticos, o autor apresenta quatro regras para a montagem desse *corpus* documental, que são: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, conforme ilustra a figura 19.

REGRAS PARA MONTAGEM DO CORPUS DOCUMENTAL	EXAUSTIVIDADE	Entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um diário, etc..	Não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não interesse), que não possa ser justificável no plano de rigor.
	REPRESENTATIVIDADE	A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial.	Um universo heterogêneo requer uma amostra maior do que um universo homogêneo.
	HOMOGENEIDADE	Devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora desses critérios de escolha.	As entrevistas sobre um tema devem referir-se todas a esse tema e ter sido obtida por intermédio de técnicas idênticas e ser realizada por indivíduos semelhantes.
	PERTINÊNCIA	Os documentos devem ser adequados, enquanto fonte de informação.	Devem corresponder ao objetivo que suscita a análise.

Figura 19 - Regras para montagens do *corpus* documental.

Fonte: Bardin (2009, p.122-124).

Esta dissertação trabalhou com dados contemporâneos, nas formas primárias e secundárias. Como fontes primárias tem-se as entrevistas. Como fonte secundária tem-se dados escritos pelo(s) próprio(s) autor(es) em momentos anteriores, como relatórios, contratos e atas.

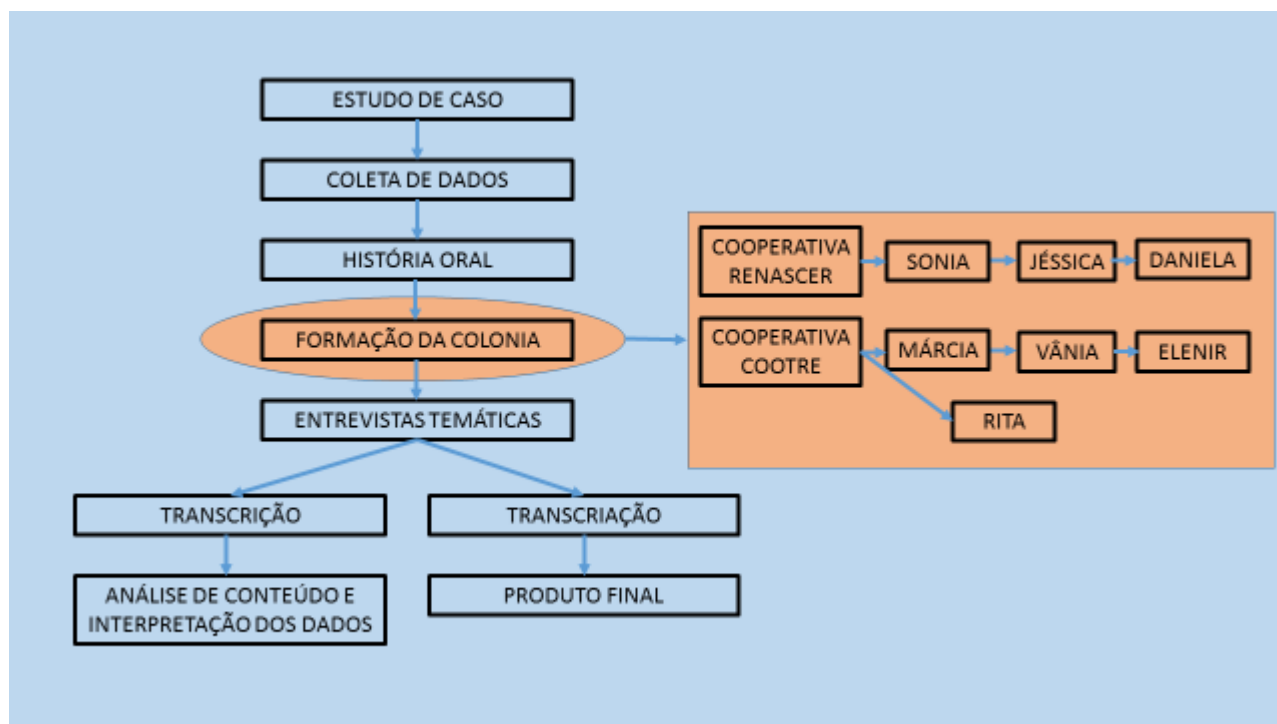


Figura 20 - Estrutura da coleta de dados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

3.2.4 Entrevistas temáticas

Para a realização das entrevistas buscou-se o embasamento conforme o entendimento de Meihy (2005) sobre história oral, por acreditar que essa abordagem pudesse aprofundar e demonstrar com mais fidedignidade os elementos subjetivos que auxiliam no entendimento da memória institucional em empreendimentos de economia solidária.

Segundo Meihy (2005), que trata a abordagem metodológica da história oral, a mesma ocorre através de encontros previamente planejados com a utilização de um questionário orientador da entrevista, instigando e direcionando os entrevistados de acordo com o objetivo pretendido pela pesquisa. Para Meihy (2005) são três os tipos de história oral: instrumental, plena e híbrida.

Tipos de História Oral	Aplicação
História oral instrumental	Tem funções no registro, trabalho de captação das entrevistas e da passagem do oral para o escrito, no arquivamento e disponibilidade pública, de acordo com acertos prévios feitos entre as partes.
História oral plena	É mais completa que a história oral instrumental, pois entende a elaboração e análise das entrevistas de maneira que elas dialoguem entre si.
História oral híbrida	Além das análises das entrevistas, supõe-se o cruzamento documental, ou seja. Um trabalho de maior abrangência.

Figura 21 - Tipos de história oral e aplicação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Conforme Meihy (2005), a história oral instrumental é uma modalidade de apoio, com as funções de registro, captação das entrevistas e ainda da passagem do oral para o escrito, no arquivamento e disponibilidade pública, de acordo com acertos prévios feitos entre as partes.

A história oral plena é um modelo mais apurado, pois busca no diálogo das entrevistas uma maneira para cruzar as informações. Isso se dá através do relato de cada cooperado que respondeu à entrevista, expressando a sua forma de pensar e de ver determinados acontecimentos dentro da cooperativa. Conforme Meihy (2005) a história oral plena pode ser realizada com base apenas nas entrevistas, não havendo necessidade de examinar outras formas de registros.

A história oral híbrida é uma mescla da história oral instrumental com a história oral plena, sendo este o modelo utilizado nesta dissertação. Nesse modelo, torna-se necessário utilizar os dados obtidos nas outras duas formas que tratam das entrevistas e que são cruzadas com outras formas de documentos que são disponibilizados e utilizados para a análise dos dados. “Nesse caso somam-se às entrevistas documentos cartoriais, memórias escritas, dados estatísticos, literatura, reportagens, produtos historiográficos” (MEIHY, 2005, p. 16).

Meihy (2005) diz que a história pode ser observada em vários locais que lhe servem de abrigo. O autor apresenta quatro desses locais: acadêmica, institucional, comunitária e da empresa.

A história oral acadêmica é definida como “fundamentação teórica apurada, procedimentos operacionais justificados, eventuais diálogos historiográficos, inscrição nos diálogos intelectuais e avaliação da fortuna crítica” (MEIHY, 2005, p. 48). A história oral institucional analisa vários contextos que influenciam a instituição. Nesse ponto, o autor relata a ideia do que representa a instituição, pois “vale dizer que o conceito de instituição é elástico e sutil e abrange tantos laços naturais – família, por exemplo – como aqueles acordados por contrato – como trabalho” (MEIHY, 2005, p. 52). Para o autor, a história oral institucional subdivide-se em comunitária e de empresa.

Na comunidade, por meio da história oral comunitária, trata das relações sociais de um determinado grupo com pontos em comum, que são citados pelo autor, como por exemplo, times de futebol, escolas de samba, irmandades religiosas, etc... “por seu caráter associativo, de adesão, tem-se que não se enquadram aí empresas de projeção econômica onde prevalecem relações mediadas pelo mundo capital” (MEIHY, 2005, p. 53). Para o autor, “em história oral comunitária, a existência de um passado convoca narrativas que demandam quatro características: Origem da comunidade, formulação de elementos marcantes do projeto comunitário, etapas ou processos de mudanças, momento presente” (MEIHY, 2005, p. 55). Quanto à história oral da empresa, tem-se por objetivo “verificar como fundadores, funcionários, fornecedores, usuários e demais integrantes da instituição, e mesmo como o contexto, organizam suas percepções sobre uma entidade que tem fundamento na atividade produtiva, comercial ou de prestação de serviço” (MEIHY, 2005, p. 59).

Para esta dissertação foram observados eventos que estão relacionados com a compreensão da trajetória de cada cooperativa, inserindo-se dentro do entendimento de história oral comunitária (MEIHY, 2005) pois, a partir da análise das narrações dos seus membros e da análise dos documentos, buscou-se entender a constituição da memória institucional de cada cooperativa analisada no contexto da economia solidária. Yin (2010) ainda ressalta que o pesquisador não tem como prever os resultados de uma pesquisa, pois esses estão envoltos em emoções e comportamentos que se refletem em eventos contemporâneos. Aplicando isso à presente pesquisa, comparamos um empreendimento em estruturação com outro empreendimento com maior trajetória temporal, buscando-se a comparação desses eventos contemporâneos.

Quanto ao *corpus* documental, Bardin (2009) trata da preparação do material para análise, enumerando alguns itens importantes, como por exemplo: transcrever para papel ou meio eletrônico as entrevistas que foram realizadas, considerando importante ainda, não descartar ou inutilizar o arquivo de áudio original, pois o mesmo pode servir como fonte de consulta posterior.

Nesta dissertação, entrevistamos sete cooperadas, sendo três da Renascer e quatro da Cootre. Inicialmente buscou-se entrevistar aqueles cooperados com um tempo maior de trabalho dentro no empreendimento, partindo do princípio de que estas pessoas sejam detentoras de maior conhecimento dentro da cooperativa. Na prática, as indicações não ocorreram da maneira prevista, pois, houve casos de cooperados que estavam trabalhando num período de tempo menor, mas que foram indicados pelos colegas como detentores do conhecimento dos processos da cooperativa.

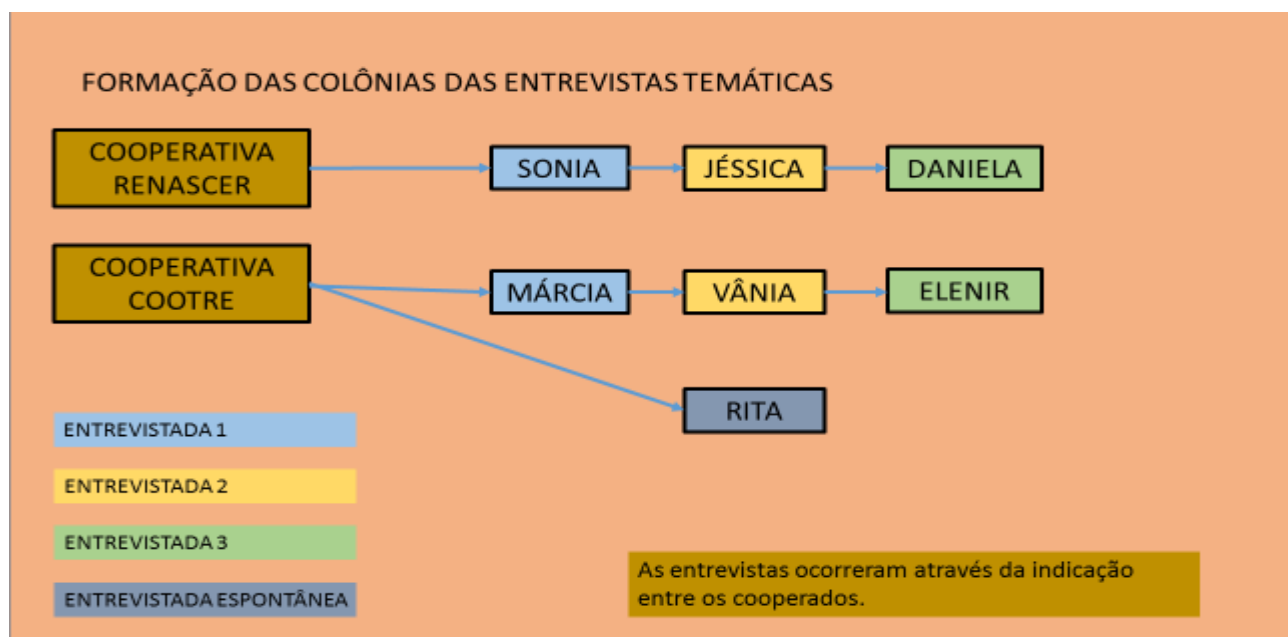


Figura 22 - Formação das colônias das entrevistas temáticas
Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na data agendada para a realização da pesquisa, iniciaram-se as entrevistas na Renascer. Foi solicitada a indicação para participar da entrevista de um cooperado com mais tempo de trabalho na cooperativa, sendo que depois ele indicaria outro cooperado e assim sucessivamente. Não era um dia de grande movimento, por isso não houve nenhuma dificuldade para cumprir esta etapa de entrevistas. A primeira entrevistada, dona Sônia, contemplava o requisito solicitado de antiguidade, mas a indicação dela foi uma coordenadora, a Jéssica, que é a mais nova, tanto em idade quanto em tempo de trabalho no empreendimento. O quesito tempo acabou sendo substituído pelo quesito conhecimento, pois a entrevistada mostrou desenvoltura para responder à entrevista. Depois, a Jéssica indicou a Daniela, a qual acreditava que tivesse um pouco mais de conhecimento e participação ativa na cooperativa, também não se levou em conta o critério de antiguidade, mas sim o de conhecimento. O verdadeiro critério acabou sendo o de entrevistar aqueles cooperados que tinham o maior conhecimento da cooperativa.

Na Cootre, a pessoa com quem o contato foi realizado para agendamento das entrevistas não pode participar inicialmente porque estava numa atividade externa, mas ela já havia deixado pré-estabelecido que ocorreria uma pesquisa por meio de entrevista com alguns cooperados. Também não foi possível observar o critério de maior tempo na cooperativa, mas sim aquele cooperado que estivesse disponível. Por isso, a primeira entrevistada foi a Márcia, que se auto selecionou. Ela exerce funções administrativas, consequentemente possuía um bom conhecimento da cooperativa. Depois, ela indicou uma colega que tem cargo de gestão como tesoureira, a Vânia. A Vânia indicou a coordenadora de produção, a Elenir. Durante a entrevista com essa coordenadora, a Rita chegou, também concedendo a entrevista dela. Quando a Elenir saiu, a Rita começou a conversar informalmente sobre diversos assuntos, até que em determinado momento ela iniciou um relato sobre a cooperativa, quando percebi e comecei a gravar, embora tenha perdido alguns minutos iniciais. Espontaneamente ela relatou detalhes de vários momentos e períodos da cooperativa, desde a chegada dela até o presente momento. Ao final deste relato, comentei com ela que havia gravado e solicitei a autorização para utilizar a gravação.

As entrevistas não ocorreram na ordem planejada inicialmente em ambas as cooperativas, porém não interferiram no alcance dos objetivos da pesquisa. A seguir é apresentada uma relação de todas as cooperadas que participaram das entrevistas na Renascer.

Nome do cooperado	Idade	Gênero	Escolaridade	Data de entrada na cooperativa
Sônia	62	Feminino	4ª série Ens. Fund.	1986
Jessica	21	Feminino	6ª série Ens. Fund.	20/05/2011
Daniela	40	Feminino	4ª série Ens. Fund.	09/05/2013

Figura 23 – Relação de participantes das entrevistas temáticas da cooperativa Renascer

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Os cooperados da Cootre têm uma trajetória mais recente que a Renascer, pois a cooperativa é mais nova e começou as suas atividades no ano de 2003. A seguir é apresentada uma relação de todas as cooperadas que participaram das entrevistas na Cootre.

Nome do cooperado	Idade	Gênero	Escolaridade	Data de entrada na cooperativa
Marcia Cristina Oliveira	42	Feminino	6ª série	2012
Vânia Elisabete Rodrigues da Silva	35	Feminino	Ensino médio completo	09/2006
Elenir	50	Feminino	8ª série	01/07/2014
Rita Cassia dos Santos de Souza	39	Feminino	5ª série	2008

Figura 24 - Relação de participantes das entrevistas temáticas da cooperativa Cootre

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Foram tomados todos os cuidados éticos para cada uma das entrevistas que foram realizadas. Primeiramente foi explicado para cada entrevistada quais os objetivos desta pesquisa e se ela concordava em responder as perguntas que também seriam gravadas. Tal consentimento foi expresso através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pela entrevistada. Também ficou claro que o nome de cada uma poderia aparecer na pesquisa, sendo que todas concordaram.

3.2.5 Sistematização dos Dados: transcrição das entrevistas e transcrição

Após a coleta de dados foi realizada no arquivo do Tecnosocial/Unilasalle Canoas e nas dependências das cooperativas (Renascer e Cootre), as gravações foram transcritas e posteriormente esses dados foram categorizados, preparando-os para a análise. As transcrições das entrevistas foram realizadas pelo autor desta pesquisa, que contou também com a ajuda de pessoas de seu círculo de amizade nesse processo. As sete entrevistas transcritas perfizeram um total de 110 laudas e aproximadamente 20 horas de transcrição. As entrevistas transcritas (que compõem o produto final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) possuem 12 laudas.

Para a sistematização dos dados, os seguintes passos foram seguidos:



Figura 25 - Desenvolvimento da pesquisa e resultados
 Fonte: elaborado pelo próprio autor

Conforme o embasamento teórico de Meihy (2005) sobre história oral, foi elaborado um questionário temático com a finalidade de ser utilizado como um roteiro para as entrevistas que foram aplicadas no âmbito das cooperativas. No campo de pesquisa aplicou-se o questionário às entrevistadas, que responderam de acordo como o seu entendimento e percepção dos fatos que foram perguntados. Todas consentiram em gravar a entrevista. Posteriormente ocorreu a transcrição do áudio para o escrito. Quanto à análise de conteúdo, o seu desenvolvimento será apresentado na próxima seção. Este caminho percorrido resultou nesta dissertação.

Ainda de posse das transcrições, criou-se um outro formato de documento, denominado de transcrição, onde as entrevistas foram reorganizadas em ordem lógica e cronológica, resultando num relato de vida dos entrevistados. O produto resultante da transcrição gerou um outro documento sobre vidas que foram transformadas, enquanto partes integrantes da cooperativa. Todos esses relatos fazem parte do *e-book* que foi criado contando esses casos.

3.2.6 Análise de conteúdo: tratamento e interpretação de dados

Segue a o percurso utilizado pela análise de conteúdo.

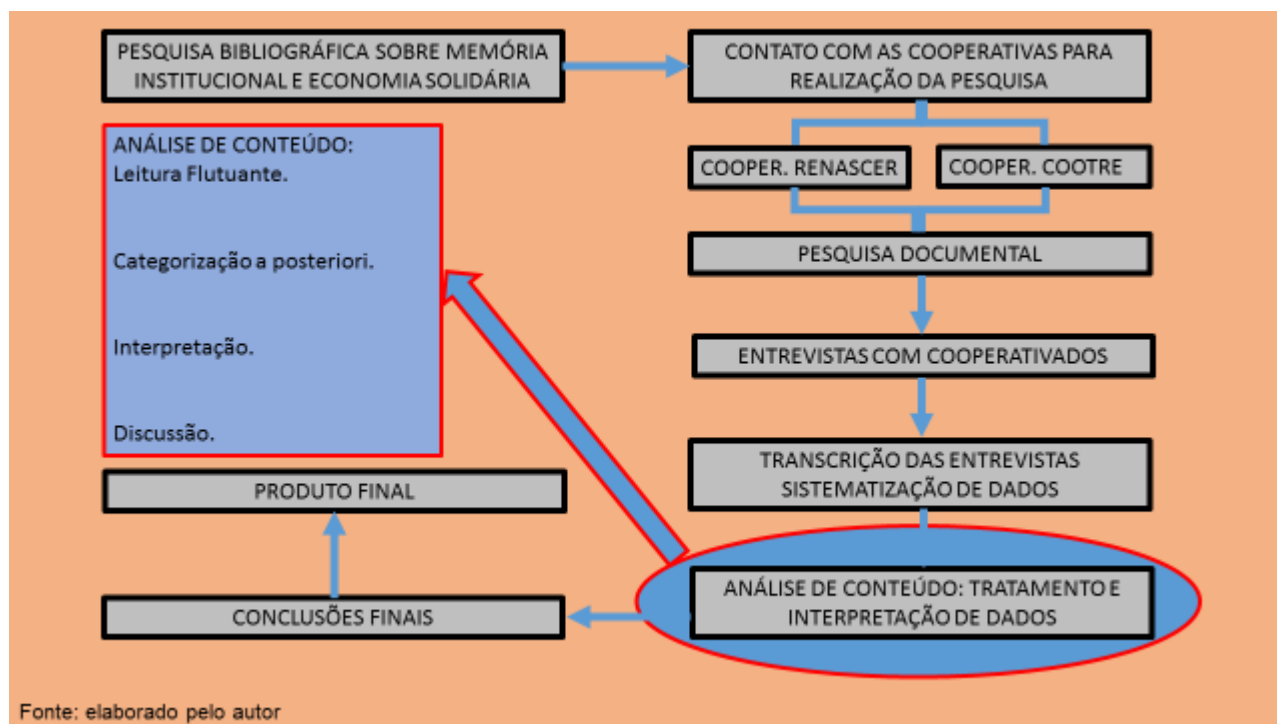


Figura 26 - Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A categorização dos dados seguiu um processo sistemático. Com o intuito de facilitar a análise das informações coletadas, tornou-se necessário o estabelecimento de categorias de análise. Salienta-se que “o número de categorias poderá ser determinado pelas características significativas, diferentes, mas fáceis de serem identificadas, tendo o pesquisador condições de manipular as complexas relações possíveis oriundas dessa classificação” (MARCONI; LAKATOS, 2013, p.134).

A maneira como se procedeu para a categorização dos dados envolveu três fases:

1. Os dados coletados foram organizados por categorias de temas ou assuntos, para cada uma das cooperativas, separando as entrevistas que foram transcritas dos documentos.
2. Desta primeira análise, as categorias foram reorganizadas conforme os eventos ou elementos que surgiram da categorização.
3. Esses eventos foram organizados por ordem cronológica e por similaridade de temas.

Portanto, para a organização e análise dos dados, primeiramente foi realizada uma sistematização dos dados (conforme descrito na subseção anterior) e posterior Análise de Conteúdo, conforme o entendimento de Bardin (1977).

No que se refere à análise de conteúdo, Bardin (2009) estrutura em três etapas: a primeira é a pré-análise; a segunda a exploração do material; e a terceira é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo foi realizada seguindo os seguintes passos. (i) pré-análise: inicialmente foi realizada uma leitura flutuante referente aos documentos que foram

sistematizados; (ii) exploração de resultados: foram verificados os elementos que surgiram dessa leitura flutuante e realizada a categorização dos elementos que se sobressaíram dos dados, ou seja, foi realizada uma categorização *a posteriori*. (iii) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: com base nos dados sistematizados, realizou-se o tratamento dos dados obtidos buscando interpretá-los à luz das abordagens teóricas. Essa fase consistiu em comparar ou elencar elementos teóricos que puderam lançar luz e/ou explicar os dados constantes em cada categoria, bem como fazer uma relação entre os dois aspectos (teórico e empírico).

3.3 Descrição do produto final do mestrado

A presente dissertação tem como proposta do produto final a elaboração de um *e-book* das entrevistas transcritas, com os relatos de vidas transformadas e a análise da memória institucional das duas cooperativas estudadas. O objetivo deste produto final é socializar o entendimento que cada uma das cooperadas tem sobre a trajetória da cooperativa, considerando que esse entendimento está fundamentado no tempo em que estão inseridas no empreendimento, bem como apresentar um panorama sobre a memória institucional evidenciada nas duas cooperativas. Considerando que socialmente as pessoas que integram esses empreendimentos de economia solidária originalmente viviam em algum tipo de situação de exclusão social, este *e-book* permitiu que as vozes dessas trabalhadoras pudessem ser ouvidas pela sociedade. Também pode ser percebido que as cooperativas de reciclagem possuem a característica de fornecer um suporte social às pessoas que vivem marginalizadas. Fato que pode ser verificado através de depoimentos realizados sobre dois cooperados que tiveram as suas vidas transformadas porque alguém acreditou que era possível reintegrar esses indivíduos à sociedade.

Este produto é parte integrante do Programa do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, na linha de pesquisa de Memória e Gestão Cultural, que aborda temas ligados à memória das instituições e organizações, memória individual e coletiva no ambiente de trabalho. Este tema possui relevância social, tendo em vista que os órgãos de governo têm investido, com políticas públicas, nas questões como economia solidária e socioambiental. E também por constatar-se que as cooperativas estão caminhando num processo rumo à autogestão e à resolução de problemas socioeconômicos. Através dos depoimentos foi evidenciado que a sociedade teve ganhos com a atuação desses empreendimentos para a diminuição da desigualdade social, possibilitando aos cooperados melhorarem seu padrão de vida. Socialmente, também se percebeu a mudança de pessoas que eram marginalizadas pela sociedade e foram incluídas no convívio social dentro da cooperativa.

Segue estrutura do *e-book* contendo as entrevistas transcritas das sete cooperadas.

SUMÁRIO		
1	INTRODUÇÃO.....	9
2	PARTE 1 - ENTREVISTAS TRANSCRIADAS, COOPERADAS DA RENASCER....	10
2.1	SÔNIA.....	11
2.2	DANIELA.....	14
2.3	JESSICA	17
3	PARTE 2 - ENTREVISTAS TRANSCRIADAS - COOPERADAS DA COOTRE.....	20
3.1	RITA	23
3.2	VÂNIA.....	26
3.3	ELENIR	29
3.4	MÁRCIA.....	31
4	PARTE 3 – VIDAS TRANSFORMADAS NA RECICLAGEM	33
5	PARTE 4 – MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS NA RECICLAGEM.....	35

Figura 27 - Sumário do *e-book* Memória Institucional e Vidas Transformadas na Reciclagem

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O *e-book* estará disponível no site do Tecnosocial da Unilasalle/Canoas, bem como serão impressas cópias e entregues nas duas cooperativas estudadas, quando da devolução dos resultados desta pesquisa. Quando da entrevista, observou-se que a maioria dos cooperados tem smartphones e que muitos têm acesso à internet.

Espera-se, com a divulgação digital desse livro, apresentar os resultados da pesquisa sobre a Memória Institucional nas duas cooperativas de reciclagem estudadas (Renascer e Cootre), analisando os elementos de memória que emergiram da pesquisa. Através dos relatos de história oral, por meio de entrevistas temáticas dos seus membros, compreendemos a trajetória das cooperativas de resíduos pós-consumo, desde a sua criação até atingir o estágio atual de desenvolvimento. Conhecendo a trajetória dessas cooperativas, se explorou quais os elementos da Memória Institucional ganhavam destaque e que foram analisados com o referencial teórico elaborado. Ainda descrever e analisar as narrativas de memória dessas duas cooperativas, que foram transcritas neste *e-book*.

4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Os elementos da análise foram embasados naqueles identificados como constituintes da Memória Institucional (COSTA, 1997), os quais foram discutidos na seção teórica desta dissertação e que podem ser melhor visualizados na Figura 29.



Figura 28 - Elementos da memória institucional.

Fonte: Costa (1997, p. 137)

As categorias emergiram das sete entrevistas e da relação entre cada um dos elementos da memória institucional e as evidências que apareceram naqueles dados, conforme a Figura 29.

Memória Institucional	Categorias <i>a priori</i>¹	Categorias <i>a posteriori</i>²
	1 Informação / Comunicação	1.1 Comunicação nas cooperativas
		1.2 Reuniões
	2 Responsabilidade socioambiental / Solidariedade	2.1 Responsabilidade Socioambiental
		2.2 Solidariedade
	3 Emoções	3 Motivação/Expectativa
	4 Indivíduos	4.1 Região de residência dos cooperados
		4.2 Mulheres
	5 Ação, Intuição, Pensamento e Linguagem	5.1 Eventos
		5.2 Decisões
		5.3 Divisão do trabalho
		5.4 Vantagens trabalhistas
		5.5 Conflitos e relacionamentos
	6 Instituição	6.1 Entrada na cooperativa
		6.2 Saída da cooperativa
		6.3 Tecnosocial
	7 Memória	7.1 Pertencimento
8 <i>E-book</i>	Depoimento Transcrito Renascer	
	Depoimento Transcrito Cootre	
	Depoimento de Vidas Transformadas	
	Memórias Institucionais na Reciclagem	

Obs. 1 Categorias elencadas a partir de Costa (1997). Categorias elencadas *a priori* a partir da teoria.

2 Categorias emergentes das entrevistas temáticas.

Figura 29 - Relação das categorias *a priori* e *a posteriori*

Fonte: Embasado em Costa (1997)

4.1 Análise das Categorias Emergentes

4.1.1 Categoria da MI: Informação / comunicação

Conforme Costa (1997), a comunicação que circula dentro das organizações é constituinte de sua memória. Segundo essa autora, existe um motor que movimenta as informações dentro das organizações, denominado de emoções. A autora salienta que no momento em que é preciso tomar uma decisão, o fator emocional está presente, dificultando o processo de comunicação, pois torna-se mais complicado conciliar uma reunião onde várias pessoas estão reunidas com cargas emocionais diferentes, influenciando na decisão a ser tomada.

Nesse contexto, Costa (1997) entende a complexidade existente devido ao emaranhado de emoções, atuando ao mesmo tempo em tantos indivíduos diferentes, de maneira que exista um equilíbrio entre as partes, pois não se sabe o que cada indivíduo está passando ou sentindo naquele exato momento, quais as memórias que o influenciam a tomar determinada atitude, ou seja, o leque de opções de fatores que podem influenciar na comunicação tem-se mostrado amplo. Costa (1997) cita ainda como elementos da comunicação: o passado, as emoções, os sentimentos, os quais não são percebidos claramente quando a pessoa expressa a sua opinião.

Conforme Veronese (2013), a comunicação tende a ser um processo contraditório, pois onde existe um trabalho realizado em grupo, seguramente existe divergência de opiniões e a decisão tomada pela maioria pode não refletir o pensamento de todos, pois existe uma diversidade de opiniões em jogo, que contraria o pensamento daqueles que “saíram derrotados” da votação.

Pode-se ver a seguir como funciona o processo de comunicação nas cooperativas pesquisadas.

4.1.1.1 Categoria emergente: Comunicação nas cooperativas

Sobre a comunicação dentro das cooperativas, as entrevistadas partem do princípio de que para a tomada de grandes decisões sempre ocorre uma reunião, onde todos tomam ciência do assunto e realizam uma votação que define a opinião geral. O ideal seria um consenso geral, onde o resultado da opinião de todos converge para um mesmo caminho, embora isso seja um pouco contraditório, porque em grupos grandes, torna-se complicado chegar a uma unanimidade, mesmo para questões menores na sua importância. Em discursos diversos dos entrevistados, concordamos com Veronese (2013), pois podemos perceber que nem todos convergem para a mesma opinião, o

que pode ser um fator gerador de contradições e ambivalências. Foi identificado que alguns consideram a comunicação dentro da cooperativa como sendo boa, enquanto outros consideram que existe uma certa dificuldade. Mas, quando envolve outros assuntos que não exigem reuniões formais, algumas entrevistadas expressam que podem ocorrer divergências na comunicação, gerando sentimentos diversos. Embora muitos dos acontecimentos dentro da Renascer, seja de conhecimento da maioria dos cooperados, a cooperada Jéssica considera que a comunicação não flui de maneira ideal: "Ah, é mais ou menos! É cada um pensa diferente, né? Cada um tem um jeito, né? Aí tu fala uma coisa, aí já não gosta, é mais ou menos".

Costa (1997) entende que a comunicação é movimentada e baseada nas emoções, dentro das organizações. As emoções normalmente podem oscilar entre indivíduos, porque as pessoas têm pensamentos diferentes, os quais estão ligados ao fator emocional direta ou indiretamente. Costa (1997) faz essa aproximação entre as emoções e a comunicação, pois invariavelmente elas exercem influência entre si. Por exemplo, o mesmo assunto abordado em dias diferentes pode gerar desfechos distintos, podendo ser em função do estado emocional dos cooperados naquele momento da comunicação. Dentro dessa ideia, Halbwachs (2006) aborda que mesmo em fenômenos coletivos a informação vai circular de maneira diferente, porque sofre a influência do indivíduo. Porque nesses fenômenos coletivos estão expressos a bagagem de cada indivíduo, incluindo o fator emocional. A expressão pensamentos diferentes, deve-se à constituição da memória dos indivíduos que também é diferente. "Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização" (POLLAK, 1992, p.7).

Já a cooperada Daniela, da Renascer, tem uma outra percepção sobre esse assunto, pois afirma que:

Tudo a gente conversa. Chega ali de manhã, olha, na hora do café, a gente conversa, se tem um problema a gente conversa na hora, se aconteceu alguma coisa, já faz uma reunião, já pega a ata já faz, se tiver que resolve a gente já resolve na hora.

Observa-se nesse caso a presença do fator emocional, pois eles, mesmo sem perceber, acabam prestando atenção nas condições físicas e psicológicas das pessoas, pois precisam perceber e buscar sentir como estão para depois conversar com todos, para buscar uma solução em conjunto de um problema existente. Aparece a evidência de que há um mecanismo de comunicação, onde todos se reúnem para conversar. Porém, muitas vezes o processo não flui de maneira satisfatória, como evidenciado pela cooperada Márcia da Cootre.

Devido ao fato de que todos os cooperados ficam no mesmo ambiente de trabalho, fica fácil de ter um canal de comunicação mais prático e rápido. Mas, quando é preciso contatar algum cooperado fora do horário é complicado, porque muitas vezes ninguém possui os contatos. Conforme a Márcia, uma das evidências de dificuldade na comunicação é que fora do local de trabalho era difícil a comunicação, encontrar alguém depois do expediente não era uma tarefa fácil. Mas isso já é uma questão que estamos trabalhando para solucionar, pois já atualizamos contatos de *facebook* e *wattsapp*, números telefônicos dos cooperados e ainda sugerimos que a Rita utilizasse mais essas mídias. A Rita tinha um certo receio e também não gostava de usar essas formas de comunicação, mas mesmo assim já está se adaptando às tecnologias da comunicação, bem como os demais cooperados.

A cooperada Vânia, da Cootre, apresentou uma estratégia de comunicação utilizada quando trabalhava na Renascer quanto à participação em reuniões e eventos fora do ambiente de trabalho. Naquela cooperativa, para esses eventos era realizado um rodízio, de maneira que todos pudessem ter uma participação ativa com a responsabilidade de informar aos demais o conteúdo que aprenderam na oportunidade das reuniões externas. Essa maneira trazia uma maior interação entre todos, na opinião da entrevistada, pois quem ia nessas reuniões precisava fazer uma espécie de ata, anotando o que foi falado, e posteriormente passando a informação para o grande grupo de cooperados.

Portanto, em aspectos gerais, nas duas cooperativas estudadas, as evidências indicam que a comunicação formal ocorre por meio de reuniões ordinárias para tomada de decisão. Nas questões menos formais de comunicação, ainda existe uma certa dificuldade. Pode-se entender que tal dificuldade deva-se à necessidade de habilidade para perceber e entender a situação emocional de cada cooperado na hora de se comunicar. Percebe-se isso na expressão da cooperada Jessica, quando ela diz que: “É, cada um pensa diferente, né? Cada um tem um jeito, né?”. Manter as emoções minimamente estabilizadas não representa uma tarefa fácil, pois as emoções representam o momento que a pessoa está vivendo, juntamente com questões de seu passado. A outra maneira utilizada pela Renascer diz respeito à interação dos cooperados nas reuniões externas, onde eles devem trazer um relatório que comunique ao grande grupo o que eles aprenderam.

4.1.1.2 Categoria emergente: Reuniões

As reuniões expressam formas e saberes, onde cada cooperado pode expressar a sua opinião levando em consideração as experiências adquiridas ao longo dos anos. As reuniões consolidam a estrutura funcional da instituição.

As evidências demonstram que os cooperados da Renascer têm reuniões periódicas para tomada de decisão, além de reuniões esporádicas para resoluções de conflitos, de acordo com a declaração da cooperada Sônia: "A gente faz reuniões, né, com todos os cooperados. Diárias não, às vezes a gente faz semanal ou quando surge algum problema para resolver a gente se reúne também, né?".

Conforme Walsh e Ungson (1991), Molina e Valentim (2011) e Costa (1997), as organizações trabalham na resolução dos seus problemas e conflitos com base no que existe de registro histórico dentro da própria organização. Conforme a Daniela, sempre que for realizada uma reunião externa, a pessoa que participa repassa os assuntos abordados para todos os cooperados, de maneira que todos tenham conhecimento do que foi tratado ou decidido.

Observa-se que tanto as reuniões para tomada de decisão, para resolução de conflitos ou mesmo para repassar informações são ações adotadas pela cooperativa correspondentes ao que foi proposto por Walsh e Ungson (1991), quando sugerem que as informações não fiquem mais centralizadas, e que devem ser distribuídas ao longo de toda a organização, auxiliando na resolução de problemas e na consequente tomada de decisão.

Para a cooperada Márcia, da Cootre, como a cooperativa está bem estruturada, "participamos de várias reuniões externas, pois tem semanas que a agenda está lotada. São reuniões de projetos, reuniões internas, viagens, recebemos visitas externas, teve uma visita de uma cooperativa de Pelotas/RS para pegar dados de vendas, preços, etc... Agora eles querem que nós visitemos a cooperativa deles para troca de experiências". A maneira como a cooperativa está estruturada permite que os cooperados atuem no ambiente interno e externo como agentes de informação, apresentando resultados e conquistas da cooperativa.

4.1.2 Categoria da MI: Responsabilidade Socioambiental / Solidariedade

A sociedade moderna, nos últimos anos, tem voltado a sua atenção para as questões socioambientais, pois muitos dos recursos naturais estão se esgotando. Por isso alguns movimentos têm buscado soluções para este problema. A reciclagem está tomando um espaço importante nesta solução, pois contribui muito para a redução do acúmulo de resíduos sólidos. Além disso, a sociedade também tem se voltado para o lado social e solidário, com movimentos de apoio a projetos sociais. Quanto ao meio ambiente, Sanches (2000) declara que "O meio ambiente se tornou um elemento chave para se repensar os valores e as ideologias vigentes e se estabelecer formas de pensamento e ação em todas as práticas produtivas". (SANCHES, 2000, P.87).

4.1.2.1 Categoria emergente: Responsabilidade Socioambiental

A consciência sobre a responsabilidade socioambiental está impregnada na mente e nas ações dos sócios cooperados que vislumbraram na reciclagem além da obtenção de uma renda familiar, também a consciência de que têm nas mãos uma maneira de poder ajudar na preservação do meio ambiente, o que pode ser visto nas falas dos entrevistados. Quando questionado sobre o que motivou a participar da cooperativa, a cooperada Jessica respondeu da seguinte maneira:

Cuidar do meio ambiente! Proteger, bah! Passar para os filhos é muito bom, eles sabem como é que é. Não é só tu reciclar ali para ti ganhar a tua renda, é muito mais do que isso. É tu saber que estás fazendo algo para a natureza.

Diante desse viés social podemos perceber pela fala de alguns autores como França Filho (2001); Laville (2001) que os empreendimentos solidários buscam satisfazer os anseios da sociedade em que estão inseridos, quer na solução de problemas sociais diversos, como o combate à discriminação, a redução das desigualdades e ainda oferecendo oportunidades de emprego para aquele grupo social. Esse achado é corroborado por Borges, Scholz e Rosa (2014) que verificaram que “é possível o reconhecimento do trabalho com reciclagem realizado como uma ação de protagonismo social, em que os sujeitos se sentem como cuidadores do planeta”. (BORGES, SCHOLZ E ROSA, 2014).

4.1.2.2 Categoria emergente: Solidariedade

Percebe-se que existem ações solidárias, pois a maioria está disponível na busca por uma possível saída ou solução para algum cooperado que esteja com algum problema que possa ser resolvido por meio do envolvimento de todos. A ideia proposta por Laville (2001) é a de que através do apoio mútuo aqueles que precisam de auxílio são amparados pela coletividade, a que denominamos de solidariedade. Tal atitude pode ser percebida através da fala da cooperada Sônia, que diz o seguinte: "É tudo assim, quando tem problema lá fora que ela traz para dentro da Cooperativa para gente resolver, daí o grupo se reúne e tenta achar uma solução". Ainda Laville (2001), entende que esse novo modelo democratiza a economia e envolve as pessoas. A cooperada Jessica descreve que,

Tem uma cooperada nossa que ela tem sete filhos, e ela não recebe pensão de nenhum, nenhum dos pais. Aí uma vez a gente, que ela teve que faltar por causa dos filhos dela, que não tinha com quem deixar, não tinha dinheiro para pagar alguém para cuidar. A gente cada um trouxe um quilo de alguma coisa, comprou caixa de leite, fralda e ajudou! Ninguém está

livre de passar, né? A gente já fez isso com outras pessoas também que precisou a gente ajudou também.

Há evidências que os cooperados tem o pensamento de que ninguém está livre de passar por situações de dificuldades, e é exatamente neste momento que os demais precisam agir, juntando forças e se mobilizando para atender na medida do possível à necessidade daquela pessoa. Chama a atenção que o atendimento citado não chega por meio das autoridades competentes, mas da mobilização de cada cooperativado e, concordando com Laville (2001), do apoio mútuo.

Além disso, a cooperada Márcia relata que em alguns momentos os cooperados não têm recursos financeiros para ajudar, mas que a Presidenta Rita tem um cartão que ela usa para suprir essas necessidades emergenciais como remédios e cestas básicas, para que nenhum cooperado fique passando necessidades sozinho, sem receber auxílio. No depoimento da cooperada Elenir, que exerce função de coordenadora, ela relata que conhece a equipe pela fisionomia das pessoas, e se ela percebe tristeza, já busca descobrir o que está acontecendo e de que maneira pode ajudar. Conforme o relato da necessidade deles providencia remédios, gás, luz, fraldas, etc... Nesse sentido, as evidências apontam para a importância do elemento emoção, salientado por Costa (1997), o qual é entendido pela autora como um elemento de comunicação e constituinte da memória institucional. Observa-se que quando a coordenadora Elenir relata que conhece a equipe pela fisionomia, a importância do elemento emoção passa a ter um papel vital na manutenção dos relacionamentos e na constituição da memória institucional da cooperativa.

4.1.3 Categoria da MI: Emoções

Costa (1997), quando trata do tema relacionado às emoções, exemplifica isso comparando com um motor que faz com que as emoções estejam constantemente em circulação, movimentando as coisas dentro da organização ou instituição. A autora salienta que no momento em que é preciso tomar uma decisão, o fator emocional está presente dificultando o processo de comunicação, pois torna-se mais complicado conciliar uma reunião onde várias opiniões diferentes, reunidas com cargas emocionais diversas, influenciam na decisão a ser tomada.

4.1.3.1 Categoria emergente: Motivação/Expectativa

Se para Costa (1997) as emoções são o motor que movimenta as informações, pode-se pensar que elas também são o motor que movimenta as expectativas das pessoas e a sua motivação dentro das organizações. Por mais conceituada que uma instituição possa ser, se ela não estiver

conseguindo satisfazer e motivar minimamente o cooperado, corre o risco de que ele opte por mudar de local de trabalho para outro que lhe traga maior satisfação e motivação. Falando sobre motivação, a cooperada Márcia disse que a cooperativa a motiva,

Porque, assim oh, tu passas por essas formações, de gestão interpessoal, ah várias formações que tu passas, daí de repente tu te olha num lugar que não é aquilo ali, tu diz puxa, mas eu aprendi tudo aquilo lá, mas não, aonde é que eu vou colocar em prática isso? Tem que ter uma Cooperativa que possa, que eu tenha que exerce isso que eu tenha que viver isso, e não tinha entendido, então quando eu vim para cá que eu vi que tudo que eu aprendi podia aplicar aqui e aprender mais aqui, bah, daí eu me apaixonei.

Chama a atenção que a cooperada Márcia já passou por outras instituições em que alega não ter experimentado a satisfação, nem a motivação que ela esperava. Por isso, ela mudou de ambiente de trabalho, até que se deparou com a cooperativa Cootre, que se encaixava melhor com as suas expectativas, onde ela entendeu que poderia colocar em prática conhecimentos adquiridos em cursos.

Para a cooperada Vânia, a motivação gira em torno da expectativa sobre os ganhos financeiros, mas chama a atenção que a cooperada valoriza aspectos de aprendizagem que ela obteve a partir do seu trabalho na cooperativa, conforme ela relata:

O trabalho achei legal, o trabalho, né que eu gostei, que no caso antes de conhecer a Cooperativa eu nem dava bola para o que era material reciclado e o que não era. Com o trabalho aqui eu aprendi a preservar a natureza, e foi isso, gostei! Melhorou porque, eu não estava trabalhando, não tinha renda nenhuma no caso, morava com meus pais. Daí, era só o meu pai que mantinha a casa, daí como eu comecei a trabalhar eu pude começar a ajudar eles, nesse tempo comecei a namorar, hoje estou casada, ajudo na renda familiar, melhorou bastante.

4.1.4 Categoria da MI: Indivíduos

Costa (1997) apresenta os indivíduos como pessoas que “detém um conjunto de informações/memórias, que são resultantes de suas experiências”. Dentro de um mesmo local haverá indivíduos com diferentes perspectivas e pontos de vistas, porque cada um na sua jornada da vida acumulou informações diferentes, que a autora chama de experiências, que compõem esse mosaico da organização ou instituição. Embora Pollak (1992) considere que o ser humano não consiga manter todas essas informações/memórias armazenadas por muito tempo, citando o fator denominado de esquecimento, também salientado por Ricouer (2008).

Essas diferentes perspectivas podem decorrer de fatores geográficos, como o local onde cada um dos cooperados reside, bem como outras questões sociais como o trabalho feminino nos empreendimentos de economia solidária.

Locks e Gugliano (2013) fizeram um estudo com coleta de dados e observaram que os empreendimentos de economia solidária, na sua maioria, são compostos por pessoas com relações de localização geográfica e de parentesco entre seus integrantes.

4.1.4.1 Categoria emergente: Região de residência dos cooperados

Para a cooperada Jessica, trabalhar próxima de sua casa é uma vantagem que acaba superando outras ausências em termos de benefícios trabalhistas, como a carteira assinada. Mesmo assim, a cooperada não vê problemas, pois “todos pagam a guia de INSS que resolve problemas futuros referentes à aposentadoria”. O fator geográfico da cooperativa em relação à residência dos cooperados foi identificado como um dos elementos importantes para os que ali trabalham (LOCKS; GUGLIANO, 2013).

Chama a atenção que a cooperada Márcia e a cooperada Beba residem no município de Canoas, vizinho ao município de Esteio, onde fica a Cootre, mas mesmo residindo em outro município, elas criaram laços de relacionamento com a maioria dos cooperados que mora próximo à cooperativa, tal como aparece em sua fala:

Eu e a minha colega a gente a gente é de Canoas, mas a maioria deles moram tudo na mesma vila acho que só alguns que não, né tia Nega? Poucos que não são, né? É acho que só eu, a Beba. É, e daí são resto tudo na mesma vila assim um moram numa rua aqui outro aqui, então tem um vínculo maior, né? Tipo assim uma família assim sabe? Já! São laços fortes assim sabe, e já é mais que amizade assim. E daí a gente, que é de Canoas, eles conseguiram inserir assim a gente dentro, sabe e a gente se sente inserido dentro deles, porque as vezes acontece as coisas com eles aqui em Esteio a gente tá lá em Canoas a gente ah, fica pensando neles e eles pensam na gente sabe? É, já tomou uma forma assim de família mesmo.

Diante dessas evidências, observa-se que mesmo que as duas cooperadas residam distantes da cooperativa em que trabalham, entendem que vivem como uma família com seus colegas. Nesse sentido, as evidências vão contra o entendimento de Locks e Gugliano (2013, p. 50) quando eles entendem que se a cooperativa é formada basicamente por vizinhos e parentes, produz a ‘formação de blocos internos nos empreendimentos e interfere no processo de democratização das deliberações’. Conforme Borges et. al. (2013), nos primórdios da Cootre, quando ainda apenas queria se tornar uma associação, existia uma exigência legal quanto à quantidade de integrantes, por isso o meio encontrado pelos integrantes foi realizar um convite, ou seja, uma espécie de recrutamento realizado na própria região do bairro onde está localizada atualmente a cooperativa Cootre, entre conhecidos, vizinhos e parentes que estivessem dispostos a trabalhar nessa associação

que estava sendo criada. As evidências indicam que há certa abertura na Cootre para inserir pessoas que morem em outra localidade e que mesmo assim elas se sentem aceitas.

Sobre o aspecto da região em que reside, Rita mostra em seu depoimento que tal aspecto vai além do elemento geográfico, transcrito a seguir:

A Rita disse que: É que minha mãe morava em bairro, e quando tu moras em bairro, o vizinho para, e diz: Oi, tudo bom? E aí eu casei com meu marido bem pobrezinho, mas bem pobrezinho e morei na área da minha sogra. Daí meu pai veio me vê e diz que tinha que me dá uma casa, daí me deu uma casa num bairro novo na Av. Primavera. E ali eu casei e fiquei doente com febre tudo, meus vizinhos nem perguntaram se eu estava viva ou se estava morta. Em cima da cama com três filhos, meu marido viajando, quarenta de febre e nenhum perguntou, oh a vizinha não apareceu na rua hoje, né, não está bem! E nisso eu vendi meu terreno ali, por sete mil reais, braba com os vizinhos porque não queria mais ficar no bairro e meu marido não estava em casa. Quando ele chegou, ele falou bem assim: o que esses móveis estão fazendo na rua? Ah eu vendi a casa por sete mil. Vamos morar aonde mulher? Pelo amor de Deus, teu pai deu essa casa para nós, vamos morar aonde? Eu disse não sei, não quero mais mora aqui, quase morri aqui, vou morar numa vila aí que acha perto de alguma coisa, perto dos meus amigos, lá perto dos meus parentes. Morei na Vila Território da Paz ali na Hípica, cinco por cinco o terreno, tu imaginas, cinco de fundo, cinco de meio, cinco de frente. Morei ali no meio dos ladrões, dos vagabundos, dos carroceiros, meu marido escondia, colocava cadeado na casa. Eu bem assim [pensei]: Deus onde eu vim me meter? Vim me meter num inferno, Jesus do céu! Antes eu ficasse no bairro que meu pai me deu a casa, né. Eu que achava que vila não tinha bandido, eu não vi banditismo, drogas assim eu não via nada onde eu moro hoje: é tráfico, traficante, droga. Mas morando ali, e as pessoas que trabalhavam aqui moravam ali também, eu comecei a conhecer cada um. Não é porque tu és drogado que tu não prestas! Não é porque tu tens um vício ali, fuma uma maconha que tu és um vagabundo tu és ladrão, não. Tem ladrões que nem fumam, traficantes que não usam droga! E vendem suas drogas, entendeu. Tem pais de família ali que não tem nenhum vício, mais saem roubar, mandam roubar as casas, são atravessadores. Nisso eu comecei a aprender de cada um, e aqui dentro eu comecei a ver quais as dificuldades que as pessoas tinham, começaram a passar e não julgar as pessoas assim pelo que elas apresentam. Depois julgar assim, só após tu conhecer aquela pessoa e o porquê.

Percebe-se toda uma riqueza de significados na fala de Rita, uma vez que pode entender que ela está se referindo para além dos aspectos geográficos da escolha da moradia, mas às características de cada localidade. Isso se relaciona ao que diz Halbwachs (2004) no que se refere à memória e ao espaço. Pois o autor, falando de grupos, disse que “se os habitantes de uma cidade ou de um quarteirão formam uma pequena sociedade, é porque estão reunidos numa mesma região do espaço” (Halbwachs, 2004, p. 139). Aparece na fala de Rita que a sua família de origem parecia não pertencer ao que Jessé Souza (2009) denomina de ralé brasileira, mas a uma família de classe média. Parece que o dilema de Rita fica entre o pertencimento às duas classes: a princípio pertencia à classe média, mas casa com um homem “bem pobrezinho, mas bem pobrezinho” e vai morar com a sogra (primeiro encontro com a cultura da ralé). Seu pai então lhe compra uma casa em um bairro de classe média, mas ali ela não se sente ‘protegida’ pelos vizinhos, pois eles não lhe davam a atenção esperada: “quarenta de febre e nenhum perguntou, oh a vizinha não apareceu na rua hoje,

né, não está bem”. Realiza então impulsivamente a venda da sua casa “E nisso eu vendi meu terreno ali, por sete mil reais, braba com os vizinhos porque não queria mais ficar no bairro e meu marido não estava em casa”, deixando até mesmo os móveis na rua. A rua é o grau mais baixo que uma pessoa que pertence à ralé pode chegar (SOUZA, 2009). Para Souza (2009, p. 404),

Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum e as concepções “científicas” baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos — ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular — aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, “afetivamente” por herança familiar.

Ainda para Souza (2009, p. 404) a classe média é:

A principal classe “suporte” dos valores dominantes [...] para a qual] as capacidades da disciplina, do autocontrole, do cálculo prospectivo que permitem a ideia e a prática da noção de personalidade auto responsável e racional, que são na realidade as causas sociais da posição dominante das classes média e alta, são simplesmente “supostas” como características universais de todas as classes sociais.

Dito isso, observa-se que ao vender de maneira impulsiva a casa, Rita demonstra fragilidade na sua capacidade de autocontrole e auto responsabilidade, aproximando-se mais uma vez da ralé ao ir morar em uma Vila Território da Paz e defrontando-se com as normas que regem esse tipo de região, tal como “tráfico, traficante e droga”. Ao mesmo tempo em que ela enfrentou uma realidade desconhecida, encontrou ali o que não havia encontrado no bairro de classe média: conhecer subjetivamente as pessoas, para além dos estereótipos:

Não é porque tu és drogado que tu não prestas! Não é porque tu tens um vício ali, fuma uma maconha que tu és um vagabundo tu és ladrão, não. Tem ladrões que nem fumam, traficantes que não usam droga! E vendem suas drogas, entendeu. Tem pais de família ali que não tem nenhum vício, mais saem roubar, mandam roubar as casas, são atravessadores.

Nesse aspecto, mesmo que demonstrando depender do olhar do vizinho, do conhecido, Rita demonstra uma capacidade de aceitação e de procurar ver o outro além de suas condutas ‘incorretas’, mas vê-lo como pessoa com defeitos e virtudes.

Observa-se que o aspecto da localização geográfica da moradia pode ser ampliado para o contexto cultural e subjetivo distinto de cada localidade, o que acaba impactando na construção das memórias individuais, organizacionais e institucionais das pessoas físicas e jurídicas erigidas ali.

4.1.4.2 Categoria emergente: Mulheres

Holzmann (2015) afirma que a empresa Wallig encontrou resistência quanto à aceitação de mulheres na produção de seus fogões. Existia muito o estigma de que o serviço metalúrgico era restrito a atividades masculinas. Mas quando as mulheres foram inseridas na linha de montagem, a produção deu um salto.

Foi a racionalização do trabalho que abriu novos espaços para as mulheres dentro da fábrica, pois, ao desqualificar o trabalho, permitiu transformar, em curto prazo, trabalhadores quaisquer em operários industriais depois de um rápido treinamento. (HOLZMANN, 2015, p.113).

Até então a predominância na Wallig era masculina, e as mulheres estavam condicionadas ao setor de pintura decorativa dos fogões a lenha. Ainda assim, Holzmann (2015) relacionou o trabalho feminino a atividades que supostamente seriam qualidades específicas para execução pelas mulheres, como serviços meticolosos e de paciência, o que pode ser compreendido pelo relato da autora, onde: "na empresa estudada, as mulheres eram empregadas somente para pintar pequenos ramos de flores que decoravam os fogões a lenha" (HOLZMANN, 2015, p. 115). A Wallig introduziu as mulheres na linha de montagem, valorizando os seus supostos atributos, que se encaixavam na necessidade da empresa. Observa-se que na Renascer também houve essa resistência à participação feminina na reciclagem, mesmo que tenham se passado trinta anos entre a experiência da Wallig e a participação feminina na cooperativa, pois as lutas pela inclusão permaneciam intensas. Hoje o predomínio de cooperados da Renascer e Cootre é composto de mulheres.

Análises feitas a partir da Base SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária), que é um banco de dados sobre a economia solidária no Brasil, também corroboram com nossa argumentação, apontando que a presença feminina na economia solidária ainda se pauta pela divisão sexual do trabalho (Souza, 2011; Sucupira e Braga, 2010, Borges et. al. 2013).

Souza (2011) argumenta que essa possibilidade que os empreendimentos solidários propiciaram às mulheres, de incrementar o rendimento familiar, também conferiu uma interdependência econômica para um determinado grupo social que anteriormente não tinha perspectiva de crescimento, visto que sofriam com a opressão machista de seus maridos. “Mesmo pequeno, o rendimento que a atividade econômica propicia é significativo para as mulheres que estão há muito tempo ou desde sempre fora do mercado formal de trabalho” (SOUZA, 2011, p. 181).

Percebe-se nesse caso uma emergente questão de gênero, embora nesta dissertação foi realizada apenas uma breve análise, tendo em vista não ser este o foco desta pesquisa.

4.1.5 Categoria da MI: Ação, Intuição, Pensamento e Linguagem

Costa (1997) trata destes elementos como formas de inteligência que dão sustento ao processo de comunicação da instituição. Ela salienta ainda que essa inteligência não está distribuída da mesma forma, pois trata-se de pessoas com características e informações diferentes. A autora mostra graficamente isto no desenho de uma pirâmide, em que estes elementos formariam os quatro lados que mantêm a estrutura montada e funcionando.

4.1.5.1 Categoria emergente: Eventos

Halbwachs (1990) diz que dentro de eventos coletivos as pessoas retêm informações individuais, ou seja, a lembrança vai estar relacionada àquela pessoa, pois é ela (como indivíduo) que vai lembrar. Para Halbwachs (2006), memória é um processo de reconstrução do passado na consciência, dividido em três aspectos: sedimentação, conservação e reconhecimento. Pode-se entender que esse processo ocorre também nos eventos organizacionais. Yin (2010) considera que não é possível dissociar o indivíduo dos eventos a ele associados e entendidos por ele como: “ciclos individuais da vida, comportamentos dos pequenos grupos, os processos decisórios, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais...” (YIN, 2010, p. 24).

Observa-se que na Cootre foi construído um padrão de comemoração de aniversários como forma de reconhecimento pelo tempo que eles passaram juntos na cooperativa. É um momento de rememoração, por mais um período de vida de uma pessoa dentro da própria cooperativa. São processos de construção como exposto por Halbwachs (2006), ou seja, sedimentação, conservação e reconhecimento.

A cooperada Elenir percebe que há um significado nos eventos de comemoração de aniversário de participação na cooperativa.

Eu até me emociono quando falo delas, né, aniversário quando nós fazemos aqui, né. Se tem no mês cinco aniversariantes, nós fazemos tudo cinco, um bolo, nós vamos lá e compramos uma lembrancinha para cada uma delas e nós damos isso para que elas possam se sentir importantes. Daí eles ficam emocionado, nós enfeitamos aqui, desce duas lá da esteira, arrumamos aqui, a Rita compra o bolo, e as coisas sabe? E presente para eles, que ficam tudo faceiro sabe, a gente assim, parece criança eu vejo que nem umas crianças.

Pode-se entender que os eventos de comemoração de aniversário das cooperativadas trazem significado para a vida profissional não somente dos aniversariantes, mas de toda a cooperativa que se envolve nos preparativos. São contradições e ambiguidades que aparecem em um local como o de uma cooperativa de reciclagem, em que aparece o cuidado com o próximo e a possibilidade de

subjetivação do bolo para além da comida e do matar a fome, ajudando a construir ou mesmo esboçar uma esfera de indivíduo (SOUZA, 2009) em que a ação contém pensamento e linguagem (COSTA, 1997). Pollak (1992) retrata a diferenciação entre a vida pública e a vida privada, onde as pessoas que estão associadas à vida privada lembram de fatos ligados a vida privada, deixando de lado a vida pública e o inverso também funciona da mesma maneira.

Do passado da Cootre a presidente Rita lembra que a cooperativa passou por momentos turbulentos e reporta que agora eles buscam andar de maneira diferente do que viveram no passado, referindo-se ao estilo de liderança. “O bom relacionamento entre liderança e cooperados contribui para que o trabalho seja feito com mais atratividade e motivação” (BORGES et. al., 2103, p. 114). Eles não querem mais passar pelas mesmas dificuldades já superadas, mas que em outras cooperativas ainda se encontram presidentes que mandam mais que o grupo de cooperados. A Rita e seus colegas andam por vários estabelecimentos pautados no sistema antigo de liderança, que por consequência ainda enfrentam as mesmas dificuldades que eles já passaram.

Em tais locais, no entendimento de Rita, há pessoas que não têm aquela coragem de se defender, que ainda não aprenderam a ser autônomas, não têm a menor noção do que significa ser dono do seu próprio negócio, pois ela salienta ainda: “todos somos donos do nosso pequeno empreendimento”. Para quem originalmente trabalhou em iniciativa privada, onde existe uma certa hierarquização, encontrar um sistema diferente causa uma certa estranheza. A esse ponto que Veronese (2013) argumenta que um novo arranjo organizacional na vida dessas pessoas é contrário a tudo que elas haviam aprendido ao longo de suas vidas profissionais. Pesa na Rita o sentimento por esses indivíduos, pois enquanto não entenderem a sua posição dentro da cooperativa, serão subjugados por outras pessoas e continuarão sofrendo. “Que prazer que tu vais ter de acordar de manhã para ir trabalhar, um dono e não tem nada de benefício, nada de segurança, nada de garantia, né”. Uma das preocupações de Rita é

Que ainda existem pessoas que assumem o posto de presidente, porque eles possuem um pouco mais de conhecimento, formação e informação, considerando-se os donos e que todos os demais precisam estar sujeitos a sua autoridade, como as pessoas normalmente não tem muito estudo, aceitam passivamente o domínio dessas pessoas. Mas não entendem que o coração da Cooperativa é a triagem, se a triagem não triar, o que vão ganhar? Normalmente quando tem algum evento para participar, dificilmente alguém que trabalha na triagem quer ir, pois é o setor mais complicado e difícil para se trabalhar, porque eles sentem vergonha, medo de falar em público, muito em função da pouca escolaridade.

Para Souza (2009, p. 21), a baixa escolaridade e o não saber como se portar ou falar para muitos participantes da rale é visto por eles e pela sociedade como uma ‘culpa individual’ pelo seu fracasso. Porém, essa visão é perversa, pois há

“Uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação [dos valores da classe média]. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal”.

Observa-se que um pouco desse paradigma pode estar sendo quebrado na cooperativa Cootre por meio de ações humanizadoras como comemorações de aniversário, e mesmo a busca pela oportunidade de participação interna e externa, tal como exposto a seguir. Conforme a presidente Rita falou, eles estão tentando fazer uma espécie de rodízio para que todos participem de reuniões e eventos e tragam o retorno para o grupo. São enviados grupos de dois ou três cooperados para que eles tenham esse hábito de se envolver nos eventos, para que percam o medo e a vergonha, tendo maior envolvimento no negócio.

4.1.5.2 *Categoria emergente: Decisões*

Walsh e Ungson (1991) entendem que a Memória Organizacional segue o mesmo processo de construção das memórias individual e coletiva, porque refere-se a informações que estão armazenadas no passado, que auxiliam nas tomadas de decisões no momento presente.

Conforme Walsh e Ungson (1991), Molina e Valentim (2011) e Costa (1997) as organizações trabalham na resolução dos seus problemas e conflitos com base no que existe de registro histórico dentro da própria organização. Rowlinson et al. (2010) entende que existem vários fatores que influenciam na formação e constituição da memória, entre os quais se tem a narrativa das pessoas que contam sobre a sua experiência dentro da organização, todos os fatos presenciados, além dos ritos que compõem a estrutura organizacional, e ainda os símbolos, ou seja, elementos que constituem a memória dessa organização.

De acordo com Costa e Saraiva (2011), as organizações têm uma memória do passado, mas ela não está estática no tempo, pois pode ser evocada, e até mesmo modificada, tendo influência sobre as decisões que precisam ser tomadas.

Walsh e Ungson (1991) defendem a ideia do uso da memória na resolução de problemas. A lógica adotada por eles é simples, pois a organização já possui experiência nos problemas antes enfrentados e nas soluções ora adotadas, evitando decisões equivocadas ou repetição de decisões que não corresponderam às expectativas no passado e que no presente implica na busca de uma nova solução.

Para a tomada de decisões, involuntariamente recorreremos a experiências do passado como fonte de auxílio na hora de escolher a melhor opção, que levará a melhor decisão. Para isso reporta-se a autores renomados como Halbwachs (1925 [2001]), Le Goff (1990) e Nora (1993, 2011) que afirmam que as informações do passado tendem a atender necessidades do presente.

Dizer para um cooperado que ele é dono do seu próprio negócio e fazer com que ele realmente assuma essa posição tende a gerar um conflito de ordem mental nesse indivíduo, que encontra contradições e ambivalências quanto a esse empoderamento de funções, conforme Veronese (2013). Embora exista um discurso que todos têm igual poder de decisão, com base nas entrevistas, na realidade muitos ainda precisam entender e aprender sobre o seu próprio negócio.

A cooperada Jessica disse que as decisões são tomadas em conjunto na Renascer, citando o exemplo da criação do regimento interno das regras. Ela comenta que alguém traz algum tipo de proposta, que acaba entrando como uma pauta da reunião, depois todos votam para verificar se determinada proposta vai ser aprovada ou não. No caso de todos concordarem, é implantada essa mudança.

A cooperada Daniela disse que as decisões são em grupo e que isso é um diferencial da Renascer. Sempre que surge alguma questão na rua, por exemplo, quando em reuniões externas, quem participou da reunião traz a informação para o grupo e pergunta sobre o que eles acham que deveriam fazer sobre aquele assunto que foi levantado. Tudo é conversado em grupo.

A cooperada Márcia da Cootre disse que: “Ah, a gente decide em conjunto, todos juntos, todos tem voz, todos participam, ah todos estão bem informados”.

A cooperada Elenir da Cootre disse que:

Olha, decisão a Rita traz sempre a conversa com a gente sobre isso aí, é opinião de todos. A maioria, né, vota. Maioria dos votos é sim ou não das decisões. Se acha certa ou se não acha. Daí ganha. Se a maioria vota sim é. Mais a Rita sempre está com nós ali explicando e ajudando.

Nesse sentido observa-se certa ambivalência entre o entendimento da decisão em conjunto e decisão com informação, porém aparece a questão de que a presidente Rita orienta a decisão: “decisão a Rita traz sempre”. Se há a decisão somente pelo sim ou não, pode-se questionar o quanto cada decisão é realmente realizada de maneira democrática e conjunta. Esse aspecto é importante, pois é um dos elementos fundamentais da economia solidária e da memória organizacional.

4.1.5.3 Categoria emergente: Divisão do trabalho

Holzmann (2015), quando da análise da empresa Wallig, defendeu a ideia de que era necessário que houvesse uma divisão clara de atividades, onde seriam executadas atividades específicas. Observa-se que essa clara divisão das atividades não se concretizou nas cooperativas estudadas, pois somente aqueles cooperados que são preneiros é que exercem uma atividade fixa, todos os demais trabalham de acordo com a necessidade. Segue fala da cooperada Jessica da Renascer: "função certa mais é preneiro, porque é quem rende mais. Mais a produção ali, cada um faz, cada um faz tudo um pouco. Faltou o da gaiola vai outro lá, faltou no caminhão vai outro para o caminhão, assim a gente vai. Não tem função certa, trabalha onde tive que trabalha". A ideia defendida por Holzmann (2015) é de que uma linha de montagem, com atividades específicas aumentaria a rentabilidade e a produção. "A intenção manifesta, segundo o depoimento de um dos engenheiros, era de especializar cada operário em cada uma das operações fragmentadas que integravam a linha de montagem, o que permitiria maior rentabilidade e aumento da produtividade" (HOLZMANN, 2015, p.108). É necessário observar que Holzmann (2015) descreveu um ambiente de uma empresa regida pelos princípios fordistas, contexto diferente de uma cooperativa de economia solidária. Conforme Jesus e Tiriba (2009, p. 81), no Dicionário Internacional da Outra Economia, a cooperação deve ser levada em conta, pois

Admitindo-se existirem diferentes contextos em que se processa a cooperação (relações diretas de domínio e servidão, propriedade comum dos meios de produção e assalariamento), é possível afirmar-se que o exercício da cooperação pode ensejar diversas práticas sociais, o que pode igualmente sugerir haver posicionamentos distintos em relação ao ato de se produzir. Em se querendo uma outra economia sinaliza-se também para outra sociedade, onde, espera-se, predominem os contextos de propriedade comum dos meios de produção.

A cooperada Daniela, da Renascer, reafirma que há flexibilidade na escolha da tarefa quando diz que: "O grupo decide o que tu vais fazer. Ou, ah, ou agora nós vamos lá tirar o rejeito, daí vai todo mundo vai lá e tira o rejeito. Vamos triar, vamos, ó fulana, tu ficas, na esteira são dezesseis pessoas, né, oito de cada lado".

No início da manhã, antes das atividades, todos se reúnem para decidir quem vai trabalhar em qual área. Todos definem qual tarefa que tem prioridade de ser executada primeiro, e desta forma, todos acatam a decisão e executam aquela atividade. Por isso que as tarefas são flexíveis, pois dependem da demanda de serviço existente. "Fica evidente que todos sabem as responsabilidades no grupo de trabalho: uns ajudam os outros a se colocarem nas tarefas ainda pendentes" (BORGES et. al.. 2013, p.110). Discorrendo sobre a divisão do trabalho, Borges et. al., diz que a demanda das atividades que precisam ser executadas determina a distribuição das

atividades, complementando ainda que isto é fruto de uma conscientização que foi sendo criada ao longo dos anos da cooperativa.

4.1.5.4 Categoria emergente: Vantagens trabalhistas

Dentre os benefícios que a cooperativa proporciona indiretamente está a garantia de emprego. A cooperada Sônia, da Renascer, ao comentar sobre a cooperativa diz que é bom "para gente ter o salário da gente, porque a coisa aqui bem ou mal a gente está sempre empregada". Nota-se o que é dito por Singer (2001),

Uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ele atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidárias. (SINGER, 2001, p. 109).

A cooperada Sônia já passou por vários períodos e, sempre trabalhando, viu a cooperativa crescer e os lucros também aumentarem, corroborando com o que foi exposto anteriormente pelo autor, pois a cooperativa está conseguindo manter-se e crescer. A Renascer tem cumprido o papel de resgatar pessoas de situações de vulnerabilidade social, proporcionando uma oportunidade de trabalho e renda em meio à dificuldade desses indivíduos encontrarem um emprego formal no mercado de trabalho.

Para a cooperada Jessica, trabalhar próxima de sua casa é uma vantagem. Muitos creditam essa facilidade de poder exercer a sua atividade sem que seja necessário um deslocamento muito grande da sua casa até o local de trabalho, considerando isso como qualidade de vida, além de que essa situação supera outras ausências de benefícios trabalhistas que um emprego formal proporciona, como é o caso de se ter uma carteira assinada. Uma forma de minimizar essa diferença das vantagens trabalhistas foi conscientizar cada cooperado sobre o pagamento da guia de INSS, que garante da mesma forma que a empresa privada o direito à aposentadoria. No que se refere à questão do deslocamento que o cooperado tem até o local de trabalho, já foi pesquisado por Locks e Gugliano (2013) que fizeram um estudo com coleta de dados e observaram que os empreendimentos de economia solidária na sua maioria são compostos por pessoas com relações de parentesco entre seus integrantes e por sua localização geográfica.

A funcionária Daniela, da Renascer, relatou que consegue ter uma certa flexibilidade quanto ao seu horário de entrada, tendo em vista que está tentando juntar a quantia em dinheiro suficiente para dar entrada no valor da van que levaria seu filho à escola, situação essa que para uma funcionária de uma empresa privada, seria difícil de conseguir.

4.1.5.5 *Categoria emergente: Conflitos e relacionamentos*

Conforme Walsh e Ungson (1991), Molina e Valentim (2011) e Costa (1997) as organizações trabalham na resolução dos seus problemas e conflitos com base no que existe de registro histórico dentro da própria organização. Esses registros históricos podem se formais ou ainda informais e se tem ainda que "[...] as experiências pelas quais passa uma organização são acumuladas, ao longo dos anos, nas suas pessoas, cultura, processos e em seus documentos, e esse conjunto de conhecimentos forma a sua memória" (SPILLER E PONTES, 2007, p. 99).

Falando sobre a questão que trata dos conflitos, a afirmação de Costa é contundente ao considerar que instituições e conflitos, convivem entre si. “É da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece em todo o corpo social. Não se trata de conflitos interindividuais, mas também interinstitucionais. Contra uma instituição somente outra instituição. São as relações de forças que definem os papéis institucionais” (COSTA, 1997, p. 96).

Para Pollak (1992), existe uma série de motivos que podem ser fontes de conflitos, entre eles a disputa por memórias, lembrando que pessoas que presenciaram o mesmo evento e que tem visões diferentes e divergentes entre si disputam qual indivíduo ou grupo é detentor da legitimidade daquela memória.

A cooperada Sônia, da Renascer, comentou sobre os conflitos afirmando que:

O que normalmente ocorre, são discussões menores, algo banal, nada grave, até porque o nosso relacionamento é bom. Também não usamos nenhum histórico de fatos que tenham ocorrido para auxiliar na resolução de problemas atuais. Nós não encontramos grandes problemas de relacionamento, nem entre os cooperados, nem entre as coordenações.

A cooperada Jessica, que pertence à mesma cooperativa que a dona Sônia e tem a mesma visão, entende que acontecem conflitos que são resolvidos por meio da conversa e em alguns casos são tratados em reunião. “Tudo o que acontece é registrado em ata, também possuímos regras definidas para faltas e ofensa graves”.

Normalmente as situações se acalmam nas reuniões. Nessas reuniões que são decididas as situações de exclusão, suspensão, que é o “gancho”. No geral podemos dizer que o relacionamento interno é bom, pois construímos bastante amizades, claro que as vezes a gente briga um pouquinho, mas sempre procuramos estar juntos, buscando esquecer as diferenças.

A cooperada Daniela comentou que, nos momentos de conflito, a primeira medida a ser tomada é a da conversa, mas que mesmo assim é bem difícil. O objetivo é alertar sobre as atitudes que não agradam o conjunto de cooperados, onde todos precisam atender as solicitações de parar com determinadas atitudes, o respeito mútuo e a educação, caso isso não seja suficiente, aplica-se a

regra de suspender por três dias, dessa forma, eles ficam em casa nesse período e, depois de descansar e esfriar a cabeça, voltam de outra maneira, ou seja, com outra atitude.

Percebe-se que uma das estratégias para a administração dos conflitos na Renascer é a conversa. Conversar, falar, usar a linguagem para subjetivar a raiva e as fricções emocionais no convívio com outras pessoas. Mas também existe o uso de históricos de problemas anteriores para resolução de conflitos atuais, exemplificando o problema que eles enfrentam com os cooperados que sofrem com o problema do alcoolismo. O processo de trazer à memória algum evento registrado na mente, ou no histórico da instituição, de algo que tenha ocorrido no passado é o que Ricouer (2008) e Costa (1997) entendem como uma luta contra o esquecimento, ou seja, não permitir que situações desagradáveis aconteçam novamente. Por isso que Ricouer (2008) salienta que é preciso evocar a memória (lembrança) para não esquecer. Quando surge um problema, existe a lembrança, é trazido à memória que se tal embaraço persistir, vai gerar um determinado posicionamento do grupo, evitando a intercorrência de um transtorno maior. Como por exemplo, se pode citar um caso em que foi necessário demitir uma pessoa que não conseguia vencer o problema com a bebida. Agora segundo a Daniela,

Todos já entram sabendo que se beber vai levar um “gancho”, ou seja vai ficar suspenso por três dias e no caso de reincidência tal pessoas pode perder o emprego. Essa atitude foi tomada, pensando na segurança, pois nós temos equipamentos perigosos como a prensa, onde uma pessoa que bebeu e já não tem plena consciência, pode pensar a mão, além de outros perigos como vidros e latas. A cooperativa não pode permitir que a vida da pessoa fique exposta ao perigo, por isso que a regra é seguida à risca com relação ao alcoolismo.

Longe de ser uma explicação final para o fenômeno no alcoolismo, Souza (2009, p. 418) percebe o alcoolismo como uma das consequências da falta de um emprego fixo:

A ausência, muito frequente na ralé, de um emprego regular não acarreta apenas a falta de uma renda segura no fim do mês, mas também todo um sistema de organização coerente do tempo e da vida. A desorganização e a desestruturação sistêmica abrangem todas as dimensões da vida, o que ajuda a explicar também os altos índices de alcoolismo e de desestruturação familiar que encontramos no contexto dos anos de pesquisa empírica.

Em ambas as cooperativas ficou evidenciado que o alcoolismo tem sido um ponto de conflito frente aos demais cooperados que não são usuários de bebidas alcoólicas. Por isso que se tornou necessário criar regras específicas quanto à ingestão de bebidas alcoólicas dentro do ambiente de trabalho e ainda para aqueles que fazem o uso dessas bebidas fora, para que não venham trabalhar sob o efeito do álcool. Ricouer (2008) e Pollak (1992) falam do esquecimento como algo natural, por isso que Halbwachs (2006) lembra que como indivíduo a recuperação da memória apresenta

falhas e que precisamos do apoio coletivo para que elas não sejam esquecidas. Halbwachs (1992) considera impossível a recuperação da memória fora do convívio em sociedade.

A regra além de propor um ambiente sem conflitos, encontra a dificuldade ante atividades que são perigosas como, por exemplo, utilizar uma máquina de prensar, triar materiais como vidros, metais ou qualquer outro material que venha a constituir um risco a integridade física das pessoas.

Sobre a administração de conflitos, a presidente Rita, da Cootre, admite a existência de pequenos conflitos que geram algum tipo de discussão, mas que são passageiros, pois eles não conseguem ficar muito tempo remoendo questões que destroem o relacionamento entre eles. Eles se consideram uma grande família. A cooperada Márcia, da Cootre, disse que nem sempre usam o histórico de acontecimentos anteriores para resolução de problemas, pois para ela cada caso é analisado individualmente. Ela enfatiza que embora muitas vezes as situações sejam parecidas, as pessoas envolvidas são diferentes, e que segundo o seu entendimento, consequentemente eles precisam ter desfechos e soluções diferenciadas. A cooperada Márcia percebe, inclusive, que possui um papel importante na busca pela resolução dos conflitos de sua cooperativa: Comentando sobre a sua satisfação no trabalho, com a equipe da triagem na esteira, ela explica que também consiste em poder ajudar na resolução dos conflitos que surgem, pois se considera apta a auxiliar, tendo em vista que já passou por muitos conflitos na cooperativa, com as gurias, e sempre tentava ajudar.

Já a Vânia, da Cootre, disse que utilizam sim acontecimentos passados como auxílio na resolução de problemas atuais. Complementa ainda que foram adotadas regras de convivência, citando o exemplo de dois cooperados que brigaram e por isso receberam cinco dias de suspensão, ou seja, foram o estopim para que essas regras entrassem em funcionamento.

Hoje em dia, todos sabem que se tiver discussão, agressão entre colegas, ou malcriação, é dado cinco dias de suspensão, é perdido aqueles cinco dias de trabalho. Hoje em dia essa regra ficou estabelecida para o bom andamento da cooperativa.

Como salientado pela cooperada, a forma encontrada para evitar a irrupção de agressão verbal ou física foi a concordância com as regras elaboradas, além da disposição dos cooperados em cumpri-las após serem aprovadas. Esse mesmo ponto foi ressaltado pela cooperada Elenir, da Cootre, que lembrou o caso da briga dos dois colegas e disse que até hoje isso serve de exemplo para os demais. “Optamos por dar uma suspensão, demos cinco dias para cada um, óh que ninguém mais discute, ninguém mais fala nada, ninguém mais ofende ninguém”.

A Vânia tem consciência que existem casos mais graves que precisam de medidas mais severas, como ela relata no seguinte caso:

Há pouco tempo, dois colegas brigaram, né? De se pegar mesmo, daí o que foi feito, aqui a gente tem que te respeito, a gente é colega de serviço, um faltou com respeito com o outro. Cinco dias de suspensão. Perderam aqueles cinco dias. Aí então hoje em dia, todos sabem que se tiver discussão, agressão entre colegas, malcriação, é dado cinco dias de suspensão, é perdido aqueles cinco dias de trabalho, é dado como falta.

Nesse aspecto é interessante analisar a visão negativa gerada pelo conflito. Aparecem os aspectos de baixa contenção dos impulsos que geram fricções que desembocam em violência física, demonstrando a falta de uma dimensão discursiva (CARNEIRO; ROCHA, 2009). A Cootre encontrou uma solução por meio do controle externo, que são as regras, e através da punição visa controlar os impulsos que geram o conflito. Quem brigar ganha uma suspensão por cinco dias.

A administração do conflito se resolve em primeira instância pela conversa entre a coordenadora e as pessoas envolvidas, para que a desavença seja resolvida sem dificuldade. Esse método tem surtido efeito, uma vez que todos passam a trabalhar normalmente após esse primeiro diálogo. Anteriormente não existia regra para resolução de conflito, hoje existe em função de um episódio ocorrido entre dois cooperados. Conforme o entendimento da cooperada Vânia, da Cootre, de que onde há pessoas, existe uma certa dose de estresse, sempre surgem problemas de relacionamentos, mas depois que determinada situação passa, as coisas voltam ao normal e os cooperados voltam a conversar entre si, normalizando as coisas, e “ficando tudo numa boa” novamente. Foi aprendido que é preciso pedir desculpas sempre que for necessário.

Num grupo grande sempre existem diferenças, sempre surgem atritos, mas tudo é resolvido dentro da cooperativa, no final todos saem conversando numa boa. Com relação ao relacionamento com as lideranças, podemos dizer que nós confiamos muito na nossa presidente, no que ela faz, embora muitos não tenham conhecido como que eram as coisas no passado, hoje o nosso relacionamento é de confiança.

Quando a cooperada Elenir da Cootre passou a integrar a cooperativa, vivenciou que o relacionamento não era bom, pois o pessoal não se entendia. Ela cita que eles “eram muito ignorante”, havia ofensa, conseqüentemente brigas. Por mínimas coisas eles já saíam “batendo boca”, de maneira que não era possível permanecer cinco minutos juntos, sem que houvesse algum problema ou intriga. Hoje a situação mudou, “a gente conversa, né um respeita o outro. Agora nós nos juntamos, nós damos risada, nós brincamos sabe, uma fala da vida da outra, assim com calma, um tenta ajuda o outro”. Ela ainda relatou um fato ocorrido entre dois colegas que se agrediram, e que por causa desse episódio houve uma grande mudança na cooperativa, que segundo o ponto de vista dela, foi um absurdo esse acontecimento. Hoje ninguém mais discute, nem ficam falando mal, ninguém ofende o outro, ou seja, aprenderam da maneira difícil. Qualquer fato que se levanta,

alguém já alerta, cuidado com a suspensão. Nesse tempo de cooperativa, o relacionamento interpessoal mudou, e ela relata que

Antigamente ninguém se entendia aqui na cooperativa, hoje o relacionamento está bem diferente, pois no início eu fiquei um pouco apavorada com a situação. Pensei em desistir e não trabalhar mais, com medo de que eu não conseguisse me adaptar com as pessoas, embora o trabalho fosse bom.

Quando questionada sobre a questão dos conflitos, a cooperada Márcia, da Cootre, tem a mesma visão das colegas, pois disse que o mesmo é resolvido no ato. Ela comenta que algumas vezes o conflito começa na linha de triagem, onde se faz a primeira tentativa de apaziguamento, por meio dos próprios colegas que trabalham na triagem. Se não chegam a um desfecho adequado, o caso é levado adiante com a intervenção dos coordenadores ou ainda da própria presidente. Ela acredita que sempre vai existir conflito, mas que na cooperativa eles estão conseguindo alcançar uma solução para todos os conflitos que têm surgido. Ainda em sua exposição, Márcia salienta o potencial que a presidente Rita tem em administrar a cooperativa, pois ela tem capacidade de administrar as situações difíceis que surgem, brigando naqueles momentos que se fazem necessários, dando uma bronca no momento certo, repreendendo, mas principalmente dando suporte necessário para que todos possam executar as suas atividades. “Ela ainda segue mostrando que tu tens todo um potencial que pode ser aproveitado, motivando constantemente os funcionários.

Pode-se pensar que essa similaridade entre o convívio dos cooperados com a presidente na Cootre, e a recorrente metáfora com uma família, pode estar sendo colocada como a busca pelo sentimento de pertencimento a uma ‘família perfeita’ em que há acolhimento, cuidado, proteção, tal como é o senso comum da família de classe média (SOUZA, 2009). Questiona-se o quanto cada um dos cooperados teve todos esses aspectos em sua família de origem? A que esse sentimento de pertencimento vem a servir? Não se tem resposta para isso, mas são questões importantes de serem levantadas nesta análise.

Além disso, é importante salientar que além do conflito intercooperativa, há os conflitos de fora, tal como colocado por Costa (1997): de maneira geral, é “da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece em todo o corpo social. Não se trata de conflitos interindividuais, mas também interinstitucionais. Contra uma instituição somente outra instituição. São as relações de forças que definem os papéis institucionais”. (COSTA 1997, p. 93-96).

O sistema de gestão do líder (presidente, coordenadores) pode ser um fator que agrega ou que divide os cooperados. A ideia de que as coisas funcionam mediante um sistema democrático pode cair por terra frente a pessoas que têm o intuito de simplesmente comandar, ou ter o poder sobre os demais. Conforme Veronese e Scholz (2013), a liderança não deve ser um fator de

separação entre o líder e seus liderados, mas um agente integrador entre as partes, considerando que se trata de um empreendimento de economia solidária e que normalmente essa liderança pode vir impregnada do modelo capitalista tradicional, onde um exerce a liderança sobre os demais que devem sujeição. Veronese e Scholz (2013) argumentam que na melhor das hipóteses deveria ser verificada a pré-disposição de liderança entre todos os cooperados, algo que vai contra a realidade, onde o cooperado dono não exerce todo o seu potencial, nem mesmo considera que deva existir um empoderamento geral para que o negócio seja efetivamente de todos.

4.1.6 Categoria da MI: Instituição

Tem-se que “uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento” (COSTA, 1997, p. 80). O surgimento de uma instituição precisa estar fundamentado no conjunto da sociedade, e que possa privilegiar esse contexto, servindo como uma fonte reguladora. Diferentemente da organização que está voltada para o lucro de seus fundadores, a instituição está voltada para esse contexto social apresentado, por isso que Costa (1997) diz que para uma instituição permanecer, “é preciso que tenha credibilidade social” (COSTA, 1997, p. 80).

4.1.6.1 Categoria emergente: Entrada na cooperativa

Para Borges; Scholz e Rosa (2014), a entrada e participação nos empreendimentos de economia solidária funcionam como uma forma de alavancar as pessoas, e ainda que através do exemplo visto e percebido de outros indivíduos, é possível vivenciar uma mudança de paradigma. “Verificam que nas cooperativas as pessoas têm a possibilidade de aprenderem umas com as outras, em termos de falar, ouvir, respeitar mais os outros, conviver; em fim a maior possibilidade do trabalhador ser ele mesmo” (BORGES; SCHOLZ; ROSA, 2014, p. 97).

Conforme Leite (2009), Coelho e Godoy (2011) Amorim (2010) e Moraes et. al. (2011), a década de 80 corresponde a um período em que o cooperativismo começa a tomar forma novamente, pois o país passava por uma recessão financeira. Exatamente neste período que a cooperada Sônia, da Renascer, ingressou na cooperativa, conforme relato a seguir: “Se deu porque em 86, porque teve uma recessão muito ruim da gente arrumar emprego, né? Daí a gente começou assim, né, começou a pegar material e vender para atravessador que vinha comprar a li no aterro, né?”. Sem oportunidade de emprego formal, a entrevistada se viu forçada a procurar no modelo cooperativado uma forma de contornar a crise econômica daquele momento, conforme salientado por Azambuja (2009); França Filho (2001).

Já no caso da cooperada Jessica, da Renascer, os motivos que a levaram a ingressar na cooperativa foram a idade, pois na época (2011) não tinha idade para trabalhar com carteira assinada em emprego formal, além de que o fator social, ou seja, o incentivo das amigas, contribuíram para essa escolha. "meu primeiro trabalho porque eu era de menor, né? Já tinha bastante conhecidos, né, que trabalhavam aqui, amigas minha, aí quando eu cheguei já sabia um pouco, né, sobre reciclagem, já sabia um pouco por caso da rua". Essa relação social que a entrevistada tinha com as amigas compõe o segundo campo da interação, apresentado por Singer (2001) que diz o seguinte: "Na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe, etc".

A cooperada Elenir, da Cootre, que é tia da atual presidente diz que:

Quando recebi o convite para trabalhar com a cooperativa, resolvi aceitar esse convite. Logo no primeiro contato não tive uma boa impressão, mas tinha deixado a palavra de que se chamassem eu iria participar. Disse ah, eu vou lá conhecer então, ela (sobrinha) disse vai, a senhora vai gostar, vai gostar do pessoal, vai gostar de tudo. Aí eu vim conhecer, e no primeiro dia que eu vim fiquei meia assim e disse para minha sobrinha, está precisando pode me chamar que eu venho. Mas eu pensei não ela não vai me chamar, mas ela me chamou e eu vim, né?

A cooperada Elenir faz parte do campo solidário proposto por Singer (2001), que é o das relações familiares, de vizinhança e coleguismo, afinal existe uma relação entre tia e sobrinha, reforçando o ambiente familiar do cooperativismo. Por outro lado, há o perigo de que uma família seja como que a “dona” da cooperativa, tal como ocorreu no passado.

Veronese (2011) e França Filho (2001) discorrem sobre o problema da exclusão social e a relação direta com a economia solidária. A cooperada Daniela, iniciou as suas atividades, motivada por uma gravidez, seguido de um abandono do marido. Segue relato: "eu estava grávida, era mãe solteira, e daí eu tinha que ter uma renda. E o que me motivou então a participar disso foi a questão financeira". Diante das dificuldades impostas, a cooperativa apresentou-se como uma solução para os problemas que ela estava enfrentando. Veronese (2011); Lima (2010) afirmam que a maneira encontrada pelos trabalhadores, geralmente com baixo poder aquisitivo, para competir com a forma tradicional de trabalho remunerado se dá através de associações econômicas embasadas na economia solidária.

A presidente Rita entrou para a cooperativa porque precisava de dinheiro para fazer um reparo no carro do marido, que ela havia emprestado para um casal que acabou se envolvendo em um acidente. Para ela “trabalhar com reciclagem pareceu naquele momento uma boa oportunidade,

além de que a pessoa responsável naquela época era cunhada de um tio meu”. Sendo um familiar a entrada foi facilitada. A baixa escolaridade também influenciou na decisão pela cooperativa, pois ela nunca tinha trabalhado em empresas, sempre cuidando dos afazeres domésticos, o que não dava nenhum tipo de experiência profissional para conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho formal. Cada indivíduo tem a sua trajetória de vida, vivendo em locais desprovidos de condições sociais básicas, outros que moram em bairros com um pouco mais de condições, mas que na realidade fazem parte da mesma forma de exclusão social, vivendo a margem da sociedade, “São brasileiros e brasileiras que, por condições precárias de trabalho, acabam marginalizados em contextos periféricos rudimentares – as chamadas favelas – e desprovidos de trabalho formal (BORGES; SCHOLZ E ROSA, 2014, P.88). Santos (2009), afirma que a sociedade cria esses sistemas de exclusão social, pois experiência profissional e escolaridade são requisitos fundamentais para as empresas.

4.1.6.2 Categoria emergente: Deixar a cooperativa

Como grande parte dos integrantes das cooperativas, estão desde os tempos da outra recessão econômica, pode-se entender que eles já se adaptaram a essa nova forma de economia. Período esse já apresentado anteriormente e salientado por Azambuja (2009), Leite (2009); Coelho e Godoy (2011); Amorim (2010); Morais et. Al. (2011), Lechat e Barcelos (2008), França Filho (2001) e Dal Ri (2010). Uma das cooperadas mais antigas afirmou que vai deixar a cooperativa quando for se aposentar. A cooperada Sônia, da Renascer, quando questionada sobre uma possível intenção de sair do empreendimento, afirmou o seguinte: "Ah, vou ter que deixa, vou ter que me aposentar?", expressando a sua vontade de permanecer neste modelo de trabalho associativo. Já a cooperada Jessica, da Renascer, que participou do processo de crescimento da cooperativa, ajudando nos momentos difíceis e vendo o avanço conquistado também não pretende deixar a cooperativa, pois declara que: "Por isso que eu digo, no momento agora eu não pretendo sair daqui porque eu já passei tanta coisa difícil lá, agora aqui está muito bom! Bah! Muito bom".

A cooperada Daniela, da Renascer, comenta que já teve vontade de sair, salientando que não são as questões de trabalho, porque ela gosta do que faz, mas que se sente chateada porque algumas vezes ocorrem discussões e isso não é bom, embora hoje ela tenha um pensamento diferente e não pretenda mais deixar a cooperativa. Ela relata que já teve várias experiências em que abandonou suas atividades, juntando as suas coisas e saindo para trabalhar em outras frentes de trabalho como faxinas em casa de família ou como cozinheira. Agora ela está “com os pés firmes na cooperativa.

Como muitas pessoas que tinham essas atitudes já saíram e o clima ficou bom agora, não pretendo sair”.

A cooperada Márcia, da Cootre, foi muito sucinta no seu depoimento: “não tenho ideia assim, em saí, não me vejo em outro lugar”. Enquanto a cooperada Vânia observou o mercado de trabalho, constatando que está difícil conseguir emprego, não pretende sair, pois tem medo de ficar desempregada.

A cooperada Elenir, da Cootre, tem a convicção de que finalmente encontrou o seu lugar, depois de muitos anos no mercado formal. A identificação dela com o trabalho, com as pessoas e com ela mesma foi tão grande que afirma: “mas, não troco aqui por outro lugar”. Esse gosto adquirido está embasado realmente na convicção de estar no lugar certo, pois diferentemente do depoimento da cooperada Vânia, ela não tem medo do recesso do mercado de trabalho, pois acredita que pode encontrar um emprego com facilidade. Para demonstrar o seu nível de satisfação, ela comenta: “sabe, é uma coisa assim tão, até eu me tratava com uma psicóloga antes, né, daí a última entrevista que eu fui com o marido ela me disse ‘olha não precisa vir mais’. Tu estás curada. Tu encontraste, onde tu queria estar”. Na sua opinião, trabalhar na cooperativa foi um tratamento para a sua saúde que estava debilitada.

A Presidente Rita, da Cootre, entende que “vestiu a camiseta, não por falta de opção, pois conta que seu antigo patrão já lhe fez propostas para que ela deixasse a cooperativa com salário superior ao ganho atual, que para ela que não tem muito estudo seria excelente. Ela relata que essa proposta recebida fez com que ficasse pensativa sobre o que fazer, mas como foi ela quem começou toda essa transformação, vendendo um projeto de crescimento para todos e simplesmente por uma proposta dessa abandonar a cooperativa. Por isso resolveu não sair, pois olhando para todo o pessoal ela pensou:

E olhei para elas e disse assim: como que eu vou ir! né? Eu não vou acreditar num sonho que a gente lutou, e que o nosso sonho aqui é ganhar dois mil reais até o fim do ano! E nós vamos ganhar, sem o beneficiamento do produto. Daí eu vou e vão desacreditar tudo? Então eu era uma mentira? Estava aqui só pelo dinheiro e não pelo sonho, né, de pessoas que hoje no mercado não ganham essa renda de mil e trezentos, sem estudo, sem formação, sem nada.

Alguns já se encontram em vias de aposentadoria, enquanto outros estão aproveitando a oportunidade que se apresentou. Mas também tem aqueles que acreditam num sonho e que têm apreço pelas pessoas que estão a sua volta. Outros ainda que, mesmo com oportunidade de emprego formal, consideraram melhor e preferiram apostar que juntos eles têm condições de mudar a situação dessas pessoas e da própria cooperativa para melhor.

4.1.6.3 *Categoria emergente: Tecnosocial*

A primeira "incubadora" de empreendimentos solidários foi a da UFRJ, que nasceu em 1995, inspirada diretamente por um desafio lançado pelo COEP - Comitê de Entidades, que passou a dirigir a campanha contra a fome, bem como de outras demandas em torno da redução da violência nas favelas do Rio de Janeiro. (DELLA VECHIA et al., 2011; AMORIM, 2010). Ainda em 1998 foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), com o objetivo de difundir a experiências da Coep pelas universidades do país e de vincular as incubadoras de forma interativa e dinâmica, fomentando a transferência de tecnologias e conhecimentos, segundo Leite (2009); Araújo e Ribeiro (2011). Um terceiro passo que impulsionou a difusão da experiência foi o aparecimento Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - o PRONINC. Na sua primeira edição, que durou de 1998 a 2000, o PRONINC financiou a formação e a consolidação de algumas das primeiras incubadoras que formaram a REDE (UFRJ, UFC, UFJF, UFRPe, USP e UNEB). Os recursos eram provenientes da Fundação Banco do Brasil e da já referida FINEP, de acordo com Della Vechia et al. (2011).

As cooperadas Jéssica, da Renascer, e Márcia, da Cootre, ressaltam a importância que o Tecnosocial do Unilasalle teve no desenvolvimento da cooperativa. Quanto à constituição do Tecnosocial se tem que:

O Tecnosocial Unilasalle, criado pela resolução de reitoria número 144, de 22 de março de 2010, assume como missão: gerir as políticas e processos de interação entre universidade, empresa e governo, estimulando a produção científica através da organização de um centro tecnológico e social focado na tecnologia da economia solidária. (ADAMS et. al. 2011, p. 15).

Ainda conforme Adams (2011), o trabalho do Tecnosocial recém-criado, em conjunto com a economia solidária, iniciou somente em maio de 2010 na cidade de Canoas e região.

A cooperada Jessica, da Renascer, ressaltou a importância do apoio recebido quando eles estavam caminhando para o processo de mudança de associação para cooperativa.

A gente tem um pessoal também do La Salle que ficava com nós aqui da incubadora lá, do Tecnosocial, que eles vinham também com nós, eles que ajudaram bastante também a Lurdinha [psicóloga], quando para gente formar a Cooperativa eles ajudaram bastante também.

Esse apoio prestado pela equipe da incubadora do La Salle, que a cooperada Jessica, da Renascer, relatou foi sentido também pela cooperada Márcia, da Cootre, que relembra das aulas de

formação ministradas pelo professor Robinson, na incubadora do La Salle, que ensinavam a melhor maneira de trabalhar com reciclagem. A cooperativa permitiu que todo o ensinamento aprendido, fosse colocado em prática, “eu pude ver que tudo o que eu tinha aprendido com o professor Robinson, era verdade, existia entendeu, tinha cooperativismo, tinha economia solidária, tinha um novo mundo mesmo, né, e foi aqui que eu encontrei”.

Singer (2001) aborda a economia solidária dentro de um sistema maior que é o sistema capitalista, que coordena a economia. Embora para fins de pesquisa e estudos se faça esta separação, ambos compõem o sistema econômico da sociedade, onde um regula e complementa o outro. Embora seja um sistema competitivo, as empresas solidárias precisam adaptar-se a esse meio para conseguir o autossustento, conforme Silva (2011). Além disso, o autor reforça que o foco consiste na redução da diferença entre as classes sociais. A economia solidária possibilita uma maneira de viver diferente do que uma empresa capitalista proporciona, mas cada uma delas com as suas características peculiares, tornando-as singulares e complementares, pois uma atua onde a outra não consegue alcançar ou não tem interesse naquela fatia de mercado econômico. É essa fatia econômica deixada de lado pelo capitalismo que os empreendimentos solidários abraçaram e atuam, proporcionando outros benefícios, como diminuir a diferença entre classes, gerar renda, entre outros já citados anteriormente.

4.1.7 Categoria da MI: Memória

Para Costa (1997) “A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência (...) No momento oportuno, as memórias emergem e ocupam o campo social” (COSTA, 1997, p. 131). O que se viu nesta pesquisa são as histórias orais de pessoas que, conforme Costa (1997), estavam no silêncio. Ela salienta ainda a importância de se dar voz a esses “anônimos”. No caso, os indivíduos que participam dessas duas cooperativas, onde eles podem expressar o seu sentimento. Como ela afirma ainda, “O homem é feito de memórias” (COSTA, 1997, p. 126) e são essas memórias que buscou-se aflorar, ou seja, permitir que fosse expresso o que estava escondido, em cada entrevistado nesta pesquisa.

4.1.7.1 Categoria emergente: Pertencimento

Na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho,

em esportes de equipe etc. (SINGER, 2001, p.100). Desde o nascimento, o ser humano participa de algum tipo de instituição, quer na relação familiar, associação do bairro, escola, em vários momentos está ligado a uma instituição de forma direta ou indireta. Assim sendo, o ser humano é parte integrante das instituições e as instituições refletem as ações praticadas por si próprio.

Pollak (1989) também discorre sobre a questão de que as pessoas fazem parte de determinado grupo, onde a memória deste grupo reforça o seu sentimento de pertencimento. O autor diz ainda que “...uma memória também, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p.1).

A cooperada Márcia tem uma jornada de trabalho exaustiva, pois acorda às seis horas da manhã para ir trabalhar, caminha em torno de uma hora e quarenta minutos de Canoas até Esteio e no final do dia precisa retornar para a cidade de Canoas. O que te motiva a trabalhar? “O meu serviço que eu faço, porque tem que acreditar, porque hoje em dia não é só o serviço, já é uma causa, já é uma vida! É uma razão, então não é só uma questão de serviço e ganhar dinheiro, é uma questão já de luta mesmo”.

A cooperada Elenir declara que “eu trabalho na reciclagem com muito orgulho”. E segue ainda “eu, para mim aqui são tudo uma família! Que eu vou para casa praticamente só para dormir”. Ela também tem uma jornada longa, pois acorda às seis e meia para trabalhar. Quando retorna, tem tempo para o banho, fazer a janta, conversar um pouco e dormir, pois, no outro dia começa tudo de novo. “Meu marido diz ó leva tua cama para lá mulher já leva para lá, porque sabe é tão bom conviver com eles assim, bah eu me sinto bem assim com eles me sinto mesmo”.

Sobre esta categoria que é o pertencimento, se destaca o que foi expresso pela Rita, presidente da Cootre, que teve uma grande oportunidade de abrir mão da cooperativa para assumir um outro trabalho, que financeiramente seria melhor do que permanecer aonde está agora. A oferta recebida fez com que ela balançasse, pois considerou que o valor proposto relacionado com a escolaridade que ela possui seria algo difícil de encontrar. Mas ela usou o termo “eu não vou acreditar num sonho que a gente lutou, e que o nosso sonho aqui é ganhar dois mil reais até o final do ano. Daí eu vou e vão desacreditar tudo? Então eu era uma mentira? Estava aqui só pelo dinheiro e não pelo sonho”.

O que mantém acesa a chama da cooperativa é o elemento do pertencimento, pois enquanto elas se sentirem parte do processo de construção da memória da cooperativa, elas se sentirão motivadas a continuar nessa caminhada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou realizar um estudo sobre memória institucional em duas cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consumo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Para atingir esse **objetivo geral**, procedeu-se a uma pesquisa do tipo qualitativa por meio da realização de entrevistas temáticas com sete cooperadas de duas cooperativas de reciclagem pós-consumo.

Procedeu-se inicialmente a busca por compreender a trajetória de duas cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consumo, a partir da análise das narrativas dos membros sobre a sua formação até o estado atual (**primeiro objetivo específico**). Através das narrativas, pode-se observar o desenvolvimento e crescimento das Cooperativas Renascer e Cootre, ao longo dos anos. Alguns cooperados estão atuando há vários anos neste tipo de atividade e dentre eles, alguns participaram de todas as etapas e estágios de maturação de cada uma delas.

A Renascer cresceu a partir da coleta de resíduos sólidos dentro do aterro sanitário da cidade de Canoas, desde o ano de 1976. O avanço começou a partir de um galpão que tinha apenas um telhado, sem paredes. Esse galpão minimizou o problema oriundo do trabalho realizado a céu aberto, sob influência do sol forte, outras vezes da chuva e frio. Como o local tinha apenas uma cobertura, muitas vezes eles permaneciam expostos aos mesmos fenômenos da natureza que anteriormente, agora numa escala um pouco menor. Uma nova fase da Renascer foi a constituição da associação dos catadores e recicladores no ano de 2009, para finalmente chegarem ao estágio atual, que foi o de em 2011, se tornarem uma cooperativa. Uma das entrevistadas, dona Sônia, é uma das mais antigas trabalhadoras da área da coleta de resíduos sólidos da Renascer, e que já está atuando nesta atividade desde o ano de 1986 na cidade de Canoas, tendo presenciado todas essas fases de crescimento desse grupo de reciclagem.

A trajetória da Cootre é diferente, como seria de se esperar. É um grupo mais novo, mas que já passou por etapas de crescimento e desenvolvimento. Inicialmente existia um grupo de coleta que trabalhava no terminal de transbordo da cidade de Esteio, por meio da ARCA – Associação de Recicladores e Catadores de Esteio. Esse grupo não tinha muito conhecimento sobre o funcionamento de uma cooperativa, o que fez com que eles tivessem vários conflitos iniciais. Durante a sua trajetória, transferiram-se para um local pertencente à Prefeitura de Esteio/RS, onde ainda se localiza. Houve uma fase de transição entre a associação e a cooperativa (formalizada em 2012), momento em que o Tecnosocial do Unilasalle foi muito importante, pois treinou, capacitou e auxiliou nas questões práticas e técnicas que impulsionaram e desenvolveram esse grupo.

Um dos elementos que emergiu das análises do material coletado nas duas cooperativas trata da comunicação. A partir desse elemento emergiram as categorias: informação e comunicação. Sempre que se torna necessário tomar uma decisão importante, é realizada uma reunião, na qual todos os participantes têm o direito ao voto.

Para o **segundo objetivo específico**, que foi o de explorar e comparar os elementos da memória institucional a partir da trajetória de cada cooperativa, procedeu-se à identificação de categorias inicialmente *a priori* e em seguida *a posteriori* para a análise dos dados. As categorias que foram identificadas como *a priori* foram inspiradas no referencial teórico, conforme proposto e apresentado por Costa (1997). As categorias *a posteriori* referem-se às que emergiram das entrevistas temáticas realizadas nas duas cooperativas estudadas (Renascer e Cootre). Buscou-se o cruzamento dessas categorias para o desenvolvimento da análise, apresentado a seguir.

A partir da categoria *a priori* Informação/Comunicação, emergiram as categorias *a posteriori* comunicação e reuniões. A comunicação deveria ser um processo vital nos empreendimentos em geral, mas geralmente está envolto em contradições, conflitos e disputas de poder. Mesmo as decisões tomadas juntas podem não refletir a ideia do conjunto dos trabalhadores, pois existem pensamentos divergentes em jogo. Aquilo que representa ser o melhor para um percentual dos cooperados pode não ser para o outro lado, que podem ser aqueles que “saíram derrotados” da votação, representando também uma disputa de poder. Apesar de que existem vários momentos abertos para que o diálogo ocorra, nem sempre ele acontece da melhor maneira. Como já salientado, dentro da cooperativa trabalham pessoas oriundas de diversos contextos sociais, com criações e pensamentos diferentes, que em determinado momento precisam decidir sobre diversos aspectos do trabalho em conjunto. As evidências indicaram que a conversa se constitui no principal meio de comunicação nas duas cooperativas, pois os acontecimentos que surgem são discutidos entre os integrantes. Este foi um processo construído ao longo dos anos dentro da Renascer e da Cootre, pois inicialmente havia problemas de comunicação.

Observou-se que a comunicação tem sido a forma de resolver problemas em conjunto, incluindo a participação dos cooperados. As evidências indicaram que dentro das cooperativas analisadas foram identificados dois aspectos em que ocorre a comunicação. O primeiro refere-se às comunicações ordinárias, que tratam dos assuntos rotineiros e formais que ocorrem diariamente no ambiente de trabalho. O segundo aspecto são as conversas extraordinárias, onde o grupo se reúne para debater sobre as grandes decisões que precisam ser tomadas. Salienta-se que este tipo de conversa é esporádico, sendo realizado quando há necessidade. Outro fator que se sobrepõe à comunicação nas cooperativas estudadas se refere à questão das reuniões (segunda categoria *a posteriori*). A comunicação diária ocorre primeiramente na forma de uma reunião do grande grupo,

onde ocorrem as principais decisões sobre a divisão das atividades diárias. Também são convocadas reuniões esporádicas para tratar da resolução de conflitos internos e de relacionamento interpessoal dentro das cooperativas. Um terceiro aspecto trata das reuniões externas, como a apresentação de projetos e resultados, viagens com o intuito de divulgar práticas, conhecimentos e experiências adquiridas na trajetória da cooperativa.

A partir da categoria *a priori* Responsabilidade socioambiental / Solidariedade, emergiram as categorias *a posteriori* Responsabilidade Socioambiental e Solidariedade. Os resultados das análises apontam que os cooperados desenvolveram uma consciência no que diz respeito às questões socioambientais e de preservação da natureza, pois as falas reportam ao cuidado com o meio ambiente e a conscientização de que as atividades que são executadas ajudam a preservar o ecossistema. São expressões do tipo “salvar o mundo” que reforçam esse sentimento de responsabilidade, ou ainda “trabalho na reciclagem com muito orgulho”. Ambas as cooperativas praticam ações solidárias junto aos seus cooperados, buscando soluções de problemas de ordem pessoal através da ação coletiva organizada pelos cooperados. Ainda nessa linha se tem a questão da solidariedade. Muitos dos cooperados procuram o bem-estar comum, de maneira que se cultiva a prática de que ninguém que trabalhe nas cooperativas estudadas passe por qualquer tipo de necessidade sem receber o apoio dos demais, pois existe uma preocupação de suprir aquilo que é o básico para a subsistência de determinada família necessitada, como cesta básica, água, luz, gás de cozinha e remédios. Sempre que chega ao conhecimento dos cooperados que tem alguém passando necessidade, eles fazem uma mobilização interna, arrecadando recursos para tentar ajudar a pessoa. No entendimento deles, ninguém está livre de enfrentar alguma dificuldade financeira ou de saúde, desta forma aquele que ajuda hoje pode ser aquele que será ajudado amanhã. Portanto, observou-se que dentro da cooperativa ninguém que passa por necessidade ou dificuldade está sozinho. Cabe ressaltar que as ações de solidariedade entre os cooperados também não tem uma aceitação unânime, pois apesar do reconhecimento das necessidades socioeconômicas dos pares, muitos não concordam e não gostam de participar dessas ações.

A partir da categoria *a priori* denominada Emoções, emergiram as categorias *a posteriori* motivação/expectativa. Os resultados apurados indicam que a expectativa e motivação presentes nos cooperados representam algo além do ganho financeiro, que tem a sua importância dentro do contexto das cooperativas de reciclagem. Observou-se que as pessoas que trabalham nos empreendimentos solidários estudados são aquelas que não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal. Porém, a satisfação evidenciada também se deve ao fato de que existe a possibilidade de colocar em prática as informações e conhecimentos adquiridos por programas, treinamentos e capacitações junto às entidades que apoiam esses empreendimentos solidários, como

o Tecnosocial/Unilasalle. Os cursos e treinamentos promovidos pelas incubadoras tecnológicas mostram-se bem-vindos pelos cooperados. Muitos os veem como um momento de aprendizado e as incubadoras tecnológicas têm investido no apoio e na formação de cooperativas capazes de se autogerirem. Porém, as análises indicaram que há uma certa contradição, pois em alguns casos a participação nos cursos acaba desmotivando cooperados que não conseguem colocar em prática o que tem aprendido. Por exemplo, uma das entrevistadas já integrou várias cooperativas e escolheu a Renascer, porque foi, segundo a sua percepção, a única que oportunizou que ela colocasse em prática os ensinamentos aprendidos. A interpretação é que quando o trabalho oportuniza aprendizado e esse aprendizado gera expectativa de crescimento, as pessoas se sentem motivadas, pois isso muda a mentalidade do indivíduo, que começa a perceber coisas ao seu redor que antigamente não faziam sentido, muito menos despertavam o seu interesse. Essas duas cooperativas permitem a aplicação prática desses conhecimentos, atendendo à expectativa inicial criada pelo cooperado e consequentemente trazendo motivação para o ambiente de trabalho como um todo, pois dessa relação entre teoria e prática podem surgir soluções inovadoras, que melhoram os processos de trabalho, facilitando a vida para os cooperados. Observou-se a existência de um fator emocional, que quando satisfeito plenamente gera motivação.

A partir da categoria *a priori* denominada Indivíduos, emergiram as categorias *a posteriori* chamadas Região de residência e Mulheres. Os resultados mostram que a grande maioria dos cooperados mora próximo das cooperativas em que trabalham, embora existam poucas exceções. Geralmente a relação entre moradia e cooperativa no mesmo bairro acaba facilitando o deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa, evitando-se utilizar o transporte urbano por longas distâncias e o cansaço. Isto permite um maior tempo de descanso do cooperado e tempo com a família. Observou-se também que aqueles cooperados que moram um pouco mais distante são bem aceitos pelo grupo, sendo integrados da mesma maneira que os demais. Esses fatores criaram um vínculo familiar entre eles, pois em várias falas surgiu a expressão “grande família” ou simplesmente “família”, fazendo menção aos integrantes de cada cooperativa. Observa-se que o aspecto da localização geográfica da moradia pode ser ampliado para o contexto cultural e subjetivo distinto de cada localidade, o que acaba impactando na construção das memórias individuais, organizacionais e institucionais das pessoas físicas e jurídicas erigidas ali. Também se observou que existe um predomínio do gênero feminino em ambas cooperativas. Esse é o retrato atual, mas nem sempre foi assim, pois no caso da Renascer, que na sua origem trabalhavam apenas homens. As mulheres eram proibidas de exercerem atividades junto com esses homens. Aos poucos as mulheres foram ganhando espaço nesse ramo de atividade, de maneira que elas assumiram a parte majoritária de participação. Nesse sentido, pode-se pensar em uma questão que exclui mulheres mães e de mais

idade do mercado de trabalho formal com carteira assinada, restando-lhes poucas opções. Foi evidenciado que trabalhar numa cooperativa de reciclagem é visto como uma opção por muitas cooperadas, pois ali encontram aceitação, solidariedade e o sentimento de pertencimento como se fosse a uma grande família.

A partir da categoria *a priori* chamada Ação, Intuição, Pensamento e Linguagem, emergiram as categorias *a posteriori* Eventos, Decisões, Divisão do trabalho, Vantagens trabalhistas, Conflitos e relacionamentos. Observou-se que as cooperativas criaram um sistema de comemorações referente aos aniversários. Conforme Halbwachs (2006), em tais comemorações podem estar embutidas a motivação e a valorização pessoal e profissional. Esses eventos comemorativos auxiliam na coesão do grupo de trabalho, pois os cooperados têm uma participação ativa desde o planejamento, organização, e a execução, que fortalecem o desenvolvimento da instituição. São pequenas ações que demonstram trazer maior harmonia para o grupo de trabalho e simbolicamente demonstra a inserção na vida da cooperativa. Também existem eventos externos às dependências das cooperativas, como a participação em apresentação de projetos, reuniões e visitas. Para participação nesses eventos externos realiza-se um rodízio entre os cooperados como uma forma de valorizar os trabalhadores.

No quesito da tomada de decisões, é utilizado o processo democrático, que se dá por meio da votação entre os membros, e que como já foi salientado anteriormente pode constituir um ponto conflitante dentro da instituição. São adotados cuidados para que a tomada de decisão não ocorra de forma arbitrária, por parte de qualquer um dos membros, mas única e exclusivamente quando deliberada pelo conjunto dos cooperados quando se reúnem para este determinado fim. O que pode ser considerado uma utopia, considerando que o resultado depende da boa influência daquele indivíduo que está expondo a ideia para o grupo, sendo que este grupo normalmente é constituído de pessoas excluídas e outras com baixa escolaridade. Dentro do processo de tomada de decisão, se tem o processo de comunicação, como já foi visto antes. Mas o que importa ressaltar são os diversos contextos sociais, criação e pensamentos diferentes, todos no mesmo ambiente tentando chegar a uma decisão que atenda aos anseios desse corpo coletivo. É uma utopia pensar que possa existir um consenso de opiniões diante de tantas variáveis e forças de atuação, muitas vezes contrárias. Ainda quanto às decisões, a baixa escolarização também tem dificultado essa tomada de decisão nas reuniões, pela dificuldade de entendimento antes de cada votação. Sempre tem aqueles que não entendem, como expresso a seguir: “tem uns que entendem, uns que não né? Uns dizem eu não sei vocês que sabem”. Ou seja, em alguns momentos as decisões são tomadas sem pleno entendimento do que se está fazendo, ou ainda pela motivação dos outros cooperados. As decisões são pautadas de acordo com a situação, recorrendo-se às experiências adquiridas ao longo da

trajetória da cooperativa, como no caso quando é preciso decidir sobre a aplicação de alguma advertência ou suspensão do trabalho por parte de algum cooperado que tenha infringido as regras previamente estabelecidas. Quanto à divisão do trabalho, verificou-se que não é possível uma divisão fixa de atividades, pois são poucas as tarefas que permitem uma certa rotatividade. A função de preheiro (serviço perigoso), motorista de caminhão (serviço especializado) e ajudante (exige agilidade), são as funções que já possuem uma equipe fixa formada; para as demais atividades, existe uma flexibilidade, onde a execução depende da demanda do serviço. Essa divisão ocorre normalmente no período da manhã, determinando quem vai para a triagem, rejeitos ou outra atividade.

As evidências mostram que os empreendimentos solidários estão lutando para ganhar mais espaço e conseguir competir com as empresas capitalistas, tentando contrapor vantagens trabalhistas que permitam o equilíbrio econômico e a possibilidade de reter os cooperados no ambiente de trabalho. Entre essas vantagens competitivas está a busca coletiva pela manutenção do emprego e salário, a qual fica menos pesada quando carregada em grupo. Outra vantagem é a flexibilidade de horário que se pode ter na cooperativa, o que nas empresas privadas não ocorre. Muitas mães possuem filhos que estudam ou ficam em creches, e assim podem compensar e/ou ajustar o seu horário conforme a necessidade. O pagamento da guia de INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que dá garantia de estar amparado pela seguridade social, o direito a aposentadoria é outra vantagem. Embora o discurso seja de fidelidade à causa social, o que move todo esse sistema é a questão financeira. Muitos entram nesse modelo de empreendimento até que encontrem um outro emprego com melhor salário. Aparentemente as cooperativas funcionam como uma opção temporária face à exclusão social ou ainda à falta de uma oportunidade em emprego formal com carteira assinada.

Com relação aos conflitos e relacionamentos, as análises indicam que as cooperativas, conforme os dados coletados, não têm enfrentado grandes problemas de relacionamento como no passado. Salienta-se que nas cooperativas não há somente aspectos positivos, pois, o conflito entre os pares e o relacionamento tem sido uma questão de construção ao longo dos anos, pois normalmente as pessoas que buscam esse tipo de emprego, estão vindo de uma condição de exclusão social. Por certo que onde existem pessoas trabalhando juntas, o conflito e os problemas de relacionamento surgem naturalmente, mas eles têm aprendido a lidar com essas situações adversas. A maneira utilizada para dissolver a demanda entre os pares ocorre inicialmente por meio do diálogo, que resolve a maioria das contendas. Caso o problema persista, o passo seguinte se resolve por meio de uma reunião que definirá o desfecho a ser adotado pelo conjunto dos cooperados. Outra medida adotada é recorrer ao histórico de problemas passados e aplicar a mesma

regra (entendida como tendo um resultado positivo) para o caso em análise. Nas duas cooperativas foi verificado que o problema associado à ingestão de bebidas alcoólicas constituiu-se como uma “pedra no sapato”, tendo em vista que este fator determinou a criação de regras de convivência para amenizar o incômodo para o grupo. Esse histórico serviu também como base para a construção das regras de convivência. Depois de percorrido todo esse caminho, percebeu-se que houve um progresso no relacionamento interpessoal em ambas as cooperativas. Os relatos apontam que existiam constantes problemas de relacionamento que geravam conflitos, deixando o ambiente pesado e complicado para a convivência em grupo. Hoje, o relacionamento interpessoal evoluiu muito, pois o convívio entre os cooperados é predominantemente de respeito e cordialidade. O histórico da Cootre demonstrou que um sistema de liderança autoritário estava conduzindo a cooperativa à “destruição”, pois as pessoas não tinham mais prazer na execução de suas atividades, até que houve pontos de conflitos que causaram a ruptura deste sistema. Uma nova liderança surgiu e conseguiu agregar novamente aqueles que estavam se dispersando, trazendo o equilíbrio para a cooperativa.

A partir da categoria *a priori* chamada Instituição, emergiram as categorias *a posteriori*: Entrada e saída da cooperativa e Tecnosocial. As análises indicam que são vários os motivos que levaram as pessoas a buscar nos empreendimentos solidários uma resolução para as demandas sociais existentes. Observou-se que há cooperados trabalhando desde a recessão econômica ocorrida na década de 1980, na qual o desemprego vitimou muitos trabalhadores que perderam o emprego formal. Outra porta de entrada é o convite de amigos e parentes que já conhecem o sistema de trabalho porque já fazem ou fizeram parte de algum modelo de empreendimento solidário. A baixa escolaridade também tem motivado a procura por empreendimentos solidários como uma forma de recolocação profissional, tendo em vista a exigência referente à escolaridade que o mercado de trabalho faz. Um fator preponderante para a entrada nas cooperativas é a exclusão social, como casos de gravidez inesperada (mães solteiras), abandono pelo cônjuge, morte do cônjuge, entre outras formas de exclusão que também tem levado as pessoas a buscar uma acolhida nesses locais. A exclusão social tem sido o principal motivo pela procura dos empreendimentos solidários, embora existam outros motivos, como mencionado anteriormente.

Uma vez integrante da cooperativa, as evidências mostram que a vontade de sair ou procurar uma nova ocupação é baixa, pois todas as entrevistadas não pretendiam deixar a cooperativa e há um leque de motivos para isso. Observou-se que em alguns casos o vínculo é tão forte que somente a aposentadoria faria com que ocorresse a saída da cooperativa. Tem também aqueles cooperados que já estão dentro do empreendimento solidário por muitos anos, tendo acompanhado o desenvolvimento da cooperativa, enfrentando conjuntamente dificuldades e desafios. A trajetória

conjunta proporcionou que houvesse um apego emocional que impede uma atitude, entendida como drástica, de sair deixando para trás as coisas que ajudou a construir. Outras pessoas já tiveram a experiência de abandonar a cooperativa e procurar um emprego formal, mas acabaram voltando e não pretendem mais sair. Tem cooperados que estão acompanhando o mercado de trabalho formal, considerando que não está fácil conseguir uma vaga em empresas privadas, pois a maioria dessas vagas já está preenchida. Acreditar no sonho também representa um motivo válido, pois os depoimentos apontam que as cooperadas não conseguem visualizar-se em outro local, demonstrando sentirem-se realizadas naquilo que estão fazendo. Observou-se que quanto maior o tempo dentro da cooperativa, maior a afinidade e o compromisso, consequentemente diminui a possibilidade de que resolvam trocar por um outro emprego. Apesar deste sentimento que os cooperados têm pelo seu local de trabalho, onde o depoimento reafirma que nenhuma delas pretendia sair ou trocar de emprego, entre a realização das entrevistas e esta fase de considerações, duas das entrevistadas acabaram saindo da cooperativa. Obviamente que por motivos distintos, mas uma cooperada foi encaminhada ao INSS por motivo de doença e a outra simplesmente saiu da cooperativa para seguir por outros caminhos profissionais.

As evidências mostram que essas cooperativas conseguiram chegar a um estágio de maturidade devido ao apoio recebido do Tecnosocial/Unilasalle de Canoas. A Renascer já passou por todo o período de incubação tecnológica, tendo sido desincubada em 2013, e desta data até o momento tem buscado aplicar a autogestão, mas ainda assim recebe auxílio periódico da equipe. A Cootre ainda está nesse período de incubação, mas em vias de desincubação. No período em que ambas estiveram incubadas, as capacitações foram fundamentais para aquisição de conhecimento e experiência, através das aulas e visitas técnicas da equipe responsável pelo projeto da incubadora. Observou-se que o Tecnosocial auxiliou para que houvesse um equilíbrio na condução do negócio das cooperativas. Bem como o Tecnosocial ajudou na transição em que os dois empreendimentos eram associação de recicladores, para se tornarem cooperativa de reciclagem, quer na estruturação dos estatutos, apoio nas reuniões de assembleias, entre outras atividades prestadas. O Tecnosocial continua atuando neste tipo de atividade com outras cooperativas.

Da última categoria *a priori* denominada Memória, emergiram as categorias *a posteriori* Pertencimento, Depoimento Transcrito Renascer, Depoimento Transcrito Cootre, Depoimento de Vidas Transformadas. As análises mostram que a maioria dos cooperados se considera parte integrante da cooperativa, pois eles fazem parte de uma causa social, ou uma luta, imbuídos nessa missão. Essa integração com a instituição e a sua memória é tão forte a ponto de ser possível narrar a trajetória da cooperativa de forma hábil, demonstrando domínio sobre o tema durante as entrevistas temáticas que estão apresentadas no produto final. Não existe distinção entre eles quanto

a estereótipos, pois na concepção apresentada, muitos se consideram como sendo “uma família” porque criaram vínculos de relacionamento forte e duradouro. Também se utiliza a expressão “grande família”, onde existe a aceitação, sem distinção ou preconceito social, com suas dificuldades e limitações, com os seus trejeitos e manias, mas na percepção das entrevistadas há o respeito e a educação que conduzem essa “família” em harmonia. Esse pertencimento é aflorado ainda mais quando ressaltam o que estão vivenciando nesse momento de conquista coletiva, expressando que “este é o sonho que a gente sonhou”. Observou-se que o que tem mantido a coesão interna das duas cooperativas é o sentimento de “família”. O termo família é recorrente a laços estreitos de amizade e companheirismo, embora como visto anteriormente, os conflitos estejam presentes, demonstrando alguma contradição, mas sem apagar o brilho dessa caminhada das cooperativas.

O estilo de liderança é crucial, como no entendimento da atual presidente da Cootre. Para ela, há presidentes que pensam que chegaram naquela posição com o intuito de mandar nos demais cooperados. A ideia de que as coisas funcionam mediante um sistema democrático na economia solidária pode cair por terra frente a pessoas que têm o intuito de simplesmente comandar, ou ter o poder sobre os demais. Conforme Veronese e Scholz (2013) a liderança não deve ser um fator de separação entre o líder e seus liderados, mas um agente integrador entre as partes, considerando que se trata de um empreendimento de economia solidária e que normalmente essa liderança pode vir impregnada do modelo capitalista tradicional, onde um exerce a liderança sobre os demais que devem sujeição.

No modelo cooperativo, espera-se que a liderança seja compartilhada, já que os envolvidos são os próprios donos do negócio e espera-se que possam ter voz dentro do grupo. Porém, as evidências mostram que muitos cooperados não se sentem donos do negócio, ou ainda não entenderam o que é ser dono do seu próprio negócio.

Longe de ser um modelo salvador, os empreendimentos de economia solidária, tem vários pontos de ambivalência e conflito. Mesmo assim, possuem um importante papel social, mas precisam conviver com as limitações que lhe são impostas pelo sistema econômico da sociedade a qual integra. Enquanto não surge um outro sistema que resolva esses pontos causadores de conflitos e contradições, a economia solidária tem dado um retorno para aqueles que estão à margem da sociedade.

A seguir é apresentado um arrazoado sobre a **síntese da Memória Institucional** nas duas cooperativas estudadas nesta dissertação. Pode-se entender que a **Memória Institucional da Renascer** é caracterizada como uma cooperativa que possui acolhimento para com os cooperados, sejam eles novos ou antigos. Aqueles indivíduos marginalizados e excluídos socialmente, que

ficaram longe das oportunidades de empregos formais, quando chegam, encontram uma cooperativa aberta que permite a prática laboral. Eles encontram ali a possibilidade de execução de uma atividade capaz de resgatar e mudar as suas condições de vida.

A memória da instituição está focalizada na vida desses trabalhadores anônimos que descobriram que coletivamente eles se tornaram mais fortes do que travando uma batalha pela sobrevivência individualmente. A característica marcante dessa instituição é o seu acolhimento, pois as evidências mostram que não há a intenção de seus integrantes em deixar a cooperativa, bem como estão trabalhando nela há alguns anos, sentindo-se bem com aquilo que estão fazendo. Dentre as três entrevistadas da Renascer, cada uma apresentou um motivo diferente que motivou o seu ingresso na cooperativa, como à recessão econômica de 1986, a pouca idade, o convite de amigos e ainda questões de exclusão social como gravidez, seguida de abandono pelo marido. Percebe-se que esses casos são reflexos de algum tipo de exclusão social.

O discurso do grupo é o de sentir-se como uma grande família na Renascer. Uma família que está buscando conviver em harmonia e união, mesmo estando cientes que alcançar esse objetivo é até certo ponto difícil. A dificuldade pode estar centrada na idade da cooperativa, porque a Renascer é o grupo mais antigo que trabalha com reciclagem, tendo por isso no seu ambiente, pessoas que são remanescentes de períodos adversos que a cooperativa enfrentou. Por isso alguns já formaram opiniões, demonstrando alguma resistência e serem mais fechados às mudanças. Existe uma busca contínua entre eles para que o conflito de relacionamento seja minimizado e o trabalho tenha maior satisfação. A maioria dos conflitos que ocorrem no dia a dia busca ser solucionado por meio da aplicação de regras de convivência, o que provoca um impacto sobre as ações e posicionamentos que eles assumem, influenciando a memória da cooperativa e refletindo na memória institucional.

O que fica evidente sobre a Renascer refere-se a um grupo que busca na comunicação constante solucionar seus problemas, seja por meio de conversas rotineiras diárias ou reuniões para decisões mais importantes. Embora a comunicação seja uma prática diária, apresenta pontos de vistas contraditórios, pois alguns cooperados consideram que a comunicação é boa na cooperativa, enquanto outros consideram que ela não flui tão bem assim. O que se percebe é que a informação circula abertamente dentro do empreendimento, de maneira que a maioria tem informações sobre os assuntos diários. Para isso existem dois tipos de reuniões na cooperativa: as formais e esporádicas. As formais acontecem diariamente para divisões de atividades e anúncios e informações gerais, e as esporádicas, onde existe uma pauta mais complexa, sobre questões administrativas referentes à aceitação ou exclusão de algum cooperado, venda de material, aplicação de sanções disciplinares como advertência ou suspensão, entre outros. Além disso, a oportunidade de ressocialização é

notória na Renascer, pois o grupo é formado por pessoas excluídas socialmente e que conseguiram sair desta situação, mesmo com as dificuldades impostas pela vida, não se abateram e continuam lutando para alcançar os seus objetivos.

Pode-se entender que a **Memória Institucional da Cootre** tem a característica de estar fundamentada na confiança que existe entre os seus pares. Os cooperados desenvolveram uma forma de trabalhar em equipe embasada na amizade e confiança, o que faz com que a maioria consiga interagir entre si, muitas vezes de maneira profunda. Essa confiança permite que a cooperativa enfrente os problemas de relacionamento e conflitos já na sua origem (quando ainda na diáde), evitando que discussões ou intrigas, interfiram nas relações pessoais. Sempre que é preciso resolver alguma questão mais séria, a certeza da maioria é que o grupo decidirá pelo melhor. Essas atitudes têm fortalecido a memória institucional, pois tem por base um entendimento de que os indivíduos têm suas necessidades e dificuldades, mas que conseguem ver além destas questões, como por exemplo, enxergar o potencial existente por detrás de cada indivíduo, mesmo estando ele drogado ou traficante, por exemplo.

Não é à toa que existe o relato de pessoas que enfrentaram situações extremamente difíceis, e que através do apoio recebido por parte da cooperativa conseguiram sair do “fundo do buraco” e se reerguer novamente, ou seja, tendo as suas vidas transformadas. Por meio do estudo da memória institucional da Cootre, foi possível perceber que muitas vezes, basta uma oportunidade certa, uma porta aberta, para que as soluções surjam. Existe um sentimento de satisfação por parte dos membros da cooperativa, percebido nos depoimentos, quando fazem referência à situação precária e de exclusão dos indivíduos e a maneira como eles são transformados. Pessoas que foram encontradas em uma situação desfavorável, afastadas do convívio social, mas que pela iniciativa visionária, esses indivíduos puderam ser reintegrados à sociedade, ao ponto de conseguir adquirir casa, carro e uma família, algo quase impossível em uma situação de exclusão, mas bem difícil de acontecer sem o auxílio recebido da cooperativa. É por isso que o termo “confiança” torna-se esclarecedor para a Cootre, pois pode não ter sido fácil trazer alguém considerado como um problema para dentro do ambiente de trabalho. Assim como deu certo, poderia não ter dado. Mesmo assim, os cooperados acreditaram na decisão tomada pela presidente em exercício e aceitaram essas pessoas no grupo.

Nem todos compartilham deste mesmo pensamento, de acreditar que é possível reverter uma situação adversa. Embora exista a vontade de ajudar ao próximo, quase ninguém está disposto a trazer um problema para dentro de sua casa (cooperativa), para dentro da sua família (relações de amizade entre os pares), muito menos dedicar um pouco da sua atenção e tempo para uma pessoa considerada “problemática” socialmente. Objetivamente falando, os empreendimentos cooperativos

precisam visar às sobras que são a base do seu sustento, mas a Cootre conseguiu ir além desse objetivo, ver além do que é visível, manifestando a possibilidade de uma forma alternativa de convivência social. Tecnicamente pode-se entender que eles conseguiram absorver os princípios de economia solidária. Por isso, observa-se como a memória da instituição está atrelada às memórias individuais, riquíssimas em experiências, conforme relatado recentemente, bem como à memória coletiva.

Outro fator que demonstra a coesão da Cootre, considerando que a coesão é um dos princípios norteadores da economia solidária, reside na maneira como esse grupo se comunica. A comunicação ocorre de maneira fluída, circulando abertamente entre os pares, buscando sempre no diálogo uma forma de resolver questões do dia a dia da cooperativa. Como a comunicação é aberta, a informação está disponível, e na maioria das vezes, sem ressalva. Uma das maneiras encontradas para que a circulação da informação e a comunicação fluam com naturalidade, diz respeito à descentralização da informação, que passa a ser de domínio coletivo. Para isso, quando da participação em reuniões externas, normalmente são selecionadas e enviadas duas ou três pessoas com o intuito de participar da reunião e trazer um relatório para os membros da cooperativa que não puderam participar, socializando a informação, sobre os principais tópicos que foram abordados nessas reuniões. O rodízio foi estipulado, de maneira que todos tenham a oportunidade de participar, sem o intuito de beneficiar apenas algumas pessoas, mas como o negócio é coletivo, exige o comprometimento de cada cooperado. O processo decisório é desenvolvido em grupo, com a participação massiva por meio de votação democrática. Quando uma decisão precisa ser tomada, se realiza uma reunião onde são expostos os prós e os contras que aquela determinada decisão acarreta, dando uma oportunidade e um tempo para que o grupo reflita até se tenha um entendimento geral ao grupo, para numa próxima etapa poder proceder com a votação e verificar se o grupo é favorável ou contrário. Embora a intenção é que seja uma decisão democrática, não está assegurado que o grupo tenha entendido o que foi sugerido, porque existem fatores influenciando esse processo, como a escolarização e as experiências individuais, que podem conflitar os pares na hora de decidir. Essa liberdade democrática pode ser questionada quanto a sua real eficácia e poder de decisão que os cooperados têm, tal como o quanto dessa proposta foi construída pelo grupo e decidido junto. A contradição reside no fato de que nesses momentos de decisão, dá-se liberdade democrática sem a possibilidade de uma maior construção coletiva, quando se trás várias alternativas para que grupo escolha entre elas.

As evidências que foram levantadas na Cootre apontam que eles se consideram uma grande família, porém com características de busca por um equilíbrio entre antigos e novos cooperados, fazendo com que a diferença entre eles tenda a ser minimizada.

Os integrantes da Cootre normalmente moram próximos ao seu local de trabalho e possuem certo grau de parentesco. Mas a porta de acesso dos cooperados na Cootre foi bem diversificada, como, por exemplo, precisar de dinheiro e ter baixa escolaridade; convite da própria presidente ou de um primo, trocar de cooperativa. Em maior ou menor grau, está presente o fenômeno de exclusão social nesses casos, pois a procura por uma colocação no mercado de trabalho encaminhou essas entrevistadas para trabalhar na Cootre de Esteio, a maioria motivada pela baixa escolaridade. Elas relataram que não tinham o desejo de deixar a cooperativa por nenhum motivo, porém, durante o período da pesquisa de campo, em que foram realizadas as entrevistas e o desenrolar dessas considerações, duas entrevistadas, deixaram a cooperativa. Uma precisou ser aposentada por problemas de saúde e a outra não quis mais trabalhar na Cootre de Esteio, ficando clara certa contradição entre o discurso e a prática.

Um dos pontos que foi levantado refere-se à aproximação entre os conhecimentos adquiridos durante os treinamentos realizados pela equipe da incubadora do Tecnosocial do Unilasalle de Canoas e a prática dessa “teoria” dentro dos empreendimentos de economia solidária. Foi na Cootre que uma das entrevistadas, que já passou por vários empreendimentos, pode encontrar uma cooperativa que oportunizou colocar em prática muito do conhecimento recebido nos cursos. Observa-se que houve transformações na forma de gerenciamento da Cootre, quando comparada com a época de associação, fruto de progresso dos indivíduos que ajudaram a construir e a solidificar a cooperativa. Hoje se observa que há cooperação e solidariedade entre eles, através de uma mobilização coletiva, para que nenhum dos seus integrantes passe por dificuldades como, por exemplo, falta de alimentação e medicamentos. Sempre que se faz necessário, eles arrecadam doações entre si ou buscam alguma outra maneira de conseguir alimentos, roupas e até mesmo recursos financeiros para ajudar a pagar as contas de água, luz e gás, fraldas para crianças pequenas, entre outras formas de auxílio. Além disso, observa-se que esse sentimento solidário é unânime, pois existe uma participação massiva para que ninguém fique passando necessidades sozinho. Uma das coordenadoras disse que conhece a situação de cada um dos cooperados pela própria “fisionomia” deles, distinguindo se estão necessitando de algum apoio do grupo, e demonstrando alta capacidade de empatia. O engajamento social tem sido uma marca predominante na Cootre.

Quando **comparados elementos da Memória Institucional das duas cooperativas**, observa-se que embora a Renascer seja o empreendimento de economia solidária que está atuando há mais tempo na região metropolitana de Porto Alegre, percebe-se que a memória institucional da Cootre é mais solidificada. Ambas têm uma trajetória de lutas e conquistas bem considerável. Enquanto a comunicação na Renascer enfrenta alguns percalços, na Cootre ela flui melhor. A marca de vidas que foram transformadas é mais saliente na Cootre, que conseguiu trazer novamente para o

convívio da sociedade, pessoas com trajetórias de exclusão social. Existe uma diferenciação entre elas, até com relação ao motivo que levou à entrada dos cooperados na cooperativa, pois as evidências mostram que na Renascer os motivos demonstram maior exclusão social do que na Cootre. Também em relação à permanência na cooperativa, percebe-se que a rotatividade na Renascer é menor do que na Cootre, tanto que nesse período, não houve afastamento na Renascer, mas na Cootre, duas das entrevistadas não permaneceram trabalhando, configurando-se como uma contradição. A questão da solidariedade como fator importante no âmbito de empreendimentos de economia solidária não tem uma aceitação plena na Renascer, pois existem algumas pessoas que são mais antigas na cooperativa (época com mais individualismo), por isso demonstram ser um pouco mais fechadas para este tipo de ação social. Já na Cootre, a solidariedade tem uma aceitação e engajamento geral, pois eles demonstram sentir prazer em colaborar e atender a necessidade dos seus pares.

Em ambas as cooperativas seus integrantes residem próximos aos estabelecimentos onde trabalham, mas na Cootre sobressai a questão do parentesco entre os cooperados, aspecto que na Renascer não apareceu. Além disso, nas duas cooperativas, a indicação tem sido uma porta considerável de acesso a este ramo de atividade. A análise da trajetória mostra que a Renascer iniciou com o predomínio de homens, mas hoje tanto na Renascer quanto na Cootre existe um predomínio do trabalho feminino. Não foi verificada a existência de eventos sociais significativos na Renascer. Na Cootre, as comemorações de aniversários são verdadeiras ações coletivas, que caso sejam esquecidas geram aborrecimentos entre os cooperados, ou seja, todos se movimentam para organizar uma festa de aniversário mensal contemplando os aniversariantes daquele mês.

A resolução de conflitos e relacionamentos mostra-se como uma construção coletiva nas cooperativas, sendo que a Renascer prioriza o estabelecimento de regras de convivência para minimizar problemas de relacionamento, enquanto que na Cootre prioriza-se o diálogo. O sentimento pertinente às duas cooperativas é de que eles constituem uma grande família, o que demonstra o grau de comprometimento e pertencimento que os membros têm com relação à cooperativa. Portanto, pode-se entender que a Memória Institucional da Cootre é embasada na confiança, enquanto a da Renascer é calcada em regras.

O **terceiro objetivo específico** foi o de produzir um *e-book* como produto final do mestrado em Memória Social e Bens Culturais descrevendo e analisando as memórias institucionais destas duas cooperativas de reciclagem. Para a confecção do *E-book* procedeu-se à análise dos depoimentos das entrevistas temáticas. Os depoimentos dessas entrevistas foram primeiramente transcritos e depois transcritos (MEIHY; RIBEIRO, 2011). Pronta a transcrição, o material foi formatado em forma de *e-book*, contemplando as falas de cada uma das cooperadas, conforme os

depoimentos colhidos durante as entrevistas temáticas. Além disso, há um capítulo exclusivo que aborda o depoimento de vidas que foram transformadas por meio das cooperativas de reciclagem, material esse que também é parte integrante dessa dissertação.

A motivação sobre o tema abordado nesta dissertação foi despertada ainda na graduação, quando uma disciplina de empreendedorismo desafiou a turma a criar um plano de negócio. Um dos integrantes do grupo já tinha um desejo de abrir um negócio dentro da área de reciclagem. Todos demais integrantes aderiram a esse projeto. Iniciadas as pesquisas, muitas questões começaram a tomar forma e, por assim dizer, foi possível aprender um pouco sobre empreendimentos que atuam nessa área. O então plano de negócio foi tão bem estruturado, que ao final se criou o empasse quanto a tocar esse projeto a frente. O investimento inicial impediu o prosseguimento, mas o assunto ficou guardado. Quando surgiu a possibilidade do Mestrado Profissional, esse tema ressurgiu novamente, mas em função do tempo decorrido, foi preciso retornar ao início, pois algumas informações já estavam defasadas. A professora Doutora Maria de Lourdes Borges, que ministra aulas na linha de pesquisa de gestão social me auxiliou nos primeiros passos, indicando o professor mestre Robinson Henrique Scholz, que já tinha um trabalho consolidado junto ao Tecnosocial, onde em reunião, ele ofereceu o apoio da sua equipe, caso houvesse necessidade. Traçando um paralelo entre os dois momentos, pode ser percebido que embora o assunto fosse o mesmo, a abordagem foi outra, possibilitando a abertura de novos horizontes que antes estavam encobertos. A percepção do que é denominado de economia solidária mudou, pois envolve muito mais do que triar material reciclável. Existem vidas em cada um dos diversos empreendimentos de economia solidária, que têm uma trajetória de vida, motivos pelos quais estão trabalhando nessa área. O caminho percorrido até que foi possível ser oficialmente uma cooperativa é mais complexo do que aquele pretendido quando montamos um plano de negócio. São muitas as variáveis envolvidas e que precisam ser administradas para que uma cooperativa consiga ser autônoma e ter a sua autogestão. O caminho percorrido pelos empreendimentos de economia solidária foi longo, tanto no Brasil quanto no mundo. Muito se tem avançado, mais ainda é necessário um maior investimento tanto público, quanto privado, para que ocorra uma alavancagem desse modelo de gestão.

As **limitações** desta pesquisa referem-se à emergência de uma análise que aborde a questão de gênero dentro dos empreendimentos de economia solidária. Nesta dissertação, foi realizada uma breve consideração sobre esse tema, tendo em vista que o foco desta pesquisa era o estudo dos elementos da memória institucional nas duas cooperativas de reciclagem. Além disso, outros aspectos poderiam ser aprofundados, tais como os aspectos contraditórios encontrados nas

cooperativas, tais como pessoas motivadas e interessadas no bem-estar do ser humano, do ponto de vista ecológico, enquanto elas têm a marca da exclusão social em suas vidas.

Destaca-se que há um campo para **futuras pesquisas** que remetam ao tema de gênero, permitindo uma abordagem mais profunda, tendo em vista que este tema é emergente e atual. Outra oportunidade de pesquisas futuras é sobre o quanto a crise econômica que o país está passando tem afetado a vida das cooperativas e dos cooperativados.

REFERÊNCIAS

- ABECKER, Andreas; BERNARDI, Ansgar; HINKELMANN, Knut; KUHN, Otto; SINTEK, Michael. Toward a technology for organizational memories. **IEEE Intelligent Systems**, v.13, n.3, p.40-48, May/Jun. 1998.
- ADAMS, Telmo; SCHOLZ, Robinsosn Henrique; CARGNIN, Tiago de Melo; HOSSEIN, Tatiana Spíndola. Tecnologia social e economia solidária: desafios educativos. **Diálogo**, n. 18, Canoas, p.13-35, jan./jun. 2011.
- AMANCIO, Verceles. Velocidade e politica de Paul Virilio. **Em Debate**, Florianópolis, n. 2, p.71-89, jan. 2006.
- AMORIM, Andressa Nunes. **Economia solidária – princípios e contradições**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60p.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, ano. 11, n. 21, p. 282-317, jan./jun., 2009.
- BADDELEY, Alan. Working memory and language: an overview. **Journal of Communication Disorders**, v.36, p.189–208, 2003.
- BADDELEY, Alan; ANDERSON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 472p.
- BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4., 2010, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: ABRAPCORP, 2010. p. 1-15.
- BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jun. 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 516 p.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 291p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 1.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v. 1, 674 p.
- BORGES, Jorge Luis. Funes o memorioso. In: _____. **Prosa completa**. Barcelona: Bruguera, 1979. v. 1, p.477-484.

BORGES, Maria de Lourdes; SCHOLZ, Robinson Henrique; ROSA, Graciema de Fátima da. Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentido do trabalho para sujeitos recicladores. **Otra Economia**, v. 8, n. 14, p. 83-98, jan./jun., 2014.

BORGES, Maria de Lourdes; SCHOLZ, Robinson Henrique; ROSA, Graciema Fatima da. Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da resignificação da identidade, aprendizagem e superação. In: SCHOLZ, Robinson Henrique (Org.). **Economia Solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. 242 p.

BORGES, Maria de Lourdes; SCHOLZ, Robinson Henrique; SOUZA, Nathalia Amaral Pereira de; CHRISTIMANN, Inge dos Santos. Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos. **Revista Mousseion**, n. 14, p.99- 120, abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão pós audiências e consulta pública para conselhos nacionais. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes.htm>> . Acesso em: 13 ago. 2015.

CABRAL, Sueli. Figuras, desordem, ordem, sentidos e dívidas. In: SCHOLZ, Robinson Henrique; BORGES, Maria de Lourdes (Orgs). **Práticas Sociais na Economia Solidária: tecendo experiências e pesquisa sobre incubação**. Canoas, RS: Unilasalle, 2015. 246 p.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p.43-58, jan./jul. 2009.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é como vive**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009. p. 125-142.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber**. Metodologia científica fundamentos e técnicas. 20. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 170p.

CASEY, Andrea. Collective memory in organizations. In: WALSH, James P.; HUFF, Anne (Eds.). **Advances in strategic management**. Greenwich, CT: JAI, 1997. v.14, p. 111–146.

CERQUEIRA, Fábio Vergara et al . O Centro de Documentação Musical da UFPel no horizonte da multidisciplinaridade: articulações entre musicologia histórica, gestão patrimonial e memória institucional. **História**, Franca , v. 27, n. 2, p. 111-143, 2008 .

COELHO, Diego Bonaldo; GODOY, Arilda Schmidt. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p. 721-749, mai./jun. 2011.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; TEIXEIRA, Ana Christina Celano. A empresa como um "lugar de memória"? Uma análise do discurso do programa memória Petrobrás. In: ENANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Enanpad, 2013. p.1-16.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Memória e formalização social do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n.6, p.1762-1780, nov./dez. 2011.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 165 f. Tese (Doutorado e m Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=282921>>. Acesso em: 29 maio 1992.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os bichos, 2010.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, Economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu, Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELLA VECHIA, Renato; TILLMAN, Reinaldo; NUNES, Tiago; CRUZ, Antonio. A Rede de ITCs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, jan./jun. 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1, p.245-275, jun./dez. 2001.

FREDDI, G. Teoria da organização. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1993. p.864-870.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p.563-580, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva Brasileira. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, p.1-20, dez. 2005.

GONDAR, Jô. Memória Individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus. Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, n. 13, p.1-5, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. The University of Chicago Press. 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres sociaux de La mémoire**. Paris: Félix Alcan. 1925. 211 p. Collection Les Travaux de l'Année Sociologique. 1925 [2001].

JESUS, Paulo de.; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo, SP: Almedina, 2009. 346 p.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 775p.

LASPISA, David Frederick. **A Influência do Conhecimento Individual na Memória Organizacional**: Estudo de Caso em um Call Center. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, jun./dez. 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. 476 p.

LECHAT, Noëlle. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jan./jun. 2008.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo. **RBCS**, v. 24, n. 69, fev. 2009.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez, p.158-198, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n.56, p. 46-62, out. 2004.

LOCKS, Pompilio; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, jan./abr. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277p.

MATHEUS, Letícia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p.302-306, dez. 2011.

MEIHY, Jose Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, Jose Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011. 198p.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Revista Edicic**, Marília, v. 1, n. 1, p.262-276, 2011.

MORAIS, Edson Elias de; LANZA, Fábio; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; PELANDA, Sílvia Schroeder. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p.67-88, jan./mar. 2011.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo - História e horizontes**. Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), n. 278, jun. 2007. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/278.pdf>>. Acesso 25 ago. 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez.. 1993. 91 p

NORA, Pierre. **Présent, nation, mémoire**. Paris: Gallimard, 2011. 432 p. (Bibliothèque des Histoires)

NORONHA, Olinda Maria. Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais. **Revista Educação e Cidadania**, v. 3, p. 11-23, 2004. Disponível em <<http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/pdf/ArtigoOlinda.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

OLICK, J. K. Collective Memory: The Two Cultures. **Sociological Theory**, v.17, n.3, p.333-348, nov. 1999.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Caderno Ebape**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.65-81, mar. 2012.

PEREIRA, Maria Cecília. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina**. 2007. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação), Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, out. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008. 536 p.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

ROWLINSON, Michael; BOOTH, Charles; CLARK, Peter; DELAHAYE, Agnes; PROCTER, Stephen. Social Remembering and Organizational Memory. **Organization Studies**, v.31, p.69-87, 2010.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.78-89, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Posições de classes destituídas no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira: quem é como vive**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2009. p. 463-484.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p.271-295, 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p.53-76, 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária. Entrevista a Paulo de Salles Oliveira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, Jan./Apr. 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. Access em: 29 mar. 2015.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, Jun./Dec. 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008b.

SOUZA, André Ricardo. Um exame da economia solidária. **Otra Economía**, v. 5, n. 9, p. 173-184, 2011.

SPILLER, A.; PONTES, C. C. C. Memória organizacional e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. **RBGN**, São Paulo, v.9, n.25, p.96-108, set./dez. 2007.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2008. 288 p.

SUCUPIRA, Grazielle Silva; BRAGA, Marcelo José. Empreendimentos de economia solidária e discriminação de gênero: uma abordagem econométrica. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (Orgs.). **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa: UFV, 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2001.

VERONESE, Marília Veríssimo. A economia solidária e a formação de lideranças democráticas. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p.97-114, jan./jun. 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013.

WALSH, James P.; UNGSON, Gerardo R. Organizational Memory. **The Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.57-91, jan. 1991.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115, jun. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.

3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:

Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.

4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.

5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .

6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,

7- É garantida a **liberdade da retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;

Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.

8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;

9- **Não há despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

Sonia Maria Soares Assinatura do Participante

Data 08 / 01 / 2016

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.

André Gross

ANDRÉ GROSS

Data: 08 / 01 / 2016

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.

3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:

Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.

4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.

5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .

6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,

7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;

Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.

8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;

9- **Não** há **despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

Jessica Fortes Lima

Data *24 / 03 / 2016*

Assinatura do Participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.

André Gross

ANDRÉ GROSS

Data: *24/03/2016*

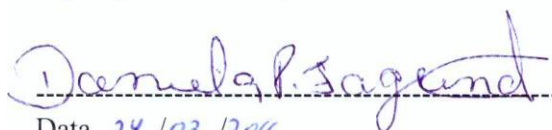
Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

- 1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.
- 2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.
- 3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:
Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.
- 4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.
- 5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .
- 6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,
- 7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;
Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.
- 8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;
- 9- **Não** há **despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
- 11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.



Assinatura do Participante

Data 24/03/2016

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.



ANDRÉ GROSS

Data: 24/03/2016

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

- 1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.
- 2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.
- 3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:
Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.
- 4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.
- 5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .
- 6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,
- 7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;
- Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.
- 8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;
- 9- **Não** há **despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
- 11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

 Assinatura do Participante

Data 18/08/2015

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.


ANDRÉ GROSS

Data: 18 / 08 / 2015

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.

3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:

Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.

4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.

5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .

6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,

7- É garantida a **liberdade da retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;

Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.

8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;


9- **Não há despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.


Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

 Assinatura do Participante
Data 18/08/2015

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.


ANDRÉ GROSS
Data: 18/08/2015

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.

3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:

Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.

4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.

5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .

6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,

7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;

Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.

8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;

9- **Não** há **despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

Glenn A. dos Santos Jr

Assinatura do Participante

Data 18/08/2015

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.

André Gross

ANDRÉ GROSS

Data: 18/08/2015

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

- 1- **Título da pesquisa:** Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.
- 2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** pesquisar a memória institucional de duas cooperativas de reciclagem nas cidades de Canoas e Esteio.
- 3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:
Entrevistas com o objetivo de compreender o desenvolvimento da memória institucional no contexto da economia solidária. O andar que as cooperativas fizeram no caminho até a autogestão.
- 4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicitamos um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.
- 5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar o entendimento do funcionamento da memória institucional dentro dos empreendimentos de economia solidária. .
- 6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é André Gross, mestrando no programa de pós-graduação em Memória social e Bens culturais, que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro 92010-000 - Canoas, RS,
- 7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;
Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum participante.
- 8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;
- 9- **Não há despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
- 11 -O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo de Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo: memórias e trajetórias de cooperativas na economia solidária.

Eu discuti com o pesquisador André Gross sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo.

Rio Gross, o S. de S. de S. Assinatura do Participante
Data: 18/08/2015

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a realização deste estudo.

André Gross
ANDRÉ GROSS
Data: 18/08/2015

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário La Salle, a seguir discriminado:

Programa de Mestrado Memória Social e Bens Culturais

Título do projeto Memórias Institucionais da Reciclagem de resíduos pós-consumo em duas cooperativas do economia solidária.
 Pesquisador(es) Andre Farias

Objetivos principais:

Fotografias para fins didáticos. As imagens e/ou voz serão utilizadas na dissertação final do Programa de pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Além disso, será utilizada na produção de um e-book contando as memórias no livro vidas transformadas.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial, em apresentações audiovisuais, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, bem como em produções fotográficas como exposições ou mostras, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos, gravações e/ou filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

CAV045 24 de março de 2016

(Local e data)

Sônia Maria Soares

Assinatura

Nome: SONIA MARIA SOARES

RG.: 8034057222 CPF: _____

Telefone: (51) -11-

Endereço: RUA 24 DE AGOSTO, 240

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário La Salle, a seguir discriminado:

Programa de Mestrado Memória Social e Bens Culturais

Título do projeto Memórias Institucionais da sociologia do trabalho por consumo em duas cognições do econômico relacional.

Pesquisador(es) André Faria

Objetivos principais:

Fotografias para fins didáticos. As imagens e/ou voz serão utilizadas na dissertação final do Programa de pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Além disso, será utilizada na produção de um e-book contando as memórias no livro vidas transformadas.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial, em apresentações audiovisuais, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, bem como em produções fotográficas como exposições ou mostras, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos, gravações e/ou filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

LAOAS 24 de março de 2016

(Local e data)

Jessica Fortes Lima

Assinatura

Nome: JESSICA FORTES LIMA

RG.: 2115412856 CPF: 032 178 070-03

Telefone: (51) 9580 7085

Endereço: AV. 24 DE AGOSTO, 200

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário La Salle, a seguir discriminado:

Programa de Mestrado Memória Social e Bens Culturais

Título do projeto Memórias Institucionais de reciclagem de resíduos por consumo em duas esferas
Pesquisador(es) André Góes do economia solidário.

Objetivos principais:

Fotografias para fins didáticos. As imagens e/ou voz serão utilizadas na dissertação final do Programa de pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Além disso, será utilizada na produção de um e-book contando as memórias no livro vidas transformadas.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial, em apresentações audiovisuais, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, bem como em produções fotográficas como exposições ou mostras, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos, gravações e/ou filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Araras 24 de março de 2016

(Local e data)

Daniela P. Fagundes

Assinatura

Nome: DANIELA PINTO FAGUNDES

RG.: 1062928255 CPF: 712 012 980 -34

Telefone: (51) 9253 0572

Endereço: RUA DR OLAVO FERNANDES, 1219

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário La Salle, a seguir discriminado:

Programa de Mestrado Memória Social e Bens Culturais

Título do projeto Memórias Institucionais da reciclagem de resíduos por consumo em duas cooperativas do comércio eletrônico.
 Pesquisador(es) André Jörn

Objetivos principais:

Fotografias para fins didáticos. As imagens e/ou voz serão utilizadas na dissertação final do Programa de pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Além disso, será utilizada na produção de um e-book contando as memórias no livro vidas transformadas.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial, em apresentações audiovisuais, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, bem como em produções fotográficas como exposições ou mostras, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos, gravações e/ou filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Estou 24 de março de 2016

(Local e data)

Vania Elisabethe Rodrigues da Silva

Assinatura

Nome: VANIA ELISABETHE RODRIGUES DA SILVA

RG.: 3038802185 CPF: 230.971.210-34

Telefone: (51) 99 98 8996

Endereço: AV. LUIS PASTEUR 7275

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário La Salle, a seguir discriminado:

Programa de Mestrado Memória Social e Bens Culturais

Título do projeto Memórias Institucionais de resiliência de resíduos pós-consumo em locais cognativos
 Pesquisador(es) André Jésson de economia solidária.

Objetivos principais:

Fotografias para fins didáticos. As imagens e/ou voz serão utilizadas na dissertação final do Programa de pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Além disso, será utilizada na produção de um *e-book* contando as memórias no livro vidas transformadas.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial, em apresentações audiovisuais, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, bem como em produções fotográficas como exposições ou mostras, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos, gravações e/ou filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Estou 24 de março 2016

(Local e data)

Rita Cassia Santos de Souza

Assinatura

Nome: RITA CASSIA SANTOS DE SOUZA

RG.: 3035471421 CPF: 22354700057

Telefone: (51) 2218 0472

Endereço: AV. LUIS PASTEUR 7275